

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ISABELA DE SOUZA VILELA

**INCENDIADAS E INCENDIÁRIAS,
CAÇA ÀS BRUXAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:**
a presença digital de vítimas de violência de gênero no *Google News*

Monografia

Mariana

2022

ISABELA DE SOUZA VILELA

**INCENDIADAS E INCENDIÁRIAS,
CAÇA ÀS BRUXAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
a presença digital de vítimas de violência de gênero no *Google News***

Monografia apresentada ao curso de
Jornalismo da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes
Barbosa

Mariana

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V699i Vilela, Isabela De Souza.
Incendiadas e incendiárias, caça às bruxas no Brasil contemporâneo
[manuscrito]: a presença digital de vítimas de violência de gênero no
Google News. / Isabela De Souza Vilela. - 2022.
124 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Análise do discurso. 2. Discriminação - Brasil. 3. Jornalismo
eletrônico. 4. Violência contra as mulheres - Brasil. I. Barbosa, Karina
Gomes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 343.54-055.2(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabela de Souza Vilela

**Incendiadas e incendiárias, caça às bruxas no Brasil contemporâneo:
a presença digital de vítimas de violência de gênero no Google News**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Jornalismo

Aprovada em 24 de junho de 2022

Membros da banca

Dra. Karina Gomes Barbosa - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Rafiza Varão (Universidade de Brasília)

Karina Gomes Barbosa, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Karina Gomes Barbosa da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/07/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0360369** e o código CRC **12F812F1**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009179/2022-71

SEI nº 0360369

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

À Emilly Rione, Sophia Vitória Rione,
Roberta Nascimento da Silva e todas aquelas
que tentam e tentaram resistir, diariamente, às
chamas da fogueira patriarcal.

AGRADECIMENTOS

Às tias Luciana, Patrícia e Karina, do Violinha. Às professoras Luciana, Malta, Gabriela, do Jesu Milton. À Carol, do Orvile. Às professoras Renata e Patricia, do Elizabeth Kalil. Aos professores Ismael e Ubirajara, e às professoras Vânia e Nazaré, do Santa Maria. À professora Renata e aos professores Vitor e Bruno, do Mais. Aos professores Francisco Pinheiro, Francisco e Vanildo, da UFRN. Ao professor Vinicius Vivaldino, do ICEB. Às professoras Lara e Débora, e aos professores Leonardo, Oda, Bandeira, Hans, Pelizari, do Descomplica. Às professoras Ana Carolina, Daniela e Karina, e aos professores Flávio, Hélio e Felipe, do ICOSA. As maiores professoras da minha vida: Dedete, Flávia, Ivany, Luiza, Zoca, Cute, Sérgio, Fadinha, Juca, Mimi e Madruguinha.

A todos aqueles que dedicaram horas de seus dias a me educar. A todos que dedicaram anos de suas vidas para me ensinar. Aos que marcaram minha vida ao me enxergar, se doar e me ajudar a tornar o eu que sou, fui e serei. O meu mais profundo e amoroso obrigada.

“She’s walking on fire”
(Alicia Keys)

RESUMO

A seguinte pesquisa objetiva investigar, qualitativamente, o papel do jornalismo digital na perpetuação das massivas violências cometidas contra mulheres no Brasil contemporâneo. Traçando paralelos históricos e conceituais sobre o termo “bruxa”, cunhado a partir da Idade Média (ALEXANDER; RUSSELL, 2019; FEDERICI, 2017, 2019; MURARO, 2002; SILVA, 2013), busca-se observar como as práticas de violências motivadas pelo gênero no século XXI situam-se como atualizações desta antiga caça às bruxas. Dentre as perseguições, julgamentos e sentenciamentos de corpos femininos que não cumprem, fielmente, os papéis de gênero pré-estabelecidos e estruturantes da sociedade patriarcal (BUTLER, 2014; HOLANDA, 2021; SALIH, 2019; SEGATO, 2014; 2016), examina-se o modo como o webjornalismo reforça, perpetua ou cria novas violações, a partir da Análise dos Discursos (BENETTI, 2010, 2015, 2016; SILVA, 2010; SILVA, 2013) construídos em matérias localizadas na primeira página do buscador Google News. Deste ponto, aponta-se para o papel catalisador e prorrogador das violências simbólicas cometidas pelo jornalismo digital — ancorado pela masculinização e heteronormatividade inseridos nos critérios de noticiabilidade, valores-notícia, plataformização e algoritmos — às vítimas de violência de gênero, colocando-o como um agente semelhante aos combustíveis que alimentam as fogueiras Inquisicionais.

Palavras-chave: Análise do Discurso; caça às bruxas; jornalismo digital; plataformização; violência de gênero;

ABSTRACT

The following research aims to qualitatively investigate the role of digital journalism in the perpetuation of the massive violence committed against women in contemporary Brazil. Drawing historical and conceptual parallels on the term “witch”, coined from the Middle Ages (ALEXANDER; RUSSELL, 2019; FEDERICI, 2017, 2019; MURARO, 2002; SILVA, 2013), we seek to observe how the practices of motivated violence by the genre in the 21st century stand as updates of this ancient witch hunt. Among the persecutions, judgments and sentences of female bodies that do not faithfully fulfill the pre-established and structuring gender roles of patriarchal society (BUTLER, 2014; HOLANDA, 2021; SALIH, 2019; SEGATO, 2014; 2016), we examine the way in which web journalism reinforces, perpetuates or creates new violations, based on Discourse Analysis (BENETTI, 2010, 2015, 2016; SILVA, 2010; SILVA, 2013) built on articles located on the first page of the Google News search engine. From this point, we point to the catalyzing and prolonging role of the symbolic violence committed by digital journalism — anchored by masculinization and heteronormativity inserted in the criteria of newsworthiness, news values, platformization and algorithms — to victims of gender violence, placing it as an agent similar to the fuels that fuel the Inquisitional fires.

Keywords: Speech Analysis; witch hunt; digital journalism; platforming; gender violence;

RESUMEN

La siguiente investigación tiene como objetivo investigar cualitativamente el papel del periodismo digital en la perpetuación de la violencia masiva cometida contra las mujeres en el Brasil contemporáneo. Trazando paralelismos históricos y conceptuales sobre el término “bruja”, acuñado desde la Edad Media (ALEXANDER; RUSSELL, 2019; FEDERICI, 2017, 2019; MURARO, 2002; SILVA, 2013), buscamos observar cómo las prácticas de violencia motivada por el género en el siglo XXI se destacan como actualizaciones de esta antigua caza de brujas. Entre las persecuciones, juicios y condenas a cuerpos femeninos que no cumplen fielmente con los roles de género preestablecidos y estructurantes de la sociedad patriarcal (BUTLER, 2014; HOLANDA, 2021; SALIH, 2019; SEGATO, 2014; 2016), examinamos la forma en el que el periodismo web refuerza, perpetúa o crea nuevas violaciones, a partir del Análisis del Discurso (BENETTI, 2010, 2015, 2016; SILVA, 2010; SILVA, 2013) construido sobre artículos ubicados en la primera página del buscador *Google News*. Desde este punto, señalamos el papel catalizador y prolongador de la violencia simbólica ejercida por el periodismo digital —anclado en la masculinización y la heteronormatividad insertas en los criterios de noticiabilidad, valores noticiosos, plataformización y algoritmos— hacia las víctimas de violencia de género, ubicándolo como un agente similar a los combustibles que alimentan los fuegos de la Inquisición.

Palabras clave: Análisis del Habla; caza de brujas; periodismo digital; plataformas; violencia de género;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Captura de tela do perfil desativado da vítima	59
Fig. 2: Captura de tela do resultado da busca feita sob o termo emilly rione	61
Figura 3: Captura de tela do resultado nº 1 da pesquisa por Emilly Rione	62
Figura 4: Captura de tela do resultado nº 2 da pesquisa por Emilly Rione	65
Figura 5: Captura de tela do resultado nº 3 da pesquisa por Emilly Rione	67
Figura 6: Captura de tela das diferentes maneiras como Roberta é identificada nos veículos Folha PE, G1, Ponte Jornalismo, JC NE, respectivamente	72
Figura 7: Captura de tela do resultado nº 1 da pesquisa de Roberta	84
Figura 8: Captura de tela do resultado nº 2 da pesquisa de Roberta	90
Figura 9: Captura de tela do resultado nº 3 da pesquisa de Roberta	94
Figura 10: Captura de tela do resultado nº 4 da pesquisa de Roberta	98
Figura 11: Captura de tela do resultado nº 5 da pesquisa de Roberta	102
Figura 12: Captura de tela do resultado nº 6 da pesquisa de Roberta	104
Figura 13: Captura de tela do resultado nº 8 da pesquisa de Roberta	106
Figura 14: Captura de tela do resultado nº 9 da pesquisa de Roberta	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pesquisa com o termo Emilly Rione	60
Quadro 2: Pesquisa com o termo Roberta Silva	74
Quadro 3: Pesquisa com o termo Roberta da Silva	77
Quadro 4: Pesquisa com o termo Roberta Nascimento	78
Quadro 5: Pesquisa com o termo mulher trans morta em recife	80
Quadro 6: Pesquisa com o termo mulher trans morta queimada em recife	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. OS LIMITES DE SER MULHER NA SOCIEDADE DO CAPITAL	23
2.1 A quem pertencem nossas identidades: ser mulher no mundo contemporâneo	25
3. ABENÇOADA PELA IGREJA E INSTITUCIONALIZADA PELO ESTADO: A HISTÓRIA DA CAÇA ÀS BRUXAS	29
3.1 Coloridas: a história em preto e branco das bruxas não europeias	34
3.2 Tingidas pela terra, queimadas pela Inquisição: a caça às bruxas na América Portuguesa	36
4. A CAÇA CONTEMPORÂNEA: A NOVA GUERRA CONTRA ÀS MULHERES	40
5. DO SABER À PEDAGOGIA: O JORNALISMO COMO AGENTE SOCIAL	46
5.1 A passagem pelo portal: a construção das notícias	47
5.2 Portões automatizados: o papel dos algoritmos no jornalismo digital	49
5.3 O jornalismo como catalisador das marcas de gênero	52
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
7. EMILLY RIONE E SOPHIA VITÓRIA RIONE	58
7.1 A presença de Emilly, a ausência de Sophia	60
7.3 Presenças diminuídas	69
8. ROBERTA NASCIMENTO DA SILVA	71
8.1 A ausência de Roberta, a pedagogização sobre sua morte	83
8.3 “Quem não é vista, não é lembrada”	111
CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	119

1. INTRODUÇÃO

Dentro do espectro político, inúmeras são as motivações para que pessoas que se intitulam “feministas” se coloquem em ação. Para a vertente de que me aposso, acompanhada por potências como Angela Davis, bell hooks, Conceição Evaristo, Judith Butler, Gloria Anzaldúa, Silvia Federici, Sueli Carneiro, dentre tantas outras, trazer à superfície as histórias das milhares de mulheres subalternizadas e marginalizadas dentro da própria categoria “mulher”¹, é reinseri-las aos lugares que nunca deveriam ter sido tiradas. De modos distintos, cada uma de nós procura pelas vozes das camponesas queimadas na Inquisição, das negras escravizadas, das latinas retiradas de seus territórios comuns ou das travestis retiradas de qualquer ambiente social, de modo que possamos retransformá-las em sujeitas, cidadãs, mães, trabalhadoras, amigas, sonhadoras. Assim como Sueli Carneiro², busco “na escrita, minha ferramenta de combate”³ e na academia, alguns dos recursos necessários para a reverberação desses sons.

No meu caso, estudar sobre as mulheres, no plural, é um imperativo: promover, em solo latino, a “*jinealogy*”, assim como feito pelas curdas de Rojava. A *jinealogy*, de acordo com a cientista política brasileira Maria Florencia Guarche Ribeiro (RIBEIRO, 2016), é uma vertente feminista de mulheres do Curdistão⁴, na qual a luta pela libertação das mulheres, não se limitando à fronteiras, etnias e nacionalidades, se dá por meio da reinterpretação histórica, partindo do olhar feminino sobre as Ciências. Para essas mulheres, a construção de uma nova narrativa feminina leva em consideração a revisitação e reinserção das mulheres a todas as fases da história da humanidade. Aqui, em particular, parto de um imperativo porque, para contar minha história como mulher, latina, cis, periférica, preciso olhar para os inúmeros enredos e cenários em que estavam inseridas aquelas antes de mim, e, não muito longe do que definimos como “hoje”, preciso contar, ou recontar, as histórias daquelas queimadas vivas por

¹ Singular e universalizada, construída pelo patriarcado e corroborada por diversos dispositivos pedagógicos ou por contraditórios movimentos denominados “feministas liberais”, como será discutido adiante.

² Sueli Carneiro é uma das protagonistas do movimento antirracista e do feminismo negro brasileiro. Escritora e filósofa, Carneiro é fundadora do portal Geledés - Instituto da Mulher Negra, primeira organização independente do feminismo negro.

³ VIDAS NEGRAS: Quem tem medo do feminismo negro?. Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Rodrigo Vizeu. [S. l.], Rádio Novelo E Spotify Studios, nov. de 2020. Podcast. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/2ycKYe1IpUxhPETptEyucH?si=5a2efe159d8746d7>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴ O Curdistão é uma nação não reconhecida oficialmente como Estado. Não possuindo território definido, os povos curdos habitam regiões fronteiriças em países como Armênia, Azerbaijão, Iraque, Irã, Síria e Turquia.

acusações que, se usadas contra mim, também teriam me incendiado. É desse lugar que utilizo esta pesquisa como ferramenta de luta política e usufruo do feminismo que

[...] como prática decolonizadora é anticapitalista, sabe que o capitalismo usa o sexismo e o racismo para inferiorizar os sujeitos, explorá-los e tirar vantagem por sua condição de subalternidade. Um feminismo enegrecido, latino-americanizado, transexualizado, indigenizado, anticapitalista e decolonizado é um lugar que oferece a possibilidade de pensar em uma sociedade de pessoas iguais. (BANDEIRA et al, 2022, p. 532)

Mas porque “bruxas”? Ouvimos a palavra bruxa desde que somos pequenos seres humanos. Mesmo quando ainda não sabemos ler ou interpretar formalmente, essas mulheres tornam-se parte do imaginário popular, a partir de nuances de um imaginário comum: nos incontáveis filmes de princesas como *Branca de Neve* ou *Cinderela*; nos programas de televisão, com personagens como a “Bruxa do 71” (de *Chaves*) ou a “Bruxa Morgana” (de *Castelo Rá-tim-bum*); e até mesmo nos livros de alfabetização, como em *A bruxinha atrapalhada* (de Eva Furnari⁵). Antes de serem assimiladas a partir de um contexto histórico e social, essas mulheres são representadas, e suas representações consumidas, de modo a tornarem-se susceptíveis de serem temidas e/ou menosprezadas, mediante suas construções sob uma perspectiva fantasiosa, que as atribui características físicas e comportamentais que espelham traços próprios da narrativa patriarcal⁶ quanto ao ser ou não mulher⁷. A idade avançada, rugas, coluna enviesada, grande nariz, imensas unhas, a pobreza, além de uma personalidade forte e ameaçadora, com reclamações constantes, táticas de sedução de homens e crianças, domínio na fabricação de poções mágicas e venenos são algumas das nuances comuns dessa construção ancorada em características físicas, etárias, raciais e sociais. Nas muitas camadas que constroem a figura da bruxa, diferentes combinações de características formam-nas, algumas se sobressaindo sobre outras. De modo menos frequente, há também

⁵Escritora e ilustradora italiana radicada no Brasil, Eva Furnari dedicou-se à literatura infanto juvenil, com mais de 60 livros publicados. Dentre as publicações, grande parte delas se dedicaram ao tema das bruxas, como “*A Bruxinha e o Gregório*” (1983), “*Bruxinha e Frederico*” (1988), “*O amigo da Bruxinha*” (1984), entre outros. Também escreveu histórias de “*A Bruxinha*” para o jornal Folha de S. Paulo.

⁶“Pode-se entender o patriarcado como um sistema de organização social em que as estruturas de poder político, econômico, cultural, religioso e acadêmico estão majoritariamente sob o controle masculino e que se perpetua por meio de processos históricos. Saffioti (2004) argumenta que o patriarcado funciona como uma máquina incessante e muito bem azeitada, que pode ser acionada também pelas mulheres imbuídas da ideologia patriarcal, que embora não sejam cúmplices desse regime, colaboram para alimentá-lo” (BANDEIRA; CACEIDO-ROA; CARVALHO; NASCIMENTO, 2022, p. 531)

⁷ Ao tratar da narrativa patriarcal, o conceito “mulher” é colocado no singular, uma vez que suas pluralidades, diversidades e diferentes modos de existência são negados, dando o título de “mulher”, de um modo tanto generalista quanto simplista, somente àquelas que cumpram os requisitos do sistema, como será discutido posteriormente neste trabalho.

aquelas que, quando representadas mais jovens, caracterizam-se pela inveja e ânsia pela fortuna, marido ou família de outrem; aquelas que contrapõem sua personalidade hostil com sua aparência tida como bela e poderosa ou ainda aquelas que, contrariando o senso comum, são, de fato, boas (virtude geralmente ligada ao entendimento dicotômico de “bem” e “mal” do cristianismo, um dos responsáveis pela propagação da bruxa enquanto ser maléfico).

Essas mulheres, porém, não surgiram ocasionalmente nos roteiros de histórias infanto-juvenis. *Corpus* de pesquisa e documentação de diferentes pesquisadores, como os escritores estadunidenses Jeffrey B. Russel e Brooks Alexander, localização que a disseminação do que seria a representação de uma mulher bruxa surge no decorrer da Idade Média. Apresentadas a partir de uma perspectiva que as associa aos poderes da natureza, ligando-as à feminilidade, maternidade e virgindade, às “mulheres selvagens’ do folclore, que representam a rusticidade agreste da natureza em contraste com o mundo da humanidade civilizada” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 64), civilidade esta que se exprime pela racionalidade e força tidas como masculinas. Com o poder da cura, da magia e da manipulação de elementos naturais, essas mulheres são também frequentemente desumanizadas, através da prerrogativa de incorporarem e se relacionarem com animais, vistos como seres não sencientes que “foram demonizados devido à teoria de que o diabo oferecia a seu séquito ajuda diária na forma de animais domésticos, que serviam para levar a cabo os crimes das bruxas”, como descreve a teórica feminista italiana Silvia Federici (FEDERICI, 2019, p. 56). Esta visão ritualística, que na verdade se confunde e se aproxima ao conceito de feiticeira⁸, fundamenta não só a representação estereotipada da bruxa dos enredos infantis e cinematográficos, como também fundamentava a visão social no decorrer da Alta Idade Média. Acusadas do *maleficium*, mal inato aos sujeitos, essas mulheres foram condenadas por práticas que variavam desde o enfeitiçamento de homens para proveitos sexuais, até pragas em plantações e morte de animais.

No caminhar da Idade Média para a época Moderna, fatores como os rearranjos sociais, laborais e de poder impostos pela inserção de um novo modelo econômico mundial (FEDERICI, 2017), além das mudanças em contextos político-religiosos (RUSSELL; ALEXANDER, 2019), determinaram o novo conceito de bruxa que agora extrapolava características físicas e psíquicas. Entre o declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo

⁸ De acordo com Jeffrey B. Russel e Brooks Alexander, as feiticeiras eram mulheres ligadas aos espíritos da natureza, usando seus elementos para a produção de magias. Mas, diferentemente das bruxas (que além de feiticeiras, eram hereges), praticavam seus feitos de forma isolada. O caráter coletivo das atividades da bruxaria é um fator apontado em grande parte dos estudos, e que foi alvo de muitas das perseguições a mulheres no período.

(a partir do século XV), as “guerras civis e religiosas, a miséria nos campos, a peste negra e o abalo na Igreja provocado pela Reforma Protestante, gerou um ambiente de medos e incertezas que levou os homens modernos a procurarem bodes expiatórios para os seus problemas” (SILVA, 2013, p. 20). Até então vistas de modo análogo às feiticeiras, com o poder da magia que poderia ser usado tanto para o bem quanto para o mal, essas mulheres agora são vinculadas à figura do Diabo apresentado pelo Cristianismo. A nova bruxa, não cristã⁹, lasciva, “uma mulher de ‘má reputação’, que na juventude apresentara comportamento ‘libertino’, ‘promíscuo’” (FEDERICI, 2019, p. 52), é também a que, de forma geralmente coletiva, cometia “infanticídio, dançavam nuas e mantinham relações sexuais entre si e com os demônios, íncubos e súcubos. Em dado momento, também reproduziam a cerimônia da Eucaristia, zombando do ato sagrado” (SILVA, 2013, p. 40). Assim, a antiga bruxa condenada pelo *maleficium* “podia ser agora perseguida não somente como um crime contra a sociedade, mas também como heresia e um crime contra Deus” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019 p. 70).

Quaisquer que sejam as fases de perseguição, ou mesmo do cunho real ou fantasioso a que as bruxas se tornaram personagens, no final de cada uma das histórias, que muitas vezes possuem caráter moral, a bruxa aparece no lugar que lhe deveria ser o ideal na visão de muitos: atrás das grades, isolada da sociedade ou, ainda que não seja mostrado em cena, morta (KOLINSKI MACHADO; SILVA, 2021). Dentre tantas representações, a quem nos remetem, afinal, às ditas bruxas das quais muitas mulheres contemporâneas se intitulam netas? A que contextos, definições e temporalidades são submetidas ao se (re)inserirem à trajetória daquelas que foram marginalizadas, julgadas e incendiadas no “passado”? “*Somos as netas das bruxas que vocês não conseguiram queimar*”¹⁰ tornou-se frase de ordem de muitos movimentos feministas mundiais na última década, até mesmo em regiões, como a América Latina, em que as chamadas “bruxas” foram rasamente documentadas ou são difíceis os acessos aos registros oficiais, como debatido pela pesquisadora brasileira Carolina

⁹Ao contrário do senso comum, a ideia de bruxa, ainda que amplamente utilizada e fomentada pela Igreja Católica, não é um conceito restrito ao catolicismo, nem mesmo é sinônimo de paganismo. Já no século XXI, comunidades hindus indianas e de tribos nigerianas, por exemplo, acusam e julgam, por bruxaria, centenas de mulheres por ano.

¹⁰A frase, que não possui autoria definida, é utilizada por várias vertentes do movimento feminista, como grito de resistência frente às contínuas degradações causadas às mulheres pelo sistema patriarco-capital. Na Revista Capitolina, a colunista e ilustradora Helena Zelic traça um paralelo entre as bruxas do passado e as feministas do presente: Disponível em <https://www.geledes.org.br/somos-netas-de-todas-bruxas-que-voces-nao-conseguiram-queimar/>. Acesso em 15 mar. 2022.

Rocha Silva (SILVA, 2013), e onde a centralidade do imaginário das bruxas europeias se faz presente.

Independente do contexto e, conseqüentemente, da definição de bruxa tomada como base, a caça às bruxas, com ápice na Idade Média, aciona uma “explicação multicausal” (FEDERICI, 2019). Caçadas e condenadas, em maior ou menor intensidade no decorrer dos tempos, cada uma dessas representações do “ser” bruxa estrutura-se fundamentalmente sob o viés de gênero, englobando também relações de classe¹¹, idade, etnia, geração e raça¹². Tais fatores tornaram a vida dessas personagens um bem público, estando aberto a discussões, imposições e punições, a partir de tomadas de decisões coletivas (vulgo, masculinas), transformando a violência perpetrada contra elas em normalizadas. Desumanizadas, animalizadas ou objetificadas, cada um desses corpos rotulados e caracterizados como corpo-bruxo transpõe-se sob o manto do ser mulher, a partir da análise do conceito dentro da perspectiva patriarcal. É deste ponto que surgem, também, os vislumbres de que a caça a essas mulheres não, necessariamente, iniciou-se ou findou-se nos marcos históricos colocados.

Este corpo-bruxo, que antes de tudo é um corpo feminino, é visto como campo de disputas de cunho linguístico, político, econômico e cultural na sociedade patriarcal, tornando-se meio e instrumento público para a estruturação do sistema hegemônico, como teoriza a filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler (BUTLER, 2021), marcando as relações de poder deste contexto (FOUCAULT apud BUTLER, 2021). Ainda que diferentes marcas identitárias construam as diferentes formas do “ser mulher”, esse sujeito antagônico à universalidade masculina, mas subordinado a essa universalização, ainda é visto como “o outro”, transformando-se em “um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma” (BUTLER, 2021, p. 30). É neste ambiente conflitante que novas interpretações e suposições podem e são feitas. Durante a

¹¹ No decorrer desta pesquisa, o conceito de classe utilizado levará em conta as proposições de “classe social” do teórico alemão Karl Marx. Para o revolucionário, de modo simplificado, as classes sociais são fenômenos, resultantes do capitalismo, que produzem diferenças quanto a divisão social do trabalho, formando dois grupos distintos: a classe dos opressores/dominantes/proletários, aqueles que detêm os meios de produção, e os oprimidos/dominados/proletários, sujeitos que, por não possuir meio de subsistência próprio, necessitam da venda de sua força de trabalho para o grupo dominante. No entanto, a definição será utilizada a partir das atualizações feitas por teóricas feministas, que ampliaram o conceito de classe inserindo discussões, por exemplo, acerca da interseccionalidade com o gênero e a divisão sexual do trabalho, com Silvia Federici e a raça, com Angela Davis.

¹² No caminhar desta pesquisa a definição/contextualização de “raça” partirá das proposições das teóricas feministas Angela Davis e bell hooks, e suas singulares contribuições para o debate politizado e historicizado sobre o assunto.

caça às bruxas, por exemplo, a já discutida mudança nos conceitos atribuídos a diferentes mulheres e suas condutas ilustra a instabilidade a que os corpos femininos se submetem ao serem inseridos sob diferentes enredos, cenários e em torno de diferentes personagens. Se em alguns momentos foram vistas como secundário, acessório, “não masculino”, pelos poderes a elas atribuídos, em outros, a caça a seus corpos envolveu questões relacionadas à atributos como suas propriedades, força de trabalho e sexualidade (FEDERICI, 2017). O que se pode dizer, asseguradamente, é que a marca de gênero é ponto-chave para a análise da identificação dessas personagens: dos números que flutuam entre 100 mil e incontáveis milhões, as mulheres compunham 85% do total de execuções sob a acusação de bruxaria durante a Idade Média, de acordo com os apontamentos da pesquisadora e escritora brasileira Rose Marie Muraro (MURARO, 2002).

Passados mais de cinco séculos desde a marca do fim desta caça, no entanto, ainda clamamos por “meu corpo, minhas regras”. Embora contextos tenham se modificado, os movimentos feministas, em especial o negro e o lgbtqi+, demonstram que nunca deixamos de ser bruxas, mas que apenas fomos atualizadas (e nos atualizamos) como tais. Se as denominações culturais mudaram, a caça também mudou. As bruxas caçadas por Inquisidores nomeados pela Igreja e pelo Estado, denunciadas por vizinhos e que tinham suas características traçadas por manuais de perseguição, como o *Malleus Maleficarum* (manual escrito em 1487 por Heinrich Kramer e James Sprenger), que ditavam que as mulheres eram mais propensas “praticar a bruxaria porque são mais frágeis, mais estúpidas, supersticiosas e sensuais” (ALEXANDER; RUSSELL, 2019, p. 88), agora se veem estereotipadas, perseguidas e consumidas por diferentes dispositivos que educam e disciplinam. Dentre eles, articulando-se como agente pedagógico, o jornalismo explicita em sua estrutura, fundamentos e práticas cotidianas, quais atitudes, virtudes, aparências e modos de viver devem ser ou não tomados como aceitos socialmente, ancorando-se, para isso, em princípios patriarcais de controle, moldagem e subalternização de corpos. Assim, como discutido por Rosa Bueno Fischer, professora e pesquisadora brasileira, “torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia se constituem também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2002, p. 153).

Dentre esses corpos marginalizados, ignorando contextos, personagens e desdobramentos, o jornalismo promove a perpetuação e banalização de violências proferidas contra mulheres, através de produção de notícias que, “com raras exceções, [promove] mais do mesmo corte estatístico das violências genericamente praticadas, com o apagamento das dinâmicas que as promovem” (CARVALHO; CHAGAS; COELHO; PRATES, 2020, p. 120).

Desta forma, como discutido pela professora brasileira Márcia Veiga da Silva, “como uma instância pedagógica cultural, com um papel que cada vez mais intervém socialmente de maneira ‘educativa’ e ‘didática’ na produção de saberes cotidianos” (SILVA, 2010, p. 29), o jornalismo ensina e estrutura a legitimidade de diversas condutas sociais. Assim, de modo semelhante às bruxas queimadas durante e após a Inquisição, as violências físicas e psicológicas contra mulheres continuam sendo normalizadas no ambiente social através de uma produção acrítica de narrativas de casos de violência contra elas perpetrados.

Essa normalização ganha ainda mais destaque em determinadas regiões, contextos e governos. No caso brasileiro, por exemplo, a posse do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, em 2019, culmina em práticas ainda mais comuns de inserção de políticas de morte, ou dito de outro modo, a necropolítica¹³ de Achille Mbembe (2018). Nos corpos escolhidos para serem dominados ou excluídos, a figura feminina ganha destaque perante os olhares machistas, remontando à “fragilidade” caracterizada por Sprenger e Kramer na Idade Média, ao ser considerada uma “fraquejada”¹⁴ na história de vida do presidente. Outros fatores deterioram, ainda mais, a vida das mulheres no Brasil. Assim como há séculos, o debate acerca de raça, classe, identidade de gênero e sexualidade se torna tabu social, dando validação para práticas violentas sobre esses grupos sociais, quando o líder da nação diz que “se um idiota num debate comigo falar sobre misoginia, homofobia, racismo, baitolismo, eu não vou responder sobre isso”¹⁵.

É neste contexto de exclusão que 1350 mulheres foram vítimas de feminicídio e outras 230 mil foram violentadas fisicamente no Brasil no ano de 2020 (ATLAS, 2020). Dentre os agravantes, a pandemia de coronavírus, que começou no mesmo ano, colocando o grupo mulheres negras em maior risco de morrerem vítimas do vírus do que qualquer outro grupo¹⁶. A partir de suas mortes, pouco se extraiu de suas vidas, das causas ou de suas vozes

¹³ O conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, diz respeito ao uso do poder, em especial o estatal, na definição das vidas que merecem ou não ser vividas, através da implementação (ou não) de políticas de segurança, saúde pública, acesso à educação e afins.

¹⁴ Em 2017, enquanto ainda deputado federal, Jair Bolsonaro disse em uma palestra aos apoiadores: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Revista Fórum, 5 abr 2017. Disponível em <https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-eu-tenho-5-filhos-4-homens-a-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-e-veio-uma-mulher-3/>. Acesso em 10 nov. 2021.

¹⁵ Fala de Jair Bolsonaro no mesmo evento, em 2017.

¹⁶ De acordo com pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária, coordenada pela professora Lorena Barberia, da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>. Acesso em 15 mar. 2022.

nas coberturas jornalísticas, cooperando para que violações sejam continuadas, uma vez que os ambientes digitais “reproduzem discriminações construídas socialmente e podem ser componentes para reforçar violências contra as mulheres como a violência sexual” através de um funcionamento que promove uma “distribuição do conteúdo [que] acontece em efeito cascata e com velocidade” levando a um maior alcance com que a “violência pode atingir” (DOSSIÊ, *on-line*).

Roberta Silva é uma dessas vítimas das violências patriarcais em solo brasileiro. Seu nome, divulgado com diversas combinações de sobrenomes (como Roberta da Silva e Roberta Nascimento Silva) assim como sua idade incerta (32, 33, 40 anos), foi uma mulher transsexual, em situação de rua, incendiada, tendo 40% do corpo queimado enquanto dormia no Centro do Recife, Pernambuco, em 24 de junho de 2021. Roberta teve a morte confirmada no dia 09 de julho, após duas semanas hospitalizada, com o agravamento do quadro que já a levava perder os dois braços. O feminicida, segundo a polícia, um adolescente, não teve o nome divulgado nos jornais, por conta de determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impede divulgação de atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes. No mesmo ano, entre as milhares de vidas interrompidas no contexto do 5º país no ranking de homicídios de mulheres¹⁷, Emilly Rione se apresenta como resistência. Natural de Aracaju, Sergipe, Emilly Rione Fagundes de Lima, de 18 anos e grávida de 5 meses, sobreviveu à tentativa de feminicídio sofrida em 07 de outubro de 2021, quando teve seu corpo incendiado pelo então companheiro e feminicida José Weverton. Emilly teve cerca do 60% do corpo queimado, necessitando de um enxerto no braço esquerdo e, após dois meses, recebeu alta hospitalar, continuando o longo e lento tratamento em casa enquanto presta cuidados a sua filha, Sophia Vitória, nascida no dia 12 de janeiro de 2022, também sobrevivente da violência.

Em ambas as histórias, pouco se sabe sobre suas vidas expostas nas páginas jornalísticas: seus gostos, seus sonhos ou mesmo seu nome correto. A representação dessas mulheres nos periódicos, regionais ou nacionais, se limita às violências a que foram submetidas. Na construção dessas narrativas, outras violências ainda as atingem. Queimadas vivas, tal como as bruxas da Inquisição acusadas de subverter ou ameaçar, de distintas maneiras, a ordem patriarcal, Roberta e Emilly personificam identidades dissidentes daquelas construídas no imaginário social através dos dispositivos de pedagogia patriarcal. Roberta é

¹⁷De acordo com o relatório da Agência Patrícia Galvão. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>. Acesso em 27 nov. 2021.

punida pela transgressão das normas do gênero a ela imposto no nascimento e por supostamente infringir as condutas masculinas esperadas, agravadas pela sua cor de pele e condições econômicas. Emilly, ainda que siga o roteiro imposto à personagem feminina na história da família nuclear patriarcal, erraria ao dar mais atenção à sua prole que ao marido. Nas manchetes e matérias relacionadas a seus nomes, porém, quase sempre essas nuances são apagadas, tratando-as como mais duas e meras vítimas de uma sociedade naturalmente violenta.

É na conjunção (e na tensão) entre jornalismo e gênero, e em suas relações com a construção e perpetuação de valores e identidades no meio social, que a escolha deste tema enquanto pesquisa de monografia se enquadra. A partir das definições de gênero e bruxa, da contextualização histórica da caça e da atualização destes conceitos, a visada do jornalismo enquanto possível fogueira simbólica é proposta. Analisando o discurso promovido pelo jornalismo brasileiro após a queima física e psicológica de Roberta Silva e Emilly Rione, em 2021, procura-se entender qual o papel do jornalismo no movimento inquisitorial do patriarcado. Para isso, esta pesquisa busca explorar as manchetes e as narrativas presentes em notícias localizadas na primeira página da ferramenta *Google News*. Neste espaço amostral, escolhido pela relevância do ambiente digital na produção e no agravamento de disseminação de violências simbólicas (DOSSIÊ, *on-line*) a mulheres e, em especial, a mulheres vítimas de violência, os nomes de duas vítimas de feminicídio/tentativa de feminicídio serão analisados com base na conceituação histórica e social do termo bruxa, sendo enquadrados tanto no seu contexto dado durante a Inquisição (ALEXANDER; RUSSELL, 2019; FEDERICI, 2017, 2019; MURARO, 2002; SILVA, 2013), quanto na atualização do termo para a contemporaneidade (BANDEIRA, CACEIDO-ROA, CARVALHO, NASCIMENTO, 2022; BUTLER, 2014; HOLANDA, 2021; SALIH, 2019; SEGATO, 2014; 2016).

Deste modo, os resultados exibidos na página inicial serão analisados, um a um, de forma a estabelecer possíveis padrões e divergências nos modos de produção jornalística e perpetuação, ou não, de violências contra essas mulheres. Para isso, autores como BENETTI (2010; 2015; 2016); COELHO, CHAGAS, PRATES, CARVALHO (2020); CARVALHO, MIRANDA (2020); FISHER (2002); LAURETIS (1994); LEAL CARVALHO, ANTUNES (2020); SILVA (2010) e SILVA (2013) darão o embasamento teórico para a discussão acerca das interferências midiáticas na produção e reprodução de características identitárias e comportamentais da sociedade.

Ao contrário de muitas pessoas, não vejo, quase nunca, poesia na luta. Gritar dói, escrever dói, ver pessoas tentarem sobreviver dói. Terminar um curso fazendo uma crítica

epistemológica a uma Ciência que decidi, quando ainda pequena, que seria minha profissão, por inúmeros aspectos, também dói. Mas, dessa vez, pedirei licença ao meu eu bruto para usar da poesia para me expressar. Se me livrar das fogueiras do patriarcado será (quase) impossível, em vida, que pelo menos eu consiga escapar de certas chamas. Se o Jornalismo é, como concludo, um dos combustíveis responsáveis pela formação das chamas que queimam cada uma de nós, gostaria de dizer, através da voz da grandíssima Alicia Keys, que “Esta garota está em chamas / Ela está andando sobre as chamas”¹⁸.

¹⁸ Trecho da canção “*Girl on fire*”: “*This girl is on fire / She's walking on fire*”.

2. OS LIMITES DE SER MULHER NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Se para a construção de qualquer definição, uma diversidade de variantes pode ser mobilizadas – geográficas, sociais, históricas, econômicas, religiosas, etc. –, a definição de “mulher” sequer chega a um consenso sobre quais delas devem ser acionadas para sua formulação. Em uma das primeiras, e mais reducionistas, formas de ser definida, uma mulher pode ser caracterizada a partir de sua classificação biológica, que a torna integrante do grupo de seres do sexo feminino, ao ser comprovado que ela é portadora de um par de cromossomos sexuais X. Assim, mulher é, *exclusivamente* (para os moldes patriarcais), o ser humano dotado de um sistema reprodutor composto por útero, vulva, vagina, ovários, seios e glândulas mamárias desenvolvidas, dentre outras características biológicas que, de preferência, as tornem perceptíveis visualmente, e inegavelmente, como tais. É a partir da nomeação dada ainda no útero da mãe/genitora, que o processo de concepção da mulher, para além de seus órgãos genitais, é colocada:

“É uma menina” não é um enunciado de um fato, mas uma interpelação que inicia o processo de “tornar-se menina”, um processo baseado em diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres, diferenças que estão longe de ser “naturais” (SALIH, 2012, p. 125)

O ritual inicia-se poucos meses depois da concepção, quando os viralizados “chás revelação”, mais do que revelar se o novo humano é fêmea ou macho, já determina quais papéis e desejos perante a sociedade do binarismo heterossexual o novo ser humano deve assumir. É também através desta marca de sexo atribuído, que se concede ao ser humano, além das formas de agir e a quem amar, as primeiras palavras que fundamentarão sua identidade: ela/dela ou ele/dele. Embrulhar-se sob o rótulo do dualismo do sexo é, então, a principal marca da identidade de um ser no padrão heteronormativo do patriarcado. Após a revelação, baseada no olhar de um médico sobre os órgãos genitais em um ultrassom, a identidade de gênero começa a ser formada. Ainda na maternidade, a pequena bebê, mas futura mulher, é marcada como tal, com a roupinha cor de rosa e o lacinho na cabeça para diferenciá-la do sexo oposto. Dias depois, suas orelhas são perfuradas para a alojar o brinco. Ao chegar no quarto novo, bonecas, princesas, bailarinas, vestidos e tiaras ajudarão a compor a diferença sexual perante a sociedade.

Quando um pouco crescida, outros fatores são inseridos para o melhor comportamento social, fora do núcleo familiar, da nova menina: como sentar-se de maneira correta, não correr ou gritar como os machos do bando, brincar de casinha e escolher qual

princesa da Disney deseja ser. A pequena humana do sexo feminino recebe a primogênita boneca para cuidar, juntamente com o kit de panelas e o desejo por um marido (ainda que esse desejo não apresente aspectos amorosos e/ou sexuais). A preparação, que vem ocorrendo antes mesmo da vocalização das primeiras palavras completas, encontra seu ápice quando a primeira gota de sangue se desprende do jovem útero e passa pelo canal vaginal, completando a transformação da menina em mulher. Sob o novo manto, a nova mulher recebe buquês de rosas enviados pela matriarca, tias e amigas da família e as novas regras lhe são impostas: o uso de sutiã, a maquiagem ao sair de casa, as porções diminutas de comida, a preparação para o casamento e para se tornar mãe.

No espaço de tempo entre mais uma mudança de fases, diversas são as obrigações de uma mulher: conquistar e servir seu futuro esposo, procriar, dedicar-se às tarefas domésticas. Nenhuma dessas atribuições deve afetar uma a outra. A casa limpa, jantar pronto, crianças educadas e limpas, abstenção do lazer e a disposição para o sexo são o que tornam a mulher “bela, recatada e do lar”¹⁹. Abster-se do papel social atribuído à fêmea humana, em cada etapa de vida, é inconcebível para o patriarcado. Mas quando mais uma grande alteração hormonal diminui sua produção de óvulos e cessa sua capacidade reprodutiva de acordo com o mecanismo cristão, a mulher colhe, mais do que nunca, os frutos das suas escolhas anteriores, ainda que elas estivessem alinhadas com as expectativas patriarcais. O título de mulher lhe é retirado, e agora a nova senhora terá apagada, pouco a pouco, sua identidade. Com os filhos criados, perda dos padrões de beleza, diminuição da libido de seu esposo e marginalização do mercado de trabalho, pouco resta daquela que foi treinada para assumir o papel de mãe e esposa. Não há, portanto, espaço para corpos que transcendem ou rompem com o binarismo macho e fêmea, que ressignificam os papéis de cada um dos personagens padrões ou mesmo que burlem as expectativas amorosas e sexuais de cada um deles.

Com exceção da definição da Biologia, os parâmetros adotados para conceituar o “ser mulher”, são formulados pelo patriarcado e se moldam de acordo com as necessidades de cada uma das fases do capitalismo. Apesar de este enredo ser comum e até mesmo rotineiro ao olhar, ele é atravessado por outras questões, no mínimo, igualmente complexas. A definição de mulher descrita acima, com base na sua atribuição sexual e *script* social, contempla somente esta mulher, singular e generalizada. De forma exclusiva e excludente, o conceito de mulher no contexto patriarcal refere-se à mulher branca, mais precisamente, à

¹⁹ Título do perfil feito pela revista Veja sobre a então segunda-dama, em 2016: "Marcela Temer: bela, recatada e do lar". Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 29 nov. 2021.

mulher europeia, branca, heterossexual e burguesa. Fora desse nicho, a desumanização, marginalização e subalternização de qualquer outro ser humano que se identifique com o feminino é requisito fundamental para a manutenção do roteiro patriarco-católico-capitalista. Subordinadas, mas não passivas, a esta sociedade, mulheres de todos os tempos lutam pela posse narrativa de denominarem-se mulheres, com atribuições identitárias que não se limitem ao gênero, à identidade de gênero, à genitália ou à sexualidade a elas pré-estabelecidas.

2.1 A quem pertencem nossas identidades: ser mulher no mundo contemporâneo

“O homem fode a *mulher*: sujeito verbo *objeto*”

Catharine MacKinnon²⁰

Desde sua concepção, ainda em esferas microscópicas, as mulheres são vistas como uma falta. No que as distingue e as transforma em “outro”, a ausência do cromossomo sexual Y aparenta demonstrar, e até mesmo provar, a perda de um pedaço que fará toda diferença em sua vivência na infeliz experiência patriarcal. É deste modo que, como discute a socióloga e ativista argentina María Lugones, “na atualidade, cromossomos e genitália fazem parte dessa atribuição [masculino ou feminino], mas de uma maneira que revela que a biologia é totalmente interpretada e construída cirurgicamente” (LUGONES, 2008, p. 85)²¹, e, enquanto uma convenção, “dentro das categorias sexuais” previamente fixadas, os conceitos de macho e fêmea se consolidam, não deixando “espaço para ambigüidade” (LUGONES, 2008, p.84)²². Neste mesmo ambiente de produção de diferenças sexuais, Judith Butler, ainda que não considere o sexo como biológico, argumenta que a heterossexualidade se impõe, ao não serem “problematizadas as afirmações ‘ser’ mulher e ‘ser’ heterossexual”, tais definições “tornaram-se ‘sintomáticas’ na “metafísica das substâncias do gênero” (BUTLER, 2014, p. 51).

Das discussões colocadas a partir dos pensamentos de Simone de Beauvoir (1948), muito se avançou na pauta da 2ª para a 3ª onda feminista. Mais do que um desdobramento de carregar os pronomes “ela/dela”, ser mulher passa a ser visto como uma construção (ainda

²⁰ apud SCOTT, p. 77, 1995. MacKinnon é jurista, professora e ativista feminista estadunidense, autora do livro “*Feminism, Marxism Method, and State: An Agenda for Theory*” de 1986.

²¹ “*En la actualidad, los cromosomas y los genitales forman parte de esta asignación pero de una manera que revela que la biología está completamente interpretada y es, en sí misma, quirúrgicamente construida*” no original. Trad. minha.

²² “[...] *dentro de categorías sexuales en las que no hay lugar para la ambigüedad*” no original. Trad. minha.

que sempre fora), à medida que são necessárias a exposição e desnaturalização de algo mais que características físicas e biológicas para que se tornar uma mulher. Refletindo sobre as proposições de Beauvoir sobre não se nascer mulher, mas tornar-se uma, Judith Butler propõe discussões acerca de sua construção social e performativa, reverberando em identidades plurais que transcendem fisiologias. A filósofa feminista revisita conceitos de diferentes autoras e autores colocando em questionamento aspectos considerados, até então, fundadores da imagem social da mulher. Dentre essas construções, ser mulher, como uma prática discursiva que se inicia na denominação de seu pronome, enquanto termo, torna-se “aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2015, p. 69).

Para autora de *Problemas de Gênero*, assim como o sexo²³, o gênero é uma produção social, uma performance dos sujeitos dentro de uma cultura, “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser” (BUTLER, 2021, p. 69). Enquanto um produto que opera dentro de um sistema inflexível baseado na binariedade dos padrões, só poderiam existir duas personificações legítimas: o “eu” masculino universal e o “outro”, o sujeito mulher representado pela falta em relação aos atributos do gênero masculino. Do paradoxo da “criação cultural” e da “naturalidade biológica”, o gênero assume-se enquanto o “lugar do 'real'” não só estruturando, como também expandindo “sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida” (BUTLER, 2015, p. 69). Assim, encobrendo sua origem dentro da cultura, o gênero expõe-se sempre sob o aspecto do natural, anterior ao próprio ser.

Como construção, o gênero mescla-se a outros atributos que instituem o “eu”, como a sexualidade, raça, etnia, classe, suas inserções no tempo histórico, dentre outras marcas. Partindo destes pontos, Federici (2017; 2019) ultrapassa as conceituações sobre gênero para a definição do ser mulher, inserindo-a em diferentes temporalidades. Suas pesquisas, voltadas primordialmente para o período de transição de regimes econômicos, como o fim do feudalismo e a ascensão do capitalismo no continente europeu (e seus reflexos nos demais continentes, principalmente nos países colonizados), trazem à tona as nuances compreendidas no “ser” ou “tornar-se” mulher desde os primórdios do sistema vigente. Para ela, o capitalismo parte do princípio da submissão e, por consequência, exploração das mulheres, ao acrescentar uma variante ao modelo de produção mundial: se no feudalismo o sustento do

²³ Na definição de teóricos conservadores, o sexo é definido como o conjunto de características biológicas que diferenciam machos e fêmeas, partindo do pressuposto de reprodução. Para a teórica, no entanto, o sexo também é uma construção social, por vezes, mesclando seu conceito ao do gênero. Butler diz que não existe um sexo pré-discursivo sobre o qual o gênero se inscreve; o sexo é, ele mesmo, produzido discursivamente.

sistema dava-se pelo trabalho produtivo, no capitalismo há o acréscimo de um trabalho reprodutivo.

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçando a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 34).

Segundo as teorias do socialismo científico dos revolucionários socialistas Karl Marx e Friedrich Engels, que ancoram os pensamentos de teóricas como Federici, ainda que também sejam criticados e revisados por elas, a opressão e submissão feminina estão diretamente relacionadas ao movimento de criação da sociedade da propriedade privada e da divisão de classes. “A derrota histórica das mulheres”, como propôs Engels, é marcada pelo seu confinamento ao ambiente privado (doméstico), patriarcal e monogâmico, que as afasta da produção social, tornando-as subservientes ao sistema que as “criou”. “O burguês vê sua esposa como um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção serão explorados em comum, e, naturalmente, não pode chegar a outra conclusão senão a de que acontecerá o mesmo com as mulheres” (ENGELS; MARX, 2017, p. 37). Sendo uma sociedade altamente hierarquizada, como a capitalista, as mulheres convertem-se em corpos subalternos, submissos ao capital, sendo para isso divididos e hierarquizados os trabalhos produtivos e reprodutivos, cabendo às mulheres o papel exclusivo (e invisibilizado) neste último, como discutido pela historiadora estadunidense Joan Kelly em *Mulher, história e teoria*²⁴,

Os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente nessas relações [relações de trabalho e sexo (ou classe e raça, e sexo-gênero)], mas - e esse é um ponto importante - as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos. (KELLY, 1984, p. 58 apud LAURETIS, 1994, p. 215)

Ser mulher seria então, a partir da comunhão destes conceitos, uma produção cultural que parte invariavelmente de princípios que minimizam o gênero não universal (a mulher), fixando-a em um lugar que se adapta às necessidades históricas do capital. Qualquer desvio desta conduta previamente estabelecida iria considerá-las desertoras, revolucionárias, hereges ou bruxas, a depender do contexto. No decorrer da história, porém, outras questões foram sendo postas no debate acerca do gênero e de suas funções sociais. Rompendo com o pensamento binário, Butler discute que identidades de gênero são ultrapassadas e

²⁴ *Woman, history and theory*, no original.

excludentes, uma vez que ignoram as demais performances identitárias dos sujeitos, que não se encaixam nos dois elementos pré-estabelecidos.

No ambiente que dá apenas duas possibilidades de vida, ser homem e mulher, cuja atração sexual é dada como direito apenas a pares opostos, demais vidas sequer são enxergadas como tais. Rompendo com o binarismo (ou transitando pelas lacunas existentes dentro dele), outras identidades se impõem, ao mesmo tempo que são massivamente apagadas: pessoas não binárias, transexuais, travestis, homossexuais, assexuais, dentre tantas outras, nomeadas ou ainda não, vivenciam um contexto ainda mais complexificado. Neles, os princípios de separação e hierarquização se apresentam até mesmo dentro de um mesmo grupo, como é mostrado nas diferentes vertentes do feminismo: o feminismo branco europeu, o feminismo decolonial, o feminismo negro e o feminismo de negras da terra (as indígenas), dentre tantas outras, separadas por outros critérios identitários (território, raça, classe, viés ideológico).

Como sugeriu Iris Young, em sua leitura de Kristeva para entender o sexismo, a homofobia e o racismo, o repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade”. (BUTLER, 2015, p. 220)

Em sua leitura de Michael J. Horswell, Maria Lugones discute sobre o uso do termo “terceiro gênero” pelo teórico: “Ele argumenta que o terceiro gênero não significa que existem três gêneros. Pelo contrário, é, sim, uma maneira de se livrar da bipolaridade de sexo e gênero. O ‘terceiro’ é emblemático de outras combinações possíveis além do dimórfico” (LUGONES, 2008, p. 91)²⁵. Num contexto patriarcal, contudo, o terceiro gênero, bem como qualquer outra classificação identitária, como a identidade transexual, seria visto e perseguido como uma sexualidade desviante. Neste preâmbulo de dissidências, mulheres trans colocam-se no limite do questionamento da hetero-cis normatividade, como uma forma de escapar da binaridade de gênero, ainda que se encontrem dentro dele. Em casos ainda mais complexificados, pessoas travestis se veem atravessadas, não só pelas consequências dos rompimentos desse binarismo, como também pela reafirmação de sua identidade cultural, marcada por questionamentos de modo de vida a que mulheres são submetidas desde os primórdios das experiências latinas. Como discutido por Berenice Bento, doutora em Sociologia e professora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

²⁵ “Sostiene que tercer género no significa que haya tres géneros. Sino que se trata, más bien, de una manera de desprenderse de la bipolaridad del sexo y el género. El «tercero» es emblemático de otras posibles combinaciones aparte de la dimórfica” no original. Trad. minha.

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios (BENTO, 2014, p. 1)

Se em corpos cisgênero, irromper com os papéis pré-dispostos, como a feminilidade, a maternidade, dentre outros aspectos, tornam-nas passíveis de subalternizações e demonizações, a ver o ocorrido com as bruxas da Idade Média, o corpo transgênero é, por si só, uma monstruosidade para os padrões vigentes. Ao negar diversos demarcadores da pedagogia cultural, mulheres trans necessitam alcançar o ápice do mimetismo das feminilidades postas, de modo a compensar aquilo que é visto como falta. Concomitantemente, outros marcadores das interseccionalidades identitárias, como raça e classe, são colocadas à tona, de modo a consumir esses corpos a partir de suas próprias vivências.

A principal função social deste tipo de violência é a espetacularização exemplar. Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para a coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de herói, os não exemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação (BENTO, 2014, p. 2)

3. ABENÇOADA PELA IGREJA E INSTITUCIONALIZADA PELO ESTADO: A HISTÓRIA DA CAÇA ÀS BRUXAS

Como se explica que, ao longo de três séculos, milhares de mulheres se tornaram a personificação do “inimigo no meio de nós” e do mal absoluto?
Silvia Federici

Nas distinções históricas por que o termo "bruxa" passou - e ainda passa com a retomada no debate sobre caça e a observação dos eventos contemporâneos - diversas são as mulheres que, por suas próprias percepções identitárias, poderiam ser classificadas como tais. Apesar do ápice das acusações de bruxaria encontrar-se no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, as bruxas sempre existiram, em todos os tempos e territórios, sob diferentes perspectivas que diferenciaram a perseguição de um ou outro tipo de sujeito. Apesar da personagem bruxa (e sua caça) ser tipicamente encenada e estereotipada no continente europeu, quando observadas e levadas em conta a diversidade de características geográficas e culturais, inúmeros são os povos que, com suas adaptações, possuem bruxas em seu meio social, dentre eles, os povos originários dos territórios colonizados pela própria Europa (FEDERICI, 2019).

As primeiras mulheres documentadas sob o termo “bruxa” eram frequentemente atreladas à feitiçaria, “intimamente associada aos poderes da natureza” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 64), com o poder de cura, o saber medicinal e a ligação com a terra e os elementos naturais. Seus poderes inexplicáveis não representavam uma força “necessariamente maléfica, mas tão alheia e remota ao mundo dos homens que constitui uma ameaça à ordem social, ética e até física do cosmo” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 65). Mas foi no contexto de mudanças sociais vividas pela Europa no decorrer da Idade Média - crise populacional, desastres naturais, peste, alteração no sistema de propriedade, êxodo rural e adensamento das cidades - e suas consequências locais, que a “bruxa” passou a ser vista sob maus olhos. A busca por questionamentos a partir da teologia foi amplamente utilizada para explicar os infortúnios enfrentados no período (RUSSELL; ALEXANDER, 2019). A principal delas constatava que os males enfrentados no continente eram a punição divina pelos atos maléficos proferidos por forças sobrenaturais diabólicas.

Até então vistas como pessoas comuns dotadas de dons naturais, apresentando-se como as curandeiras, parteiras, agricultoras das sociedades comunais (FEDERICI, 2017), as bruxas passaram a ser perseguidas e julgadas, tendo seus poderes interpretados como uma ligação com o diabo, o ser diametralmente oposto à bondade do deus cristão. Intituladas

como hereges, essas mulheres se viram desapossadas dos seus labores comunitários, que quando exercidos, eram mal vistos socialmente. Essa mudança conceitual e a caça a essas bruxas, contudo, “tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo” (FEDERICI, 2017, p. 30). Assim, culpabilizar sujeitos pelos males enfrentados não só promovia um meio de explicar os acontecimentos, até então inexplicáveis pelas ciências, como também personificava o responsável pelos males sofridos pela sociedade, tornando a imagem da bruxa “um meio de compensá-los, aplicando os remédios mágicos apropriados (SILVA, 2013, p. 30), além de serem meios de controle.

Nos períodos de maior intensidade da perseguição, a caça, tortura e julgamento das bruxas aconteceram concomitantemente com as mais profundas modificações sociais, que “ocorreram em sociedades em que as relações econômicas e sociais eram reformuladas pela crescente importância do mercado e nas quais a pauperização e o aumento das desigualdades era desenfreados” (FEDERICI, 2019, p. 49). Na transformação das acusações de bruxaria, encontravam-se agora o praguejar, o pedir esmolas e o roubo de alimentos. Vizinhos denunciavam mulheres, geralmente idosas, por destruírem plantações completas ao negarem-se a dar-lhes o que comer, depois da perda de suas terras pelas políticas de cercamento (FEDERICI, 2017). É neste mesmo contexto que o cercamento do corpo como propriedade passa a subordinar os corpos femininos às demandas associadas à esfera estatal (FEDERICI, 2017). Nesse campo, gênero e sexualidade passaram por transformações à medida que o “governo de território”, típico dos feudos, em que as fronteiras de um espaço físico delimitam o que é propriedade privada, sejam eles objetos ou corpos, dá lugar ao “governo das populações”, no qual os corpos são tidos como propriedades, como ocorre no capitalismo. Para Foucault, “esta mutação significou uma mudança muito profunda na concepção de propriedade e posse que, certamente, devido a continuidade cognitiva entre corpo da mulher e território” (FOUCAULT apud SEGATO, 2014, p. 31)²⁶, fizeram com que estas fossem não só vistas como posses, mas tratadas como tais.

Passava o corpo da mulher, nesse momento, por mais uma remodelagem conceitual dentro do sistema patriarcal. Agora não era necessária apenas uma explicação para as desgraças sociais, mas sim, colocar em vigor modos de superação dessas crises. Retomando a visão cristã do sagrado feminino, o corpo da mulher voltara aos princípios de procriação e cuidados. Com isso, “a sexualidade feminina foi vista, ao mesmo tempo, como ameaça social e, quando direcionada apropriadamente, como poderosa força econômica” (FEDERICI, 2019,

²⁶ “Esa mutación significó un cambio muy profundo en la concepción de la propiedad y la posesión que, ciertamente, debido a la contigüidad cognitiva entre cuerpo de mujer y territorio” no original. Trad. minha.

p. 66), a depender da fase e das necessidades requeridas pelo capitalismo. Confinadas ao ambiente doméstico (privado), passando a depender da força econômica de parentes masculinos, tornando-se submissas a eles e, quando oportuno, como ocorreu o decorrer das Guerras Mundiais, essas mulheres foram desconfinadas e transformam-se em força de trabalho (com exceção das mulheres não-brancas e/ou pobres que nunca puderam ocupar apenas a esfera privada, sendo classificadas como força de trabalho subalterno, realizando serviços domésticos ou de cuidados). Questões geográficas também determinam o direcionamento da visada “ameaça social” ou “poderosa força econômica”. Nos países do sul global, por exemplo, as mulheres dividiam-se entre os trabalhos domésticos (afazeres cotidianos de casa, maternidade, amas de leite), em um papel imposto exclusivamente a elas, ou a trabalhos externos, marcados pela sub remuneração e a setores vistos também como sub trabalhos — como venda de quitutes culinários, onde poderiam exercer o “dom” da feminilidade no atendimento ao cliente.

Como a sexualidade e a subjetividade, o gênero se localiza na esfera privada da reprodução, procriação e família, e não na esfera pública, propriamente social da superestrutura, onde a ideologia se insere e é determinada pelas forças econômicas e pelas relações de produção. (LAURETIS, 1994, p. 212)

Nesta determinação de papéis inflexíveis, aquelas que fugiam do posto pré-estabelecido pela nova sociedade eram então marcadas como bruxas, denominação que passara a servir também como instrumento para disciplinar outros corpos. Através de sua demonização, o castigo e “a morte dessa figura servia como lição sobre o que esperar caso [outras mulheres] seguissem o mesmo caminho” (FEDERICI, 2019, p. 54). Desta forma, as bruxas transformaram-se em heréticas, desertoras de um sistema ancorado na moral e nos bons costumes cristãos. Derrotar as bruxas seria, então, a derrota do inimigo cristão e o firmamento do controle sobre os corpos femininos, mais precisamente, no manejo dos trabalhos reprodutivos de cada um desses úteros, a “máquina” de produção de mão de obra, a mais-valia do capitalismo (FEDERICI, 2017).

Nas condenações em praça pública, o carácter disciplinar, o apagamento cultural e identitário dessas mulheres agiam concomitantemente. As práticas que hoje são entendidas como tortura foram usadas irrestritamente contra essas mulheres. O afogamento, conhecido como “banho da bruxa” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019), consistia em amarrar os pés e as mãos da dita bruxa e mergulhá-la sob a água de um rio, lago ou similar, de modo que, se seu corpo afundasse, a mulher era vista uma criatura divina e estava livre da acusação de bruxaria. Senão, aquele corpo havia sido corrompido pelo diabo, e a acusação estava

confirmada. Outras, com o uso de equipamentos como “parafusos para comprimir polegares, torniquetes para as pernas, troncos para flagelação com puas de ferro, banhos em cal fervente, genuflexórios com farpas afiadas, cavaletes, a polé” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 108), eram utilizados para que as acusadas admitissem seus crimes. Esses e outros métodos de tortura eram, em geral, utilizados para que as mulheres admitissem terem realizado rituais, encontros ou magias, como haviam sido acusadas por seus vizinhos, desconhecidos ou mesmo seus familiares.

De modo ainda mais dramático se davam os julgamentos. Ao serem confirmadas as acusações após um longo período de depoimentos e exposição frente aos juízes, a bruxa era, então, apresentada à sua condenação. Dentre as torturas já discutidas, a retenção de suas terras e outras posses e a expulsão de sua comunidade eram formas comuns de tornar visível a criminalização de suas atitudes. De modo ainda mais extremo, a condenação à morte por meio do fogo, em geral de modo público, com plateias aglutinadas em praças. Como discutido por Federici,

Nas fogueiras não estavam apenas os corpos de “bruxas”, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações – conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens. (FEDERICI, 2019, p. 72)

No incineramento dos corpos vivos, não se deixavam rastros. Saberes comunais, histórias geracionais, entendimentos sobre a natureza, dentre tantos outros bens culturais eram transformados, literalmente, em pó. Além do assassinato da própria bruxa, em muitos casos, outras mulheres de sua família como mãe e filhas eram também condenadas à fogueira. Isso porque, como pontua *Malleus Maleficarum*, um dos livros mais misóginos da história como opina Federici (2019), as mulheres possuíam maior susceptibilidade à prática de bruxaria uma vez que eram “mais frágeis, mais estúpidas, supersticiosas e sensuais” (ALEXANDER; RUSSELL, 2019, p. 88). Desse modo, controlava-se, não só o corpo desertor, como também se disciplinava todos ao redor. Ironicamente, as características colocadas por Kramer e Sprenger – a fragilidade, sensibilidade, beleza e sensualidade – foram também os adjetivos requeridos para a construção do ideal feminino na sociedade patriarcal. E foi através da imagem da bruxa, herege, ameaçadora, que Estado e Igreja firmaram mecanismos efetivos para a dominação e disciplina dos corpos femininos.

3.1 Coloridas: a história em preto e branco das bruxas não europeias

Assim como se negar a ver questões de gênero que transcendem o binarismo e a cis-normatividade impostos pelo sistema patriarcal é um erro, essencializar a história da bruxaria a personagens brancas e europeias também o é. Menos documentadas, mas não inexistentes, a história da bruxaria abarca latinas, asiáticas e africanas de modo tão sanguinário quanto atinge europeias no que diz respeito às torturas físicas e psicológicas a que foram submetidas. Em um período concomitante ao que o continente Europeu ainda sofria com crises populacionais, econômicas e religiosas, esse mesmo território foi responsável pelas massivas violações a povos e territórios vistos como terrenos de “conquista” para a expansão territorial, de poder e moral, de Estados que desejam se despontar como potência europeia e global.

Neste contexto, diversas foram as incursões aos territórios longínquos, sob o pressuposto de salvação dos povos à perdição moral e religiosa. Ao chegarem e observarem os costumes dos povos originários de cada território, os invasores buscaram pela higienização cultural, apelando para a imposição de modos de vida europeus, como a coação e oficialização da religião católica sobre os territórios invadidos. Com isso, a visão dual do mundo (bem e mal, certo e errado, divino e diabólico) foi inserida aos costumes de povos originários e migrantes forçados, trazendo, paralelamente, a criminalização e julgamento herético de todo ato fora dos limites homologados pela Metrópole. Desta forma, assim como ocorrido em terras interioranas do continente europeu, a pedagogização e controle dos corpos seriam ancoradas na construção do conceito de bruxaria nas colônias.

Como exemplo, no caso brasileiro, as já conhecidas, e muito discutidas, missões jesuítas, as entradas bandeirantes e a escravização indígena e negra, serviam como estruturação e manutenção dos modos de vida intitulados como civilizados, de forma a promover a dominação dos corpos e dos saberes, através da destruição dos hábitos tidos como “selvagens” de vida. Através do apagamento cultural, com a criminalização de religiosidades, culinárias, lazer e demais formas de experiências locais, promovia-se a demonização dos saberes e dos corpos não brancos. É desta forma que, como discutido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, além do genocídio, etno e ecocídio, o epistemicídio, termo cunhado pelo teórico,

foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista [...] tanto no espaço periférico,

extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS; MENEZES, 1995, p. 328)

Como modo de resistência, muitos foram aqueles que, tendo seus modos comuns de vida perseguidos e sentenciados, buscaram formas de camuflar suas vivências culturais. Assim, como discutem as pesquisadoras Maria Leônia de Resende, Mayara Januário e Natália Turchetti, o uso de ervas, magias e demais atitudes que seriam vistas como bruxaria pela Metrópole, eram, na verdade, uma

forma de inserção e sobrevivência no Novo Mundo, sendo acionadas indistintamente por diversos grupos que compartilharam um modo próprio de viver a experiência colonial, num caldeirão cultural mestiço, que amalgamou tradições, hábitos e crenças (JANUÁRIO, et al, 2011, p. 345)

Neste contexto de resistência ao epistemicídio, os povos colonizados, de modo geral, tinham na prática da feitiçaria a tentativa de se blindarem do processo de apagamento dos saberes comunais, que atingiam, em especial, as mulheres negras indígenas e africanas, que compunham o extrato mais profundo da hierarquia social. Essas mulheres eram, também, o grupo social detentor dos principais saberes culturais e comunais de seu povo, sendo, por isso, vista como grande ameaça aos olhares europeus que importaram a visão misógina (e agora, racista) associada ao estigma de bruxa.

Em solo americano, as colonizações ibero-hispânicas traçaram alguns caminhos em comum. Ao se depararem com os costumes das comunidades indígenas locais, além das já comentadas relações econômicas, culturais e religiosas, os invasores europeus se depararam também com as diferenças quanto à organização social desses povos. Dentre elas, como descreve a poeta, ativista e professora estadunidense Paula Gunn Allen sobre os povos Yuman, nativos da região hoje chamada de Novo México,

se encontrava a estrutura social bilateral complementar; a compreensão de gênero; e a distribuição econômica que seguia um sistema de reciprocidade [...] O gênero não era entendido primordialmente em termos biológicos. A maioria dos indivíduos se encaixa em papéis tribais de gênero com base na propensão, inclinação e temperamento (ALLEN apud LUGONES, 2008, p. 90)²⁷

²⁷ “Entre las características de la sociedad indígena condenadas a la destrucción, se encontraba la estructura social bilateral complementaria; el entendimiento del género; y la distribución económica que solía seguir un sistema de reciprocidad [...] El género no fue entendido ante todo en términos biológicos. La mayoría de los individuos encajaban dentro de los roles de género tribales «en base a propensión, inclinación y temperamento” no original. Trad. minha.

Já Lugones aponta que, dentre as comunidades indígenas originárias do continente americano, eram “matriarcais, reconheciam positivamente tanto a homossexualidade como o ‘terceiro’ gênero, e entendiam o gênero em termos igualitários, não em termos de subordinação que o capitalismo eurocêntrico acabou impondo a eles” (LUGONES, 2008, p. 86)²⁸. Tanto os estudos de Allen quanto de Lugones trazem à tona algumas das características que foram vistas pelos invasores-colonizadores como aberrações anti civilizatórias. Infringindo os preceitos europeus de racionalidade através de crenças e superstições, transgredindo papéis de sexo/gênero e rompendo com a hierarquização social europeus, comunidades espalhadas de norte a sul do continente americano tiveram seus saberes, cultura e, de modo enérgico, seus corpos, dizimados.

3.2 Tingidas pela terra, queimadas pela Inquisição: a caça às bruxas na América Portuguesa

Na América Portuguesa, ainda que haja especificidades da colonização, elementos semelhantes foram utilizados durante a Inquisição para adestrar esses corpos selvagens, potencialmente bruxos:

Uma instituição secular como a Igreja católica não precisava criar novas formas para cuidar da assistência espiritual a seu cada vez mais dilatado rebanho. Trataria de repetir no Brasil, em suas linhas gerais, aqueles procedimentos adotados nas origens medievais da Inquisição européia (FIGUEIREDO; SOUSA, 1987, p. 2)

Dentre as aproximações com a caça no continente europeu, mais uma vez vinculada à feitiçaria, a bruxaria na Colônia encontrava intersecções entre costumes indígenas, africanos e europeus. Como discutido, o uso de magias, curandeirismos, feitiços e demais feitos foram as formas encontradas pelos povos e indivíduos subalternizados para expressarem sua fé, sua cultura, e até mesmo para sobreviverem, física e psicologicamente, às situações que passavam. Em pesquisa sobre a prática da feitiçaria no nordeste da América Portuguesa, Nereida Soares Martins situa que, paradoxalmente, a feitiçaria era usada tanto como uma fuga às dores e mazelas causadas aos africanos escravizados, como

Por outro lado, a recorrência à magia tornava-se uma justificativa mais que conveniente para o exercício da violência dos senhores sobre os cativos, pois no

²⁸ “*muchas comunidades tribales de Nativos Americanos eran matriarcales, reconocían positivamente tanto a la homosexualidad como al «tercer» género, y entendían al género en términos igualitarios, no en los términos de subordinación que el capitalismo eurocentrado les terminó por imponer*” no original. Trad. minha.

plano ideológico, a repressão agia com um poder purificador. Desta forma, a violência motiva o uso de feitiços, e os feitiços justificam repressões violentas, num eterno ciclo de dor e vingança (MARTINS, s/d, p. 5)

Outro ponto em comum, é o contexto histórico no qual se dá o ápice das acusações. O uso de magia como delito no século XVIII tem como contexto o crescimento de revoltas, insatisfações e mudanças sociais na Colônia, no qual “as tensões sociais no escravismo que colocariam a elite refém das ameaças e do medo das feitiçadeiras”, grupo formado por “diferentes procedências sociais, não excluindo brancos, índios ou africanos – em um amálgama de práticas e rituais, em um trânsito cultural que arrebatou a muitos” (JANUÁRIO; RESENDE; TURCHETTI, 2011, p. 345).

Ao tratar das condições a que mulheres foram subordinadas no período, a situação encontra inúmeras particularidades. Antes mesmo da colonização, seus corpos foram postos como espaço de sexualização, comparação e poder, como pode ser visto nas cartas de Pero Vaz de Caminha, datadas de 1550:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha (SANTOS, 2009, p. 6)

Como discute Segato sobre as alterações nas concepções de propriedade e posse no decorrer da transição entre feudalismo e capitalismo, essas mesmas mudanças quando aplicadas aos territórios invadidos e reestruturados à força tiveram como consequência a “continuidade cognitiva entre o corpo da mulher e território, [que] resultou em uma transformação profunda nas concepções de gênero e sexualidade” (SEGATO, 2014, p. 31). Violentadas, escravizadas, estupradas, ainda que vistas como o mais selvagem dos corpos, “as fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido mais profundo de serem seres ‘sem gênero’, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade (LUGONES, 2008, p. 94)²⁹. Tanto mulheres indígenas quanto mulheres vindas do continente africano, foram colocadas, mais uma vez, à serventia de mais uma das fases do capitalismo. Na desumanização e animalização da mulher não branca, as aproximações das características a que eram acusadas as bruxas da Inquisição se expõem mais uma vez.

Alicerçando-se nos ideais classicistas e machistas europeus, a “pequena Inquisição” colocada em vigor tanto nas vilas mineiras, como nos demais territórios da colônia, como descrito pelos pesquisadores Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Ricardo Martins de

²⁹“Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres «sin género», marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la femineidad” no origina. Trad. minha.

Sousa, atingia de forma mais incisiva

Os contingentes empobrecidos da sociedade: prostitutas, concubinos, feiticeiras, consentidores, blasfemadores, usurários, em geral muito distantes da disciplina espiritual que as devassas intentavam preservar. Eram estes personagens que compareciam à Mesa novamente instalada para receber a condenação do visitador. (FIGUEIREDO; SOUSA, 1987, p. 6)

Assim como os grupos citados por Figueiredo e Sousa, os indivíduos que mais sofriam acusações de bruxaria eram também aqueles que estavam inaptos a fazerem acusações e a testemunharem, “a Igreja entendia a parcela pobre da população, aqueles sem atividade econômica expressiva e as mulheres” (FIGUEIREDO; SOUSA, 1987, p. 4). Assim, mais uma vez, as mulheres tornavam-se, não por acaso, as mais susceptíveis às acusações, condenações e mesmo a mortes na fogueira. Apesar das semelhança com a perseguição das bruxas da Europa, as bruxas da Colônia possuíam suas próprias características, como “às práticas individuais que se relacionavam às técnicas mágicas e orações” (MARTINS, 2012, p. 43) no lugar dos encontros noturnos das bruxas europeias, ou “feiticeiras [que] giravam em torno dos pequenos dramas cotidianos: emprego, doença, casamento, problemas familiares, saúde etc [devido] a desorganização familiar provocada pela vastidão territorial” (MARTINS, s/d, p. 3).

No combate à bruxaria colonial, as chamadas “Visitações”, foram uma das principais táticas para combate das heresias, condutas anti civilizatórias e pedagogização da população. Apesar da não instalação de um Tribunal inquisicional, a caça às bruxas na América Portuguesa teve diversas semelhanças com a caça europeia. O uso da doutrinação da vizinhança para a vigilância de familiares, amigos ou qualquer outro suspeito de bruxaria, bem como a denúncia a membros do políticos ou do clero local, tinham como objetivo manter a vigilância constante na Colônia. Exemplos dessas visitas aconteceram nos arraiais no território hoje conhecido como Mariana, Minas Gerais. Por meio de visitas de representantes da Igreja, a população era convocada a delatar aqueles com atitudes ou atividades suspeitas, heréticas aos princípios católicos, em implantação na Colônia. Após a denúncia, os suspeitos eram levados à interrogatórios, baseados em documentos que registravam “um enorme conjunto de práticas consideradas heréticas: jogo, toda sorte de bruxarias, concubinato, incesto, usura, sodomia, blasfêmia, apostasias e outros desvios que atentassem contra a conduta cristã” (FIGUEIREDO; SOUSA; 1987, p. 4).

Dentre os casos documentados no Brasil Colônia, Maria Madalena, da capitania de São Vicente (região onde hoje encontram-se parte do estado do Rio de Janeiro e São Paulo), foi acusada de feiticeira, ao “enterrar uma imagem do senhor crucificado e obrar coisas

supersticiosas” (JANUÁRIO et al. 2011, p. 356). Outro caso foi o de Felícia Tourinho, da capitania de Pernambuco, acusada e punida pela prática de superstição, feitiçaria e pacto com o demônio. Felícia teve “seu depoimento tomado e a prisão decretada. Ao final, foi condenada a comparecer em auto de fé, mas seus juízes a escusaram da penitência pública”, além de Felícia de ser advertida à não reincidência e a “cumprir penas espirituais e pagar 10 cruzados além das custas do processo” (MARTINS, 2012, p. 56).

Em outros casos, as “feiticeiras mais violentas eram presas, às vezes açoitadas publicamente e remetidas para o julgamento no bispado ou até na Metrópole, às malhas do Santo Ofício” (FIGUEIREDO; SOUSA, 1987, p. 6), assim como as demais bruxas que praticassem qualquer outro ato herético, como a sodomia e a prática de outras atividades religiosas que não a católica. Como exemplo deste último, no século XVI, Ana Rodrigues, moradora do Recôncavo baiano, foi denunciada e acusada de manifestação da fé judaica, “sendo levada à Portugal, onde morreu prisioneira. O processo, mesmo assim, continuou e ela foi ‘condenada’ à fogueira, sendo queimada em efígie” (OLIVEIRA, [s/d], p. 3) como discute o historiador Halyson Rodrygo Silva de Oliveira. Assim como na Metrópole, o simbolismo em volta da morte na fogueira das mulheres consideradas bruxas na Colônia marcava, não só o controle do seu corpo, mas também o controle do corpo por parte de um agente institucionalizado e precursor do capitalismo. Além disso, como discute Bandeira e os demais,

Esta queima-destruição remete à aniquilação simbólica, mostrando seu não valor e sua banalidade, além de retirar a fala das mulheres, uma vez que essas jamais seriam ouvidas, consegue arrasar com sua identidade e existência, no sentido de que o fogo destrói, não deixa vestígios, apenas cinzas. *A queima também mostra a condição da mulher que se constitui como um território de vingança.* (BANDEIRA et al, 2022 p. 53, grifo meu)

4. A CAÇA CONTEMPORÂNEA: A NOVA GUERRA CONTRA ÀS MULHERES

A leitura fundamentada nas multicausalidades e contextos nos quais as “bruxas” da Idade Média foram produzidas abre caminhos para interpretações do próprio papel feminino na história subsequente à Inquisição. A derrota moral representada pela caça às bruxas é revisitada por Segato, já no século XXI, sob outra roupagem. Nos cerca de 300 anos posteriores ao declínio da caça, o termo bruxa passou por novas modificações que o tornaram, em teoria, menos ameaçador socialmente. Contudo, dispositivos disciplinares dos corpos femininos continuaram a ser exercidos, acionando agora, novos instrumentos. Assim como proposto por Federici (2017) na contextualização da caça às bruxas e as alterações sofridas no *status* do ser mulher, Segato (2014) explicita as novas dinâmicas que passaram a reger novas guerras, agora orquestradas tanto por organismos estatais como por paraestatais. Em um cenário marcado por mudanças estruturais em uma “economia de mercado global, em uma modernidade tardia, em meio de ciclos críticos do capitalismo cada vez mais frequentes, na instabilidade política, a decadência da ‘democracia real’, e a porosidades dos estados e dos territórios nacionais que administram” (SEGATO, 2014, p. 20)³⁰, corpos femininos tornaram-se mais um dos territórios a serem “conquistados”, “anexados” e “explorados”.

Em terras invadidas e, ditas, colonizadas, como já discutido, sujeitas do feminino só se apossaram do conceito “mulher”, em um sentido civilizado e humano da palavra, com a tomada de seus corpos por homens e costumes europeus. No decorrer das inúmeras colonizações, vistas como conquistas territoriais pelos vencedores, o eco, etno, epistemo e genocídio contra os povos originários agiram de modo a promover a tomada forçada de suas subsistências sociais, culturais e corporais. Durante o percurso de estruturação das jovens nações, as violentas demonstrações de poder, com as guerras e ditaduras, algumas das personificações máximas do patriarcado colocaram novamente em cheque corpos específicos. Agora, na veloz globalização, com a transposição de fronteiras econômicas, culturais e religiosas, novos e antigos corpos continuam a fazer parte do incessante sistema de disputas e trocas. Em todas as etapas, mulheres continuam sendo colocadas em posições subalternizadas, profundamente marcadas e diferenciadas por raça, etnia, orientação sexual e outros marcadores identitários e interseccionais.

Nas práticas modernas de estruturação da colonização e do patriarcado, as

³⁰ “*una economía de mercado global, en una modernidad tardía, en medio de ciclos críticos del capitalismo cada vez más frecuentes, a la inestabilidad política, la decadencia de la “democracia real”, y la porosidad de los estados y de los territorios nacionales que administran*” no original. Trad. minha.

complexidades e a acumulação de atributos de exploração se apresentam. O “patriarcado como apropriador” usufrui do corpo das mulheres como sua “primeira colônia” (SEGATO, 2016, p. 19)³¹. Esses sujeitos não são mais vistos, somente, como uma máquina reprodutiva, uma explicação para eventos adversos ou a personificação do pecado e da tentação masculina, como na Idade Média: agora, às mulheres são atribuídos o conceito de corpo-territórios, ambiente no qual é permitido quaisquer formas de colonização, de disputas, de guerra e no qual o extermínio e a escravização de seus corpos representam o extermínio do inimigo, o outro.

Esta prática apresenta-se como uma tática do exercício do “biopoder” como definido por Foucault, através das múltiplas facetas de regulação e dominação dos corpos - sexualidade, desejos, modos de conduta, etc. — utilizados para desempenho e legitimação de um poder. Tais políticas de controle do século XXI ancoraram-se também na necropolítica, modalidade de governança definida por Achille Mbembe (2018), a partir da qual a escolha de corpos que devem ou não figurar no cenário social se faz através do controle do acesso à educação, serviços básicos de saúde e meios básicos de sobrevivência. Além disso, como também propõe o teórico, as “inovações nas tecnologias de assassinato visam não só ‘civilizar’ os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de vítimas em espaço relativamente curto de tempo” (MBEMBE, 2016, p.129). Assim, como discutido por Bandeira *et al.*, as violências perpetradas contra esses grupos trazem à tona, para a dimensão material, as ideias e ideais de um sistema ancorado em machismo, misoginia, racismo e demais formas de diminuição dos indivíduos, apresentando-se, mais uma vez, institucionalizada, atuando de modo sistemático, estruturado e ininterrupto.

Ideias machistas não estão apenas no plano mental, materializam-se e atuam de modo concreto, por exemplo batendo e ateando fogo nos corpos femininos. Saffioti (2004) argumenta que a ideologia machista se corporifica no sentido material e no sentido figurado, e esse fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles em que recai. (BANDEIRA et al, 2022, p. 530)

Um dos aparatos de legitimação encontrados são os próprios sistemas judiciários estatais. Na legislação brasileira, por exemplo, ainda que os termo “bruxaria” ou “feitiçaria” (aproximação conceitual da bruxa na Alta Idade Média) não apareçam discriminados, o art. 147 do Código Penal descreve como crime “ameaçar alguém, valendo-se das condições particulares da vítima, por meio de forças espirituais, rituais de magia, ou qualquer outro fato

³¹ “La expresión patriarcal-colonial-modernidad describe adecuadamente la prioridad del patriarcado como apropiador del cuerpo de las mujeres y de éste como primera colonia” no original. Trad. minha.

supersticioso” (DORIGON; PAGNUSSAT; 2020, *on-line*). Como discorre Silvia Federici,

Hoje, na maioria dos países onde as mulheres são agredidas e assassinadas como bruxas, o governo não reconhece esse crime. Ainda assim, encontramos nas raízes dessa nova perseguição muitos dos fatores que instigaram as caças às bruxas do séculos XVI e XVII, tendo como justificativas ideológicas a religião e a regurgitação de predisposições das mais misóginas. (FEDERICI, 2019, p. 23)

Mesmo não havendo leis específicas para a punição daquelas apontadas como bruxas, outras legislações incidem sobre os modos de vida femininos. Movimentos de flexibilização do acesso às armas de fogo, como defendido pelo atual chefe de Estado brasileiro, de extrema-direita, também podem ser lidos como um modo de instrumentalizar as práticas legitimadoras do neoliberalismo e da necropolítica. Como demonstra o relatório “*O papel da arma de fogo na violência contra a mulher*”, do Instituto Sou da Paz, o uso de armas de fogo foi responsável pelo aumento de 51% no número de mortes violentas de mulheres entre os anos de 2012 e 2019. Este movimento, promovido por alas conservadoras da sociedade, traz para o ambiente privado — socialmente atribuído às mulheres —, os instrumentos e práticas utilizadas nos âmbitos públicos, de modo a enfatizarem seus “papéis masculinos”. Assim,

Como Jules Falquet³² sustentou, a proliferação de homens armados e o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, na qual a maioria dos empregos vagos para os homens exige violência (como segurança particular, segurança comercial, agente prisional, membro de gangue e máfia e soldado em exército regular ou privado), desempenham papel central em forjar masculinidades cada vez mais tóxicas. (FEDERICI, 2019, p. 102)

Discutindo sobre o contexto da nova caça às bruxas no continente africano onde mulheres acusadas de bruxaria são expulsas de suas comunidades e passam a viver em campos de bruxas³³, Federici assinala sobre os problemas enfrentados em outros territórios antes colonizados, como é o caso dos países da América Latina e a Índia, e as consequências dos ascendentes movimentos conservadores e neoliberais. Para a feminista italiana, tal prática, “em muitos aspectos, representa um processo de recolonização” (FEDERICI, 2019, p. 25), em um processo continuado de interrupções acerca de debates estritamente vinculados à liberdade feminina, como assuntos envolvendo o aborto, educação sexual, escolha de ter ou não filhos, etc. Já para Segato, mais do que uma nova colonização, as práticas patriarcais

³² Cientista política e ativista feminista francesa.

³³ WHITAKER, Katie. Milhares de acusadas de bruxaria vivem em campos isolados em Gana. BBC, Kubuo, 3 set. 2012. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120902_campodebruxasebc. Acesso em 11 nov. 2021.

aliançadas com as práticas de lucro promovem uma refeudalização de territórios comuns, dentre eles, os corpos femininos, que através “[d]o pacto e [d]o mandato de masculinidade, senão legítima, definitivamente ampara e encobre todas as outras formas de dominação” (SEGATO, 2016, p. 21)³⁴. Nesta nova fase de recolonização ou nova colonização, o ser bruxa na contemporaneidade se complexifica ainda mais, adicionando ao seu escopo,

além dos altos índices de violência contra a mulher, outros agravantes, como narcotráfico, feminização da pobreza, corrupção, carência de políticas públicas de igualdade, incidem na precarização da existência das mulheres enquanto ser político e afeta diretamente a sua sobrevivência como ser humano (MIRANDA, 2020, p. 134)

Juntamente com precarizações continuadas na vida dessas novas bruxas, o feminicídio é acionado como instrumento último para a retirada dessas mulheres do emaranhado da vida social. Ainda que a América Latina tenha sido a “pioneira no reconhecimento dos feminicídios” (MIRANDA, 2020), a efetivação das medidas protetivas a mulheres vítimas de violências ainda são deficitárias. A universalização dos crimes contra elas cometidos, além de reafirmarem a visão universalizada a que o patriarcado tenta continuamente submetê-las, demonstra-se em “leis que tratam, em uma única peça da legislação, de vários tipos de violência, como violência psicológica, violência sexual, violência econômica, violência patrimonial, violência doméstica e violência obstétrica” (MIRANDA, 2020, p. 132).

No caso brasileiro, por exemplo, a principal lei de proteção às mulheres, a Lei Maria da Penha, não faz “referência direta ou indireta à violência simbólica nem à violência midiática” (MIRANDA, 2020, p. 143), considerando violência somente aquela cometida entre corpos físicos. Desta forma, a mais célebre lei brasileira contra violência às mulheres é, em muitos casos, mais visada “pela negligência relativamente ao cumprimento dos seus princípios do que pela efetiva aplicação por parte dos diversos agentes do Estado que deveriam zelar por torná-la efetiva” (ANTUNES, CARVALHO, LEAL, 2020, p. 30). Outro ponto que ressalta essas lacunas jurídicas são as próprias definições dos crimes e quem deve ser culpabilizado/incriminado por tal, como é o caso da própria definição de feminicídio:

Os termos femicídio e feminicídio são semanticamente diferentes, principalmente porque o segundo faz referência à responsabilidade do Estado na ocorrência dos crimes, motivo pelo qual tem sido amplamente utilizado no contexto latino-americano. De forma geral, os feminicídios não são consequência de atos involuntários e espontâneos, mas resultado da intensificação da severidade e frequência de outras formas de violência. (BANDEIRA et al, 2022, p. 526)

³⁴ “*el pacto y el mandato de masculinidad, si no legitima, definitivamente ampara y encubre todas las otras formas de dominación y abuso, que en su caldo se cultivan y de allí proliferan*” no original. Trad. minha.

A função pedagógica das práticas violentas, denominada por Segato como “Pedagogia da Crueldade” (2014), também age sobre os corpos femininos, espetacularizando as violências praticadas, de modo a disciplinar as demais a partir do uso desses corpos tidos como “dissidentes” como exemplo. Tal ferramenta mostra-se introjetada nos meios sociais, sendo praticada tanto pelo Estado quanto por civis e agentes para-estatais, como ocorrido em *Ciudad Juárez*³⁵. Mas, diferentemente do período de caça às bruxas, em que esta espetacularização da violência era performatizada em ambiente público através das fogueiras, a pedagogia da crueldade situa-se hoje, principalmente, no ambiente doméstico/privado. A exposição pública é efetivada no momento pós violência ou morte da sujeita, através, por exemplo, do modo como essa violação é narrada e apresentada nos canais de notícias ou pelas cicatrizes, físicas e psíquicas, que as acompanham. Neste mesmo contexto, segundo Bandeira et al., a forma da morte se torna importante e complexifica, ainda mais, o modo como tais vidas são vistas e marcadas:

A percepção acerca da morte e as maneiras de morrer são demarcadas sócio historicamente por cada época e cultura, além de estruturadas em construções simbólicas de intensa relevância. As agressões fatais contra mulheres perpetradas com armas brancas ou de fogo são as mais comuns. Outras formas são: estrangulamentos, afogamentos e por queimadura. (BANDEIRA et al, 2022, p. 526)

Ainda que o ambiente privado esteja em ênfase, há também histórias que remetem às condenações institucionalizadas em praça pública como as ocorridas durante a Inquisição. Com o avanço neoliberal, em especial na América Latina, as práticas políticas conservadoras voltaram a se estruturarem em conceitos do tradicionalismo cristão. Além de serem marcadas como dissidentes e serem julgadas e condenadas pelos Estados, mulheres são também condenadas dentro dos princípios teocráticos por seu caráter herético. Porém, ao retirar o significado de “heresia” do âmbito religioso, percebendo sua definição enquanto uma prática contrária aos ensinamentos de um grupo, pode-se interpretar que o corpo feminino seria sempre passível de perseguições, submissões e condenações, uma vez que, no regime patriarcal, seriam todos heréticos quando vistos sob a perspectiva de um grupo ou uma doutrina específica. Daí a perseguição, tortura e queima, física ou simbólica, perpetua-se na história da humanidade. Determinada por questões de gênero, como já discutido, a sentença à fogueira ainda se mostra como ferramenta eficaz para a punição aos corpos dissidentes e doutrinação dos corpos femininos por meio da ameaça exemplar da punição, sendo

³⁵ Ciudad Juárez, cidade mexicana que faz divisa com os Estados Unidos, é conhecida pelos altos índices de feminicídios, tendo liderado o ranking de locais mais perigosos para mulheres no mundo. Desde 1993, a região se vê alastrada por crimes envolvendo a violência de gênero, sendo a primeira cidade do mundo a nomear o homicídio massificado de mulheres como feminicídio.

acionados, também, dispositivos para a queima simbólica dessas mulheres, como as notícias jornalísticas, que reproduzem e atuam na construção das pedagogias desse mesmo sistema, disseminando-os indiscriminadamente.

Nestes apagamentos identitários, bem como das violências físicas e simbólicas sofridas, a “naturalização da vulnerabilidade das mulheres em decorrência da violência tem resultado no apagamento das suas histórias, na indiferença, no ódio”, e o feminicídio mostra-se como o “ápice das múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres em diferentes momentos de suas trajetórias” (MIRANDA, 2020, p. 133). Na anulação da vida anterior à violência máxima, o feminicídio institucionalizado age como “um ato socialmente necessário para manter o status quo dessa dominação masculina” (BANDEIRA et al, 2022, p. 530). O ápice da violência, então, não se finda com a retirada de suas vidas. Como citado por Miranda, as violências simbólicas, entre elas as promovidas por veículos midiáticos e pelo próprio jornalismo, continuam a incinerar esses corpos subalternizados. A utilização da pedagogia da crueldade com a função exemplar exacerba-se quando são acionados, também, os dispositivos pedagógicos da mídia, como defendido por Fischer. Essas pedagogias agem de modo “essencial para forjar sujeitos dóceis ao mercado e ao capital” (SEGATO, 2014, p. 81)³⁶.

³⁶ “*Esencial para forjar sujetos dóciles al mercado y al capital*”, no original. Trad. minha.

5. DO SABER À PEDAGOGIA: O JORNALISMO COMO AGENTE SOCIAL

Diferenciando-se da História enquanto campo do conhecimento, o Jornalismo atua majoritariamente sobre o presente, de modo a “registrar cada acontecimento *isolado*, à proporção que ocorre” (PARK, 1976, p. 174, grifo meu). Mediado pelo jornalismo sob a forma de notícias, o acontecimento expande-se como fato e passa a ser selecionado e interpretado. É também por intermédio do jornalismo que o acontecimento rompe com sua limitação geográfica e ganha novos ares. É o jornalismo, portanto, o agente seletor que determina o que será noticiado ou não. Os acontecimentos mediados e transformados em notícias, não só pela sua importância, mas por seu caráter surpreendente, divertido, comovente (PARK, 1976) são, para o autor, uma forma de conhecimento. Aplicados diversos procedimentos metodológicos que “tendem a verificar, afirmar ou qualificar”, esse conhecimento construído no presente “contribui com seu registro de acontecimento não só para a História e para a Sociologia, mas também para o folclore e a Literatura; contribui não só para as Ciências Sociais, mas também para as humanidades” (PARK, 1976, p. 180). É nesse mesmo lugar que, como discutido por Benetti, nos modos de disseminação do conhecimento no formato de notícias, o jornalismo atua como “propositor de condutas tidas como adequadas ao presente. O jornalismo adquire poder normativo ao estabelecer os saberes dignos de serem denominados ‘contemporâneos’” (BENETTI, 2010, p. 159).

A força do discurso jornalístico não está apenas na singularidade das notícias, característica dos fenômenos transitórios e permanentes. O maior poder desse discurso está naquilo que se repete, definindo como é o mundo, quais são os valores contemporâneos e sobre como agir neste mundo narrado. (BENETTI, 2010, p. 160)

Colocando-se ativamente no ambiente social, não só como o agente que promove a representação, mas também como personagem, o jornalismo passa “a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está incumbido de valores que circulam nesta mesma sociedade” (BENETTI, 2010, p. 160). No lugar da falsa ideia de “apresentação da realidade”, mais do que desempenhar a função informativa, o jornalismo coloca-se, concomitantemente, como personagem e narrador dos eventos sociais. Na mescla de papéis, o relato jornalístico dos acontecimentos age, portanto, “sempre [como] uma interpretação. Como tal, a fiabilidade aos fatos se dá em níveis ou graus de certeza, e a verdade é sempre uma aproximação” (BENETTI; LISBOA, 2015, p. 16).

É dessa forma, acionando tanto seu papel legitimado como provedor de conhecimento, que o jornalismo atua, em suas práticas e produtos, de modo cíclico e em uma

via de mão dupla, legitimando as práticas patriarcais que, por sua vez, legitimam a prática discursiva jornalística. Assim, “[...] o duplo princípio do sistema auto-organizador implica que a mídia utiliza como matéria-prima os acontecimentos sociais e, por sua vez, são geradoras de notícias que se tornarão acontecimentos sociais” (ALSINA apud BENETTI, 2010, p. 145), havendo um recíproco reabastecimento das estruturas hegemônicas, tanto do patriarcado como do jornalismo.

No contexto de representação de mulheres e dos crimes contra elas cometidos, retomando a visada de Carvalho (2010), percebe-se o tratamento dado pelo jornalismo a esses corpos a partir de suas práticas cotidianas. Ainda que presentes diariamente nos conteúdos dos jornais, as violências perpetradas contra as mulheres têm seus agentes estruturais responsáveis pelas violências cometidas contra mulheres (machismo, misoginia, transfobia, etc.) apagados ou obscurecidos a partir da individualização dos agentes e de enquadramentos episódicos, sendo as práticas violentadas universalizadas e homogeneizadas sob a perspectiva do “incomum”, da “ruptura”, da “exceção” à norma das práticas sociais cotidianas, ainda que essas violências aconteçam incontáveis vezes ao dia.

Nas violências materiais e físicas que o discurso midiático, em especial o jornalístico, são capazes de cometer, como posto por Monique Wittig (apud LAURETIS, 1994), o jornalismo não só compõe o arcabouço do patriarcado, a partir de suas práticas e pedagogias, como também mantém queimando, através do reabastecimento das chamas representadas pela propagação de violências simbólicas efetuadas em suas notícias, a fogueira do sistema capitalista patriarcal.

Assim, o termo acontecimento adquire dois estatutos no jornalismo: um, no ambiente de produção de sentidos sobre o mundo exterior, enquanto um gênero de discurso definido; outro, no ambiente dos procedimentos que identificam os fenômenos capazes de ocupar o lugar de acontecimento jornalístico. (BENETTI, 2010, p. 153)

5.1 A passagem pelo portal: a construção das notícias

Antes de serem publicadas enquanto notícias, os acontecimentos passam por uma seleção que prioriza, através da atribuição de valores e critérios (além de outros fatores, como a linha editorial, as rotinas produtivas, entre outros), quais terão, ou não, sua visibilidade e sentidos suscitados pelo jornalismo. No ato de eleger, jornalistas e jornais, como discute Alsina, também promovem a diferenciação no modo como dado fato será percebido pelo público: “na passagem do acontecimento para a notícia, a primeira diferença que estabeleço é

que o acontecimento é um fenômeno de *percepção* do sistema, enquanto a notícia é um fenômeno de *geração* do sistema” (ALSINA, 1993, p. 20, grifos meus)³⁷. Neste processo, que compõe a primeira fase da produção jornalística, as seleções são orientadas tanto pela política editorial de cada veículo, quanto pelo olhar do jornalista. Para esta transformação, o acontecimento passa por um processo de hierarquização, que leva em consideração valores, flexíveis e não excludentes, como atualidade, interesse público e do público, natureza do acontecimento, proeminência, dentre outros.

Os valores/notícias derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: a. às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo; b. à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; c. ao público; d. à concorrência. A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda, diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira, diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última diz respeito às relações entre os mass media existentes no mercado informativo (WOLF, 1985, p. 87).

A partir dos valores-notícia, categorizados de distintas maneiras a depender do autor, definem-se os critérios de noticiabilidade, as justificativas que “determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (TRAQUINA, 2008, p. 63). De modo recíproco, e afetando-se bilateralmente, os critérios e valores mobilizados para hierarquizar os acontecimentos passam por uma construção que, assim como todo discurso, é atravessado por individualidades que veem a busca pela “verdade como construção, como crença e como convicção” (BENETTI, 2008, p. 25).

Não há, portanto, modos de produção de narrativas imparciais e mesmo totalmente objetivas, uma vez que, na construção do próprio discurso, as interpretações de mundo, o contexto de vida e demais vivências do enunciador-receptor regem sua leitura. Desta forma, o jornalismo age como instrumento de mútua afetação, no qual, como discutido pelas pesquisadoras Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão, assume-se “não só como uma profissão geradora de produtos cujos impactos são reverberados na superfície do cotidiano, mas que interfere visceralmente no sistema cultural, ao passo em que é determinado por ele” (GOMES BARBOSA; CARVALHO, 2018, p. 15).

Pensar na aplicabilidade dos critérios de noticiabilidade, assim como nos valores-notícia, criados no universo do jornalismo tradicional e impresso, para o jornalismo digital é, em diversos aspectos, ainda uma incógnita. Mesclando-se com outros mecanismos,

³⁷ “*En el paso del acontecimiento a la noticia, la diferencia primera que establezco es que el acontecimiento es un fenómeno de percepción del sistema, mientras que la noticia es un fenómeno de generación del sistema*” no original. Trad. minha.

como algoritmos e o funcionamento das plataformas em que os veículos se inserem, os critérios de seleção de notícias parecem perder sua força. A seleção do que deve ou não ser notícia por parte dos jornalistas é atravessada pela escolha de quais notícias terão ou não seu acesso facilitado, a partir de critérios muitas vezes pouco evidentes dentro das plataformas. Por isso, a necessidade de pensar no modo como o webjornalismo deve lidar com os “novos critérios de noticiabilidade que, por um lado, passam a marcar o *modus operandi* dessa esfera; por outro, reconfiguram as concepções acerca do efeito de sentido propostas pelas especificidades dessa narrativa jornalística (DALMONTE; FERREIRA, 2008, p. 127). Se alguns critérios, como a atualidade, são ainda mais realçados no ambiente digital, devido à velocidade de alcance, consumo e propagação de notícias, outros como a hierarquização dos personagens/fontes, tendem a acentuar o apagamento de sujeitos subalternizados e marginalizados de modo geral.

5.2 Portões automatizados: o papel dos algoritmos no jornalismo digital

Dentre as muitas revoluções e ressignificações passadas pelo jornalismo, sua entrada no ambiente digital reconfigurou parte de seu *modus operandi*. Em uma modernização do processo, o papel dos *gatekeepers*, definido por Kurt Lewin como o “indivíduo, ou um grupo, que tem ‘o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia’” (LEWIN apud WOLF, 1985, p. 78), foi complementado pelo uso de ferramentas que ditam o que quer/deve ser ou não consumido pela audiência. Agora, o jornalismo se vê transposto das delimitações dos mass media, no qual a realidade social passou a ser construída não somente por eles, ainda que sua relevância no processo ainda seja considerável. O uso da Inteligência Artificial (IA), com a mecanização de inúmeros processos dentro e fora do jornalismo digital, participa na definição dos novos modos de produzir e consumir notícias. Um dos agentes centrais dessa transformação são os algoritmos, definidos por Bruno Pierro como “uma sequência lógica de passos para resolver um problema, que é escrita em linguagem de programação de computador” (PIERRO, 2018, p. 2). São através deles e

[...] com cálculos computacionais cada vez mais velozes e acervos de informação com os quais é possível fazer comparações estatísticas, [que] as máquinas ganharam a capacidade de modificar seu funcionamento a partir de experiências acumuladas e melhorar seu desempenho, em um processo associativo que mimetiza a aprendizagem. (PIERRO, 2018, p. 21)

Assim como as diversas discussões acerca do papel dos *gatekeepers* na manutenção, propagação ou rompimento do ciclo de preconceitos e violências estruturais, o debate acerca

do uso de algoritmos neste mesmo contexto também vem sendo observado. Construído por pessoas, a estruturação desses mecanismos automatizados passa por decisões de cunho ético e moral, além dos tecnológicos, por mentes humanas, podendo reproduzir certas ideologias, inclusive, preconceitos, de seus criadores. Ao serem utilizados em meios de comunicação públicos e publicizados, como ocorre no jornalismo digital, o cuidado com o uso de algoritmos passa também pela não propagação desses preconceitos. Segundo Sérgio Amadeu da Silveira, pesquisador do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, “algoritmos de dimensão pública não devem ser criados nem desenvolvidos sem a participação dos gestores e administradores públicos, pois não são neutros” (SILVEIRA apud PIERRO, 2018, p. 25). Como exemplifica Pierro,

O Cloud Natural Language API, uma ferramenta criada pelo Google que revela a estrutura e o significado de textos por meio de aprendizado de máquina, desenvolveu tendências preconceituosas. Um teste feito pelo site norte-americano Motherboard mostrou que, ao analisar parágrafos de textos para determinar se eles apresentavam sentidos “positivos” ou “negativos”, o algoritmo classificou declarações do tipo “eu sou homossexual” e “eu sou uma mulher negra gay” como negativas. “Programadores que criam algoritmos inteligentes precisam estar conscientes de que o trabalho deles tem implicações sociais e políticas”, diz Nick Seaver, da Universidade Tufts. (PIERRO, 2018, p. 25)

Se, como discutido por Alsina, o jornalismo tem “um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade publicamente relevantes” (ALSINA, 1993, p. 21), a construção da realidade social passa agora pelas mentes da inteligência artificial, programadas por sujeitos, em sua maioria, homens, brancos, cisheteronormativos, para legitimar e dar o devido grau de relevância a temáticas a serem vistas como importantes para a vivência pública. Arelado aos algoritmos, outras ferramentas são responsáveis pela maior ou menor visibilidade de um conteúdo nas redes digitais. No caso do Google, a aplicação de técnicas como a de SEO (*Search Engine Optimization*, no português Otimização de Mecanismos de Busca), contribui para o melhor posicionamento das notícias na primeira página e na parte superior desta, de modo a facilitar a procura e tornar a conteúdo jornalístico de fácil acesso. Como consequência da facilidade de acesso, veículos de mídia digitais obtêm um maior engajamento³⁸, tanto em seus conteúdos, quanto em suas receitas. Estudos referentes aos CTR (*Click Through Rate*, Taxa de Cliques, em português) mostram que menos de 1% dos usuários chegam até a segunda página do buscador e “o resultado orgânico número 1 tem 10 vezes mais chances de receber um clique em comparação com uma página

³⁸ No ambiente digital, o engajamento é o principal modo de mensurar a interação do usuário com o conteúdo.

em 10º lugar” (BACKLINKO, *on-line*)³⁹.

Diferentemente da página inicial padrão do Google, a aba denominada *Google News*, agregador de notícias do próprio buscador, é formada exclusivamente por sites de notícias, e o ranqueamento através de SEO e algoritmos continua sendo aplicado. Nesta página, é possível observar, por exemplo, a autoridade de determinados veículos jornalísticos digitais no que diz respeito à sua permanência na parte superior da página, responsável pela maior parte dos cliques, em especial o primeiro item *linkado*, que apresenta 31,7% das taxas de clique de toda a página⁴⁰. Outro fator de aproximação do fazer jornalístico tradicional com o digital é o apelo por despertar sentimentos, seja nos títulos ou nas fotografias utilizadas, que podem melhorar (aumentar o engajamento) o número de cliques e consequentes visualizações de determinados conteúdos, como observado pelo estudo do *BackLinko*, no qual “títulos com sentimento positivo ou negativo melhoraram a CTR em aproximadamente 7%”⁴¹.

É nesse entremeio entre o que é ou não relevante para a audiência, que temáticas envolvendo violências contra mulheres e populações LGBTQIA+, dentre elas as problematizações envolvendo casos de feminicídio e suas tentativas, são marginalizadas. Ainda que, como analisado pela revista *Cláudia* através da ferramenta de dados Google Trends, “as buscas por violência doméstica bateram o recorde dos últimos 15 anos no Brasil em 2021” (GOOGLE, 2021, *on-line*), isso não significa que estas coberturas sejam feitas respeitando fundamentos básicos do jornalismo, como os próprios critérios de noticiabilidade. Tampouco que os resultados mais clicados atendam aos princípios do interesse público, visto que há outras técnicas plataformizadas, algorítmicas, para hierarquizar o conteúdo, distintas do modo como se hierarquizava o conteúdo levando-se em conta os fundamentos. Ou ainda, que estas notícias disponibilizadas devido ao aumento do interesse pela população sobre o tema tenham se desdobrado em coberturas e análises quanto às motivações e consequências estruturais destas violências. Como será discutido posteriormente, o apagamento da identidade da própria pessoa violentada dá lugar à sua construção enquanto pessoa vitimada, de modo generalista e, muitas vezes, pouco humanizado.

³⁹ “*The #1 organic result is 10x more likely to receive a click compared to a page in #10 spot*” no original. Trad. minha.

⁴⁰ De acordo com os dados obtidos das análises do *BackLinko*.

⁴¹ “*Titles with positive or negative sentiment improved CTR by approximately 7%*” no original. Trad. minha.

5.3 O jornalismo como catalisador das marcas de gênero

*Jornalismo de verdade deve defender aqueles
que não possuem voz, não calá-los ainda mais.
Anne Shirley⁴²*

Dentre as muitas ferramentas utilizadas para disciplinar corpos dentro do sistema patriarcal-capitalista, o jornalismo comporta-se como catalisador de pedagogias a serem aplicadas. Agindo como “um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (SILVA, 2010, p. 36), o jornalismo, enquanto gênero discursivo, se estrutura e se reproduz a partir de aspectos sociais externos a ele, nos dando pistas das concepções e construções que populações inteiras podem fazer de determinados assuntos, dentre eles, “a construção de determinadas concepções de gênero, definindo masculinidades e feminilidades, bem como sexualidades legítimas e ilegítimas” (SILVA, 2010, p. 36). A partir desta construção identitária, o jornalismo torna-se uma das dimensões necessárias para mensurar, também, contextualizações “sociopolíticas e bioéticas” de modo a “compreender os enquadramentos e perspectivas a partir dos quais sujeitos têm suas vulnerabilidades expostas diante de um grande número de pessoas, leitores, consumidores de mídias (sejam elas analógicas ou digitais), etc” (CARVAIHO, LAGE, MIRANDA e SOUSA, 2020, p. 22)

Desde os primórdios do desenvolvimento da prensa por Gutenberg, em 1450, o aumento da produção e circulação de diversos produtos impressos, dentre eles os folhetins noticiosos, criou-se mais um elemento para ditar os comportamentos que toda uma população assumiria. Neste contexto de pós-inserção capitalista, o confinamento ao privado ao qual mulheres foram forçadas dava aos homens o controle da produção e do acesso às informações que profeririam não só os modos de vida, mas também aquelas a serem usadas contra as dissidentes de gênero do regime vigente. Sob o manto nebuloso da imparcialidade, as narrativas diárias, produzidas por e para homens, expunham que o jornalismo, enquanto um produto empresarial, já nascera com gênero, raça e classe definidos (SILVA, 2010). Deste ponto, “as notícias, além de não-neutras, envolvem determinadas visões de mundo e, como tal, contribuem social e culturalmente como uma orientação acerca dos parâmetros e dos

⁴² Anne Shirley é uma personagem fictícia da escritora canadense L. M. Montgomery em seu livro “Anne de Green Gables”, publicado em 1908 e adaptado pela roteirista Moira Walley-Beckett para o streaming Netflix em 2017. Anne é uma menina órfã pré adolescente que foi adotada pelos irmãos Marília e Matthew, e passa a viver nas ilhas do Príncipe Eduardo, no decorrer dos séculos XIX e XX. Através do seu dom com a palavra e seu modo extrovertido, Anne aborda temas como feminismo, racismo e classismo, através das situações cotidianas de sua vida

valores circulantes” (SILVA, 2010, p. 36), reafirmando e reinserindo, através da profusão de seus próprios valores, as bases fundantes de uma sociedade machista, racista, dentre suas muitas outras desqualificações.

Ativados através da produção de discursos e escolhas linguísticas; na busca por fontes e recortes e na reprodução de estereótipos, o jornalismo retroalimenta o ciclo de subalternização e exclusão dos sujeitos que merecem ou não serem visibilizados como tais: “gênero e mídia, nessa perspectiva, são entendidos como ‘elementos constitutivos das subjetividades contemporâneas’” (CARVALHO, ADELMAN E ROCHA, apud SILVA, 2010, p. 21). É através destes mecanismos que a dicotomia nos fazeres jornalísticos se apresentam: além de oferecerem uma visão de mundo, “eles oferecerem também um testemunho de si, como dispositivos de captura e configuração do mundo, como produtos estratégicos, histórica e empresarialmente constituídos” (ANTUNES, CARVALHO, LEAL, 2020, p. 38).

No contexto das violências perpetradas contra mulheres, excluindo “a natureza hermenêutica do acontecimento”, que leva em consideração “variáveis complexas, como as noções de machismo, misoginia e patriarcado e as práticas daí derivadas em fenômenos não envoltos em matizes e sujeitos a variações históricas que dependem de distintas localizações temporais, espaciais, econômicas, culturais e ideológicas” (CARVALHO, 2010, p. 115), o jornalismo legitima e normaliza-a sob o olhar social. Em muitos casos, a própria vítima vê-se marginalizada em relação ao papel do agressor na narrativa jornalística em que “[em] crimes considerados de alto teor de violência a imagem de “monstro” atribuída ao agressor tende a encobrir a própria natureza violenta do crime praticado e, por extensão, das relações de gênero implicadas” (ANTUNES, CARVALHO, LEAL, 2020, p. 33). É deste modo que o jornalismo, enquanto produtor e reproduzidor de narrativas e discursos, como acionado por Lauretis e debatido pela teórica feminista francesa Monique Wittig, possui o poder “de violentar as pessoas, uma violência que é material e física, embora produzida por discursos abstratos e científicos” (LAURETIS, 1994, p. 227).

A visada nos desgastes entre gênero e jornalismo, contudo, se mostra desde a expansão dos meios de comunicação. A apresentação internacional do Relatório MacBride, em 1980, apontou “a importância da igualdade de gênero na comunicação ao destacar que a comunicação deve ser bidirecional, de modo que os participantes possam dialogar de maneira democrática e equilibrada” (MIRANDA, 2020, p. 146). Ainda que debatida, porém, a configuração de um jornalismo com perspectiva de gênero não se apresenta somente na representação da sociedade, mas também na microesfera das redações. Mesmo que a maioria nas redações brasileiras contemporâneas, por exemplo, seja formada por elas,

[...] só 1/3 das mulheres estão na diretoria de um veículo de comunicação, ou no cargo de editora executiva, editora-chefe, presidente ou vice. E os órgãos de comunicação na maioria ainda pertencem aos homens. Cerca de 65% dos cargos de poder ainda estão nas mãos masculinas e os salários são vergonhosamente mais baixos (COURI, 2021, *on-line*)

As disparidades de gênero também se apresentam no acesso às informações contidas na internet, um dos principais espaços de disputas e significação social. Com 82,7% dos domicílios brasileiros contando com acesso à internet⁴³, novos meios de informação se tornaram mais simples, rápidos e fáceis de serem usufruídos. Porém, segundo dados do *Digital 2020 Report* (Relatório Digital 2020), publicado pela Hootsuite, as mulheres possuem até três vezes mais possibilidades de estarem fora das redes do que homens.

A lacuna de gênero digital também é aparente em nossos dados de mídia social mais recentes. Em particular, as mulheres no sul da Ásia têm três vezes menos probabilidade de usar a mídia social hoje em comparação com os homens, oferecendo uma visão significativa sobre a conectividade mais ampla da Internet na região. (DIGITAL, 2020, *on-line*)⁴⁴

Nas discrepâncias de público-alvo desde o início de sua circulação seriada, no século XVII, sendo feito por e para homens, até a contemporaneidade, ao qual mulheres continuam tendo menos acesso a não ser em uma imprensa dita feminina e, apesar de serem as maiores produtoras, ocuparem em números significativamente menores cargos de chefia, o jornalismo permanece sendo do gênero masculino (SILVA, 2010). Nas práticas jornalísticas cotidianas, a confirmação do fato se dá de forma simples, rápida e, infelizmente, ligeira, ao olhar criticamente a formulação de manchetes, a escolha de fontes a serem ouvidas ou às imagens escolhidas nas capas dos jornais diários populares.

⁴³Segundo dados divulgados pelo Ministério das Comunicações, referentes ao ano de 2019.

⁴⁴ “However, gender is also a critical factor, with data from the ITU showing that women are more likely to be ‘unconnected’ compared to men. The digital gender gap is also apparent in our latest social media data. In particular, women in Southern Asia are three times less likely to use social media today compared to men, offering meaningful insight into broader internet connectivity in the region”, no original. Trad. minha.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Procurar por resultados associados ao termo “bruxa” ou “caça às bruxas” na plataforma Google, seja na página principal ou em suas abas específicas, tende a apontar para dados históricos ou casos isoladamente publicados acerca de mulheres indianas, ganenses e de outros países do Sul global acusadas de bruxaria/feitiçaria. Em outros casos, a busca pelo termo é influenciada por editorias como a do entretenimento, trazendo como resultado a figura da bruxa em enredos cinematográficos, a indicação de séries e filmes, ou *links* totalmente esvaziados do termo procurado. Por isso, ao tratar da bruxaria enquanto fenômeno político social, o refinamento da busca através da combinação de termos que permitissem o retorno mais preciso possível do algoritmo em buscas simples (não booleanas), foi essencial para que se tivesse o resultado almejado. Desta forma, ao acionar as bruxas a partir de uma perspectiva atualizada do termo, pressupondo seus novos contextos, necessitou-se da personificação destas sujeitas, através da escolha de um *corpus* empírico que oferecesse “mais representatividade ao estudo” concedendo “mais validade aos seus resultados” (BENETTI, 2016, 243), fundamental para a delimitação da análise dos discursos empregados. Dessa forma, a partir de exemplos individualizados, foram traçados paralelos com a forma generalizada a que são rotuladas as bruxas, no século XXI e na Idade Média.

Para isso, o acompanhamento atento das personagens centrais de notícias relacionadas à violência de gênero aconteceu desde junho de 2021, período em que esta pesquisa encontrava-se em fase de projeto. Após longos meses de observação, a escolha de duas sujeitas que encontravam-se em eixos opostos de vida para compor o *corpus* da pesquisa: cis e trans; branca e preta; moradora da periferia e em situação de rua na região central; mantendo relacionamento com o feminicida e desconhecendo o transfeminicida. Ambas, porém, tinham como infeliz ponto em comum a violência contra elas perpetrada e, mais do que isso, o agente físico causador dessa violência: o fogo. Emilly Rione e Roberta da Silva tiveram seus corpos cobertos por um líquido inflamável de fácil acesso, o álcool 70% (com acesso ainda mais facilitado devido ao contexto de pandemia de coronavírus, no qual o agente era usado como medida de proteção sanitária). Depois disso, as duas foram incendiadas vivas, tendo os membros inferiores como partes mais atingidas com queimaduras de 3º grau. Além disso, ainda que em um curto período, suas histórias também convergem com suas sobrevivências frente ao atentado.

Arelado ao refinamento dos termos a serem buscados, a delimitação do espaço amostral também foi fundamental para esta pesquisa. Ao contrário da página inicial do

Google, por onde, no geral, as pesquisas são feitas, os resultados obtidos na busca pelo Google News retornam somente páginas de veículos jornalísticos. Desta forma, são retirados outros produtos digitais, como vídeos, imagens, blogs e demais *links* que não seriam aqui analisados, por não se enquadrarem aos objetivos. Contudo, assim como a página inicial do Google, a aba Google News também é gerida por algoritmos, tendo seu ranqueamento precedido de técnicas de SEO na construção dos textos, títulos, intertítulos, *links*, imagens e demais recursos inseridos em cada matéria.

Em relação à delimitação temporal da análise, alguns pontos são importantes de serem citados. Primeiramente, por se tratar de uma plataforma gerida por algoritmos, mudanças em relação à posição e aos conteúdos dos *links* localizados na página analisada podem ocorrer de forma abrupta, a depender de como o mecanismo prioriza os resultados a serem mostrados. No decorrer de toda esta pesquisa, a busca por um “momento ideal” para captação dos *links* e análise da página foi um dos pontos de maior relevância, uma vez que a escolha do tempo que a análise ocorreria poderia influenciar nos resultados obtidos. Contudo, como será mostrado à frente, durante observação preliminar, questões, aqui vistas como maiores, se sobressaíram à temporalidade de análise, como a dificuldade de identificação de Roberta e a falta de matérias relacionadas ao desdobramento do caso de Emilly. Por esta razão, as buscas ocorreram em diferentes momentos, observando como o ranqueamento e o número de matérias apresentavam-se na página. Contudo, devido à distância temporal entre a pesquisa e o ocorrido (distância essa aumentada exponencialmente no ciberespaço), poucas mudanças foram observadas na página do Google News, sendo a escolha do tempo de captação dos links para análise fixadas quando ocorreu a diminuição dos resultados avistados anteriormente (em pesquisas feitas sobre o caso de Emilly Rione).

Para responder a pergunta da pesquisa, “qual o papel do jornalismo no patriarcado do século XXI no que diz respeito à perpetuação da fogueira simbólica da caça às bruxas? ”, como posto por Benetti (2016), a escolha pela análise discursiva das matérias presentes nos veículos jornalísticos digitais se deve à possibilidade de problematização, a partir da perspectiva da linguagem. Através da análise dos sentidos, e acionando a análise dos sujeitos, do silenciamento e da estruturação do discurso para compor a argumentação, foi analisada a maneira como as vítimas de violência de gênero continuam a ser incendiadas, mesmo no pós *mortem*, físico/simbólico.

Nesse conjunto complexo de fatores, e dentre as infinitudes de camadas possíveis, esta pesquisa optou pela argumentação através de uma visão crítica dos modos de produção de sentidos em matérias jornalísticas inspirada na Análise do Discurso (AD) de linha

francesa. Como discute Benetti, aqui usada como referência central, a análise discursiva, essa construção de sentidos, será ancorada também em acionamentos pontuais também inspiradas nas análises dos sujeitos, dos silenciamentos e da estruturação dos discursos, para tentar compreender “quem são os sujeitos que falam e que posições eles ocupam para enunciar, para quem esses sujeitos estão falando, como os diversos discursos estão sendo articulados, quais são os modos de controle do poder-dizer” (BENETTI, 2016, p. 252).

Para isso, também se propôs uma análise sobre como se a construção dos significados, através da análise do funcionamento da linguagem jornalística, que se dá de modo “profundamente complexo, ideológico e enraizado na história – uma história que é de conflito, luta, divergência e dominação” (BENETTI, 2016, p. 240). Partindo deste arranjo metodológico, busca-se “no âmbito de uma investigação metódica sobre o discurso jornalístico, vislumbrar os parâmetros ali tomados como atuais (e pertinentes) ou ultrapassados (e indesejáveis)” (BENETTI, 2010, p. 159). Aqui, chama-se atenção para uma “inspiração” nas correntes tradicionais, já que elas não serão feitas segundo a risca os padrões metodológicos, mas guiando uma análise mais flexível dos discursos selecionados.

Na convergência dessas observações, a metodologia aqui adotada constitui-se como uma análise qualitativa do material, ainda que dados quantitativos tenham sido utilizados inicialmente para a seleção final das matérias. A pesquisa então, ancorou-se nas seguintes fases: 1) Escolha do *corpus empírico*; 2) Delimitação quantitativa das matérias a serem analisadas: para a análise, estipulou-se uma cota de 80% de conteúdos totais da página diretamente relacionados à vítima, para que fossem cessadas as combinações dos descritores (nos casos em que a cota não fosse atingida somente com a pesquisa do nome e sobrenome da vítima); 3) Análise dos materiais: atingida a cota de 80%, cada material foi analisado, sendo as matérias relacionadas a outros temas, homônimos, e demais conteúdos, excluídas.

7. EMILLY RIONE E SOPHIA VITÓRIA RIONE

*Eu sou Emilly Rione, uma menina inteligente e carinhosa, muito curiosa e que ama passear. Gosto também de bater um papo e fazer amizades.
Emilly Rione, 2012*

Emilly Rione Fagundes de Lima, mulher cisgênero, branca, nascida em 2003, mãe da pequena Sophia Vitória, nascida em 2022. Moradora de Aracaju, Sergipe, Emilly é influenciadora digital e empreendedora do marketing digital e sonha em ser modelo⁴⁵. No dia 07 de outubro de 2021, aos 18 anos e grávida de 5 meses, Emilly teve seu corpo coberto de álcool e incendiado por José Weverton dos Santos Silva, em uma dupla tentativa de feminicídio, na casa em que moravam no bairro Coroa do Meio, em Aracaju. Emilly teve cerca do 60% do corpo queimado, sendo a maior parte das queimaduras localizadas nos braços, axila e pescoço, com maior gravidade no lado esquerdo, chegando ao 3º grau das lesões (índice mais grave de queimaduras). A causa da violência, como relatado pela própria vítima, foi a não aceitação do término do relacionamento. O fim da relação teve como causa as violências físicas e psicológicas que a vítima sofria, decorrentes do ciúmes que o feminicida tinha da atenção que Emilly dava à sua gravidez, e do seu trabalho como modelo.

Após o crime, José Weverton fugiu do local, tendo antes ligado para a emergência e avisado a família da jovem para que prestassem socorro. Como relata a delegada Mariana Diniz, delegada e diretora do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) da Polícia Civil de Sergipe:

no dia do delito, a jovem havia conversado com o companheiro dizendo que tinha interesse em se separar, mas, no momento que estava arrumando as coisas para ir embora para a casa dos pais, o homem, não satisfeito com o término, jogou álcool no corpo dela, acendeu um fósforo e ateou fogo. O próprio suspeito ligou para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e avisou aos pais dela (CAPITAL, 2021, on-line)

A jovem ficou internada na Unidade Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) durante dois meses, necessitando de um enxerto no braço esquerdo, além do monitoramento de seu bebê, ainda no útero. Após a alta hospitalar, Emilly continua o longo e lento tratamento em casa, em que tanto seu físico, quanto seu psicológico necessitam de atenção, já que as marcas das violências atingem não só a aparência da vítima, mas podem alterar também o próprio comportamento social,

⁴⁵ Informações colhidas em postagens feitas por Emilly Rione em seu perfil no Instagram.

As queimaduras ocasionam baixa qualidade de vida psicossocial, exclusão e marginalização. Elas reportaram reações negativas, humilhantes e hostis por suas presenças, sendo excluídas das famílias e dos empregos, as pessoas cotidianamente mantêm uma grande distância física delas em espaços como ônibus, ruas ou shoppings, o que faz com que muitas delas se autoexcluem para evitar constranger os outros. (BANDEIRA, et al., 2022, p. 530)

Após a tentativa de feminicídio, Reijane da Costa Fagundes, mãe de Emilly, criou uma conta no Instagram para pedir ajuda financeira para o tratamento da filha, além de clamar por justiça, já que até um mês depois do crime o agressor ainda estava foragido. Relatando o crime, bem como seu estado de saúde, Emilly detalha a situação em que vivia antes da tentativa de feminicídio, e sua tristeza pela necessidade de exposição para que o caso ganhasse notoriedade (figura 1). Em 05 de novembro de 2021, José Weverton teve a prisão preventiva decretada, sendo encaminhado para o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto e colocado à disposição da justiça.

Fig. 1: Captura de tela do perfil desativado da vítima

justicaporemillyrione Olá, eu me chamo Emilly Rione, tenho 18 anos. No dia 07 de outubro de 2021 sofri uma brutal tentativa de feminicídio pelas mãos do meu (até então) companheiro. Estava vivendo a algum tempo em um relacionamento abusivo, onde era frequentemente agredida física e psicologicamente. Um dia resolvi dar um basta na relação e voltar a morar com os meus pais, porém, mesmo estando grávida de 5 meses de um filho que também é dele, José Weverton ateou fogo no meu corpo em uma covarde tentativa de me matar e matar a nossa filha. Pela benção divina de Deus, sobrevivi a esse atentado, mas carregarei sequelas eterna dessa covardia que queimou 60% do meu corpo, da minha alma e dignidade como mulher. Estou internada, ainda em recuperação (que irá se estender por muito tempo), o sofrimento físico é extremo e a dor psicológica é ainda maior, não só em mim como também em toda a minha família.

Hoje eu me sinto um nada, uma pessoa sem dignidade, sem confiança, com medo, traumatizada... E enquanto eu e a minha filha estamos aqui sofrendo as consequências da brutalidade desse monstro, ele permanece solto, vivendo a vida como se nada tivesse acontecido.

Escrevo esse texto com a intenção de buscar justiça. Já se passou quase um mês que sofri esse crime e nada foi feito. É triste que além de passar por uma tragédia tão brutal como essa eu (vítima) precise me expor para que algo seja feito.

#EuSóPeçoJustiça #JustiçaPorEmillyRione
Por favor, COMPARTILHEM!!

Fonte: A autora

7.1 A presença de Emilly, a ausência de Sophia

Utilizando a barra de pesquisa do Google *News* para buscar notícias relacionados ao caso de Emilly e Sophia Rione, poucas são as informações resultantes. No quadro abaixo, apresenta-se a relação da busca feita utilizando o descritor emilly rione e os *links* dados como resultado, na ordem em que aparecem na página, em pesquisa feita em 25 de março de 2022.

Quadro 1: Pesquisa com o termo emilly rione

POSIÇÃO NA PÁGINA	TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
1	Jovem grávida tem 60% do corpo queimado; ex-companheiro é suspeito	Infonet	04/11/2021	https://infonet.com.br/noticias/cidade/jovem-gravida-tem-60-do-corpo-queimado-ex-companheiro-e-suspeito/	SIM
2	Grávida que teve o corpo queimado pelo ex-marido se recupera em casa	F5 News	30/11/2021	https://www.f5news.com.br/cotidiano/gravida-que-teve-o-corpo-queimado-pelo-ex-marido-se-recupera-em-casa.html	SIM
3	Exclusivo: grávida que teve corpo queimado fala pela primeira vez após receber alta	A8SE.com	29/11/2021	https://a8se.com/noticias/policia/exclusivo-gravida-que-teve-corpo-queimado-fala-pela-primeira-vez-apos-receber-alta/	SIM

Fonte: Elaboração própria

Como já discutido, a página da ferramenta *Google News*, em geral, comporta cerca de dez matérias relacionadas ao termo pesquisado, sendo apresentados em ordem de sua importância, a partir do ranqueamento feito pelas ferramentas algorítmicas e uso de técnicas de SEO. Contudo, como pode-se observar, apenas três resultados são retornados nesta busca. Outro ponto importante e que precede as análises propriamente ditas é como o nome de Emilly é identificado pela ferramenta de busca. Ao digitar emilly rione, o buscador nos retorna com uma sugestão de correção do texto, “você quis dizer: *emily rose*”, como mostrado na figura 2. O nome dado como correto pela plataforma é o de uma personagem do longa-metragem “O Exorcismo de Emily Rose”, de 2005. O não reconhecimento da identidade de Emilly Rione, em prol dos resultados relacionados a um filme, produz os primeiros indícios de como a produção de sentidos é afetada pelos algoritmos.

Fig. 2: Captura de tela do resultado da busca feita sob o termo emilly rione



Fonte: A autora

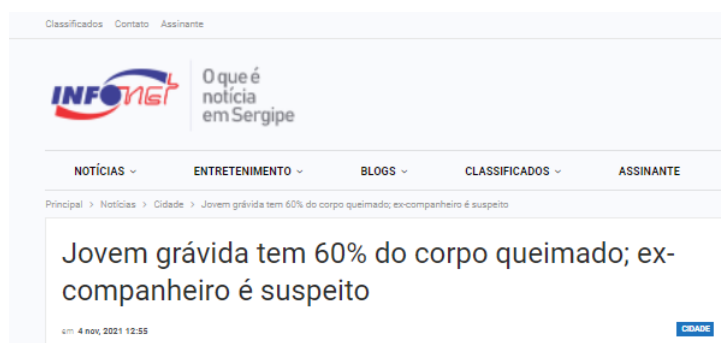
Além do número reduzido, os resultados obtidos são oriundos de três portais regionais. Apesar de a internet propiciar a circulação de informações de modo amplo e, teoricamente, irrestrito, o senso de confiabilidade do público no ambiente digital passa pelo reconhecimento dos portais que, em geral, possuem abrangência nacional. Ainda que com uma gama de circunstâncias agravantes, como a identidade da vítima (uma jovem de 18 anos e uma bebê de 5 meses, ainda no útero), a natureza da violência (o ciúmes e o rompimento da relação), e o modo como a violência se dá (ateando fogo às vítimas), o caso não chega a tomar proporções nacionais na narrativa jornalística, confinando-se ao noticiário regional. Dessa forma, a partir da observação dos critérios de noticiabilidade, expõem-se, através do baixo número de resultados, como os critérios substantivos, aqueles relacionados "à importância e o interesse da notícia" (WOLF, 1985, p. 88) não são acionados, nem por demais jornais, nem pela plataforma no momento em que ocorre a seleção das notícias.

Ao contrário, observa-se o porquê de as notícias não alcançarem maior abrangência. Em concordância com critério de importância da notícia, o posicionamento de Emilly e Sophia quanto ao grau de hierarquia/visibilidade da fonte não as deixaria ser amplamente noticiadas. Emilly, uma anônima social, é vista como mais uma no conjunto de mulheres que

foram vítimas de feminicídio (ou tentativas de) a cada sete horas no Brasil, em 2021⁴⁶. Estando nas camadas inferiores dos níveis hierárquicos que priorizam o alto grau de “poder económico, da riqueza ou do prestígio” (WOLF, 1985, p. 88), o acontecimento a que ela e sua filha foram submetidas sequer ganha relevância para ser tratada como notícia a ser apresentada na ferramenta cuja especialidade é mostrar notícias. Pela mesma justificativa, o interesse social da nação seria um valor-notícia a ser descartado: mulher periférica, moradora de Aracaju, no Nordeste do Brasil, área historicamente menos noticiada em jornais nacionais.

Dentre os critérios não mobilizados, a atualidade e o ineditismo chamam a atenção. Ainda que o ineditismo pudesse se revelar como um critério, já que nem mesmo os dados do Atlas da Violência mapeiam a violência por queimadura sofrida por mulheres, o caso de Emilly e Sophia só ganha amplitude após a repercussão atingir as redes sociais. Nem mesmo a proximidade geográfica apresenta-se como um valor-notícia identificável, a priori, nas matérias analisadas. A partir dos critérios que são, ou não, observados para a noticiabilidade do crime, observa-se como se dá a construção dos discursos e dos apontamentos dos sentidos, de cada um dos resultados.

Fig. 3: Captura de tela do resultado nº 1 da pesquisa por Emilly Rione



Fonte: A autora

O primeiro resultado da pesquisa redireciona para a matéria do jornal regional “Infonet: o que é notícia em Sergipe” e tem como título “Jovem grávida tem 60% do corpo queimado: ex companheiro é suspeito” (SCHNEIDER, 2021, on-line). Assinada por João Paulo Schneider, a matéria é composta, além do corpo textual, por uma fotografia do corpo enfaixado de Emilly, sem que seja possível identificar seu rosto.

Antes mesmo de se adentrar na matéria, uma inconsistência é exposta ao se observar a editoria em que se encontra: “Cidade”. Apesar da marcação de uma proximidade geográfica, que faria com que o acontecimento fosse noticiado mais rapidamente devido ao interesse

⁴⁶ Segundo dados do Atlas da Violência, 2021.

público regional, este critério não aparenta ter sido acionado inicialmente, uma vez que a matéria é produzida quase um mês depois da efetivação do crime. Por outro lado, um dos critérios utilizados para sua publicação ficam expostos já no começo do texto: o acontecimento transforma-se em notícia à medida o caso, que “ocorreu no dia 7 de outubro” só “ganhou repercussão após um perfil numa rede social ser criado para relatar o depoimento da vítima” (SCHNEIDER, 2021, on-line), como escrito no primeiro parágrafo. Em uma crítica à Justiça, Emilly acaba também criticando a própria imprensa, que não dá visibilidade ao caso:

Ainda segundo a publicação [nas redes sociais], o objetivo de divulgar o caso é para continuar a busca por justiça. “Já se passou quase um mês que sofri esse crime e nada foi feito. É triste que além de passar por uma tragédia tão brutal como essa eu (vítima) precise me expor para que algo seja feito”, destaca Emilly. (SCHNEIDER, 2021, on-line).

As escolhas do modo de estruturação da narrativa também são pontos a serem observados na construção do discurso e dos sentidos que desejam ser assimilados pelos leitores e leitoras. Apesar de já no título o crime ser abordado, em nenhum momento no decorrer do corpo textual esse crime é nomeado pelo responsável pela matéria, seja de forma geral, como “crime”, seja de forma específica como "tentativa de feminicídio" ou "femicídio". As demais violências sofridas também não são evidenciadas como violações, como as agressões e demais atitudes do parceiro abusivo. Os indícios ficam a cargo da narração da própria vítima, através dos trechos selecionados de seu relato nas redes sociais, em que Emilly reafirma a gravidade dos acontecimentos. Desse modo, o jornalismo se exime de conferir autoridade ao discurso da vítima, o que diminui sua credibilidade.

Outra escolha de estrutura discursiva apresenta-se na mobilização dos sujeitos que compõem a história: na matéria, Emilly Rione é retratada como a única vítima. Além da “higienização” linguística que promove o apagamento do próprio crime, a singularização da vítima diminui também sua gravidade quanto à produção dos sentidos. Em nenhum momento, Sophia Vitória é tratada ou mencionada como vítima dessa mesma tentativa de assassinato, ainda que em um dos trechos selecionados, Emilly exponha o crime cometido contra ambas: “covarde tentativa de me matar *e matar a nossa filha*” (SCHNEIDER, 2021, on-linegrifo meu). Enquanto uma construção discursiva, esse apagamento/silenciamento de Sophia, nas entrelinhas, age como uma “escolha continuada de um dito, em detrimento de um não-dito” (BENETTI, 2016, p. 251).

De acordo com as informações fornecidas pelo perfil virtual, Emilly Rione vivia num relacionado abuso [sic] há alguns meses, com casos de agressões físicas e psicológicas recorrentes. ‘Um dia resolvi dar um basta na relação e voltar a morar

com os meus pais, porém, mesmo estando grávida de 5 meses de uma filha que também é dele, ele ateou fogo no meu corpo em uma covarde tentativa de me matar e matar a nossa filha’, diz um trecho do que foi relatado. (SCHNEIDER, 2021, on-line)

A problematização e contextualização da violência de gênero que as vítimas sofreram também não são construídas. Ao contrário, reafirmando a hegemonia patriarcal, a identidade do feminicida é preservada, não tendo seu nome vinculado ao acontecimento. José Weverton é descrito através do tipo de relação que mantinha com as vítimas, “*ex-companheiro*” ou “suspeito, que é *pai* da bebê que está grávida” (SCHNEIDER, 2021, on-line, grifos meus). Das escolhas semânticas para referenciar o criminoso, os substantivos “*companheiro*” e “*pai*”, amenizam a representação deste homem, reafirmando seu papel social. Além disso, Emilly e Sophia voltam a ser colocadas em uma relação, ainda que simbólica, com o feminicida.

Junto aos relatos de Emilly, outra fonte acionada no decorrer da matéria é a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de Sergipe, através da reprodução de trechos de uma nota padrão, “a partir do registro do boletim de ocorrência, diligências foram realizadas, perícias requisitadas e vários depoimentos já foram colhidos” (SCHNEIDER, 2021, on-line). A nota, que não individualiza a violência atentada contra as vítimas, também não traz indícios de que foi estruturada com base em um caso específico. A escolha do veículo por utilizar um trecho esvaziado de informações precisas ajuda a compor o sentido generalista da matéria. Em ambos os casos, tanto nos relatos de Emilly quanto na nota da SSP, o veículo utiliza de materiais já produzidos, não havendo a inserção de outras fontes na matéria, como a mãe de Emilly, seus médicos, a delegada responsável pelo caso, o advogado da vítima, dentre outros.

Todos esses pontos, quando observados em conjunto, denotam o que Benetti descreve como formação discursiva, quando o sujeito, no caso o redator da matéria, bem como o veículo que representa, “se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva” formando “uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (formação ideológica)” (BENETTI, 2016, p. 241). Os sentidos aqui produzidos reafirmam o lugar do comum, do quase banal, em que a violência contra a mulher se enquadra, e que suscitam uma cobertura ligeira, desinteressada, desengajada, por meio de uma apuração superficial e uma escrita burocrática. Deste lugar, os quatro pontos discutidos — as escolhas linguísticas para retratar o crime, o modo como ocorre a identificação do feminicida, o uso do singular para tratar as vítimas e a seleção das fontes utilizadas —, evidenciam quais sentidos os leitores devem acionar na leitura da matéria. Como discutido por Pêcheux,

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX apud BENETTI, 2016, p. 241)

Fig. 4: Captura de tela do resultado nº 2 da pesquisa por Emilly Rione



Fonte: A autora

O segundo resultado da busca leva até o veículo *F5 News*, periódico on-line que trata, além de temas regionais, temáticas de abrangência nacional e internacional. A matéria, assinada por Leticia Oliveira, estagiária do veículo, é um desdobramento do caso quase dois meses depois do crime, quando Emilly e Sophia já estão em recuperação em casa, após alta hospitalar. Composta por duas imagens, a matéria apresenta já no início uma montagem com duas fotografias, lado a lado, de Emilly em uma maca de hospital, com o tronco e os braços enfaixados. Em ambas, o rosto da vítima aparece estampado, sendo em uma delas possível observar uma queimadura próxima ao queixo de Emilly. A segunda imagem, no final da matéria, assim como a primeira, é a reprodução de uma postagem na rede social da vítima, no qual a família pede apoio financeiro para o tratamento das sobreviventes.

Seguindo o mesmo modelo da matéria anterior, um dos critérios para que o acontecimento fosse transformado em notícia é explicitado que a natureza do crime. Porém, diferentemente da primeira matéria, a violência cometida é contextualizada e inserida na perspectiva de violências de gênero, ainda que de maneira simples. Há também a nomeação e explicação do tipo de crime enquanto feminicídio, sendo explicado o significado do termo. A informação, que não tem a fonte⁴⁷ citada, auxilia a promoção do que Benetti classifica como interdiscursividade, no qual o “discurso é atravessado, ele mesmo, por outros discursos e pelo já-dito em outros lugares” (BENETTI, 2016, p. 241), apontando um contexto mais amplo de violências, no qual se insere o crime cometido. Deste local, a tentativa de feminicídio do caso

⁴⁷ Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

em específico é ancorada pela argumentação inicial da sistematização de violências de gênero em território brasileiro, fazendo valer a interdiscursividade. Assim, ainda que de maneira limitada, a notícia tenta nortear para a construção de um sentido no qual um conjunto de violências de gênero são acionadas, trazendo o critério de relevância, que atribui “importância às notícias que dizem respeito a muitas pessoas e quanto mais elevado for o número dos indivíduos envolvidos num desastre” (WOLF, 1985, p. 89).

Atualmente, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial do feminicídio, o assassinato pela condição do gênero. Em Sergipe, uma tentativa de crime dessa natureza chocou a todos no dia 8 de outubro passado, quando uma gestante, Emilly Rione, de 18 anos, teve parte do corpo queimado. (OLIVEIRA, 2021, on-line)

Apesar disso, a editoria em que se insere a matéria, cotidiano, traz apontamentos para como o discurso será estruturado, assim como quais sentidos serão exacerbados. Das fontes acionadas, a vítima é a única a ser ouvida, ainda que sua voz também seja acionada de modo indireto, através de uma entrevista concedida à TV Atalaia. A construção do discurso estrutura-se exclusivamente através do relato da vítima e da interpretação do redator, com a seleção de três falas diretas da vítima, intercalado com os demais elementos textuais, que colocam o texto em um espaço de “materialidade discursiva em potência, que se concretiza ao produzir sentidos por um sujeito que o enuncia ou o interpreta” (BENETTI, 2016, p. 236).

Emilly Rione conta que no início do relacionamento, José não demonstrava tanto ciúmes, mas após alguns meses de gestação as discussões foram aumentando. “No início não era tanto, mas depois de um tempo, em que fomos morar juntos, umas três semanas depois e de lá para cá, isso aconteceu”, disse a jovem em entrevista à TV Atalaia. (OLIVEIRA, 2021, on-line)

Pela narrativa da gestante, o ciúme do então marido teria desencadeado a violência. “No início estava tudo ok, ele estava feliz porque iria ser pai, mas depois só queria dizer que eu só pensava na criança, que eu só dava atenção a ela e não queria mais saber dele”, afirmou. (OLIVEIRA, 2021, on-line)

“Todas as mulheres que estiverem passando por essa situação, sendo xingada, humilhada, sendo rejeitada, que ver que o marido está com muito ciúmes, saia logo, pra não acontecer o que aconteceu comigo”. (OLIVEIRA, 2021, on-line)

Essa interpretação e formação de sentidos no discurso apresenta-se através das marcas discursivas do sentido (Benetti, 2007) presentes nas escolhas semânticas realizadas pelo redator, como em “*pela narrativa da gestante, o ciúme do então marido teria desencadeado a violência*” (grifos meus). Aqui, o feminicida é nomeado e vinculado explicitamente ao crime: “o suspeito de atear fogo nela, seu *ex-marido*, José Weverton dos

Santos Silva”. Como pode-se observar, contudo, Sophia Vitória não é incluída como uma das vítimas, de modo semelhante à matéria anteriormente analisada.

Apesar de a matéria ser um desdobramento do caso, com a resistência de Emilly e Sophia, e o processo de recuperação física, não há qualquer problematização quanto à forma como a tentativa de feminicídio foi promovida, nem sobre os problemas por ele gerados. Especialistas da saúde discutem que a queimadura está “entre os traumas mais graves, pois, além dos problemas físicos que podem levar a pessoa à morte, também causa desordens psicológicas e sociais, como mencionado anteriormente” (ASSIS et al., 2012, p. 255), e por isso, em tese, deveria ser problematizada. Da mesma forma, não há qualquer indicação sobre o apoio do Estado em sua recuperação, no andamento do processo, e demais informações sobre o caso.

Fig. 5: Captura de tela do resultado nº 3 da pesquisa por Emilly Rione



Fonte: A autora

O terceiro e último resultado da pesquisa na aba do *Google News* direciona para a página do jornal intitulado A8SE, parte do Sistema Atalaia de Comunicação, dedicado à cobertura jornalística do estado de Sergipe. A matéria, sem assinatura (da Redação), é construída a partir de uma entrevista, concedida por Emilly, à TV Atalaia, pertencente ao mesmo conglomerado que o site. Composta por um hiperlink, que redireciona para uma matéria do próprio veículo sobre o caso, e uma foto da sobrevivente sendo entrevistada em no telejornal, a matéria é enquadrada na editoria “Polícia”, que em especial em jornais locais tem como característica o sensacionalismo e senso de urgência, o ineditismo é acionado já no título, através dos marcadores semânticos como “exclusivo” e “primeira vez”, atraindo a atenção dos leitores para o caso.

Era o dia sete de outubro quando Emilly Rione Fagundes de Lima, de apenas 18 anos, teve 60% do corpo queimado. Grávida de seis meses, ela recebeu alta e falou

pela primeira vez nesta segunda-feira (29) com exclusividade à TV Atalaia. (A8SE, 2021, on-line)

Apesar da atração para a leitura, o texto é construído de maneira frágil e simplista. Emilly é a única fonte ouvida, ainda que sua presença tenha ocorrido de forma indireta, através de trechos da entrevista dada ao canal televisivo. Semelhante à primeira matéria analisada, o contexto em que se insere a violência não é sequer citado, ainda que a seleção dos relatos pudesse funcionar como ganchos para tal problematização. Ao escolher aquilo que não será dito, como dito por Benetti (2016), o jornal colabora com a produção de sentido no qual o acontecimento se caracteriza como um crime isolado. Sem que demande outras fontes, como advogados, delegados, testemunhas ou mesmo a família, o discurso fica retido a um mero relato, que, apesar da sua importância e relevância, não aponta, a princípio, para questionamentos mais profundos.

"Depois de umas três semanas foi muito ciúme. [...] ele brigava muito, tinha ciúme do meu trabalho porque eu tirava fotos para divulgar", detalha a jovem. (A8SE, 2021, on-line)

Emilly passou cerca de dois meses internada, por muito tempo na UTI. "Fazendo muitos procedimentos, todo processo muito dolorido", diz. (A8SE, 2021, on-line)

Mesmo sendo enorme a dor física, essa não é maior. Cada pensamento sobre o que aconteceu é um trauma na vida dela. "O tempo passou, mas continuam as marcas, as memórias. [...] Ele pegou álcool e ateou fogo em mim". (A8SE, 2021, on-line)

A jovem falou que o suspeito, que é pai da bebê que está grávida, não aceitava a gestação. "Ele dizia que não queria que tivesse acontecido [...] dizia que eu só queria saber da criança, que só gostava dela, que não dava atenção para ele", finaliza. (A8SE, 2021, on-line)

As demais violências também não são citadas no decorrer da matéria, ainda que a própria vítima relate que as violências físicas e psicológicas aconteciam antes do ápice da agressão. O texto também não discute, problematiza e contextualiza as consequências do crime, que como dito por Emilly, se expressam em marcas e memórias que continuam em seu corpo e em sua vida. Também não é sequer citado quais as consequências do crime para Sophia, a outra vítima de tentativa de feminicídio.

José Weverton, novamente, não tem o nome citado, e de modo similar ao que ocorre nas demais matérias analisadas, sua identidade é vinculada à relação que mantinha com as vítimas como pai e ex-companheiro. Neste mesmo trecho observa-se, mais uma vez, que ainda que citada a gravidez de Emilly, Sophia não é incluída como vítima no texto. Nesta construção discursiva, outros pontos podem ser observados, quando pensados sob a

perspectiva de gênero. A violência executada sobre o corpo da vítima apresenta-se como uma tentativa de controle sobre este mesmo corpo, uma vez que tanto o trabalho de Emilly quanto a gravidez “disputavam” lugar com o feminicida, como pode ser visto em frases como: “[José] dizia que eu só queria saber da criança, que só gostava dela, que *não dava atenção para ele*” e “ele brigava muito, tinha ciúme do meu trabalho porque eu tirava fotos para divulgar” (A8SE, 2021, on-line, grifos meus). Na estruturação do discurso, porém, não há nenhuma menção da relação das violências cometidas contra as vítimas e as violências de gênero.

O principal suspeito de cometer o crime é o ex-companheiro de Emilly, com quem estava casada na época. Ela conta que tudo começou logo após as três primeiras semanas do casamento. (A8SE, 2021, on-line)

A jovem falou que o suspeito, que é pai da bebê que está grávida, não aceitava a gestação. “Ele dizia que não queria que tivesse acontecido [...] dizia que eu só queria saber da criança, que só gostava dela, que não dava atenção para ele”, finaliza. (A8SE, 2021, on-line)

A matéria é finalizada com um pedido de ajuda financeira feita por Emilly, que acabara de sair do hospital mas continua um longo processo de recuperação. É neste momento, também, que pela primeira e única vez, o nome da segunda vítima é exposto: “Emilly pede ajuda para as despesas com medicamentos, tratamentos e os utensílios da filha, que se chamará Vitória. Quem quiser ajudar, o pix é: 72557508500” (A8SE, 2021, on-line)

7.3 Presenças diminuídas

Assim como as bruxas latinas não foram documentadas nos ofícios da Metrópole, ou os documentos que provavam a existência de milhares de mulheres acusadas de bruxaria foram queimados com as ditas bruxas, o apagamento e a diminuição da presença on-line de Sophia e Emilly, respectivamente, muito dizem sobre suas vidas. Se Emilly deixou a desejar na sua representação de mulher ideal do patriarcado, José Weverton passa a seguir o *script* para o feminicídio: ciúmes desenfreado, violências psicológicas e físicas, até atingir o clímax, tentando assassinar Emilly. Como consequência, assim como na Inquisição, sua filha também é punida para que, desde o ventre, aprenda a como viver e agir de forma correta neste enredo.

Pensando nas técnicas de SEO que permitem que um conteúdo seja mais facilmente encontrado na internet, é fácil perceber pelo menos um dos motivos pelos quais, ao buscar por emilly rione, não se obteve muitos resultados. Nas três matérias, nem o título nem mesmo o *link*, possuem o nome de Emilly como palavra-chave. Ao contrário, em todos eles, as palavras “grávida” e corpo “queimado” se fazem presentes, despersonalizando a vítima.

Em todas as matérias, Emilly tem seu relato reproduzido, tanto através de seus posts nas redes sociais quanto por trechos de entrevista a um canal televisivo. Apesar disso, sua posse discursiva é marcada por interferências que alteram/podem alterar seus sentidos, através da seleção dos trechos a serem usados, os posicionamentos dentro dos textos, o modo como são contextualizados, dentre outros fatores, como apresentado. De modo geral, as matérias limitam-se a trazer a fala da vítima, colhida indiretamente, e a citar o crime, sem contextualizá-lo, problematizá-lo e desdobrá-lo. As questões referentes ao gênero também não são levantadas, e quando as são, como na segunda matéria analisada, ficam limitadas a uma menção breve.

A não nomeação do feminicida, ou a marcação de sua posição enquanto “pai” “companheiro”, ajudam a fomentar o discurso atrelado às violências de gênero, no qual o agressor “não costuma ser vista como parte de relações de poder que visam a assegurar a continuidade das posições vigentes, mas sim como um ato desviante” (FILHOS, ANJOS, LOPES, 2020, p. 70). Assim, como mostrado nas três matérias, o crime desvincula-se, em parte, do criminoso e a misoginia apresenta-se (em duas das três reportagens) “como um atributo de agentes individuais, um sentimento presente no interior do sujeito, sem relação com a cultura e o entorno social” (FILHO et al., 2020, p. 71). Além disso, o modo como o feminicida é apresentado nas reportagens fomenta a hierarquização existente no sistema patriarcal: o agressor, ainda que tenha cometido um crime, é colocado em uma posição superior à das vítimas, que continuam a ser diminuídas, culpabilizadas ou excluídas.

A violência sofrida por Emilly e Sophia aparece (ou deixa de aparecer) no ambiente jornalístico, como discutido por Benetti, de forma semelhante ao modo como são (não) representadas centenas de outras vítimas de violência de gênero: “são fatos clinicamente percebidos como ordinários ou comuns e que, por isso, não alcançam os requisitos que lhes permitam ocupar o estatuto do acontecimento jornalístico” (BENETTI, 2010, p. 146). Em apenas uma das três matérias analisadas, o contexto em que se insere a violência sofrida por elas é exposto, bem como o nome do criminoso. Outro ponto importante é a forma como ocorre o apagamento das violências físicas e, principalmente, psicológica anterior à tentativa de feminicídio, ainda que em algumas passagens a própria vítima as relate.

O silenciamento acontece em várias camadas em cada uma das matérias analisadas: no que é aceito ser dito pela vítima através da seleção de trechos de entrevistas; na escassez de fontes ouvidas; na não nomeação de Sophia Vitória como vítima; na não vinculação (ao menos não direta) do feminicida ao crime. Como dito por Benetti, “não se trata da relação entre um discurso verdadeiro e um discurso falso, e sim da relação entre um discurso imposto

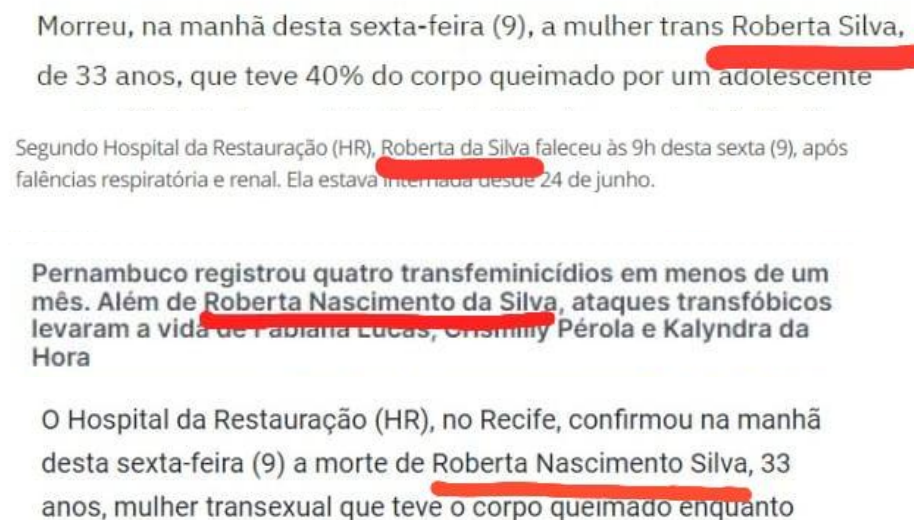
e um recusado” (BENETTI, 2016, p. 250)

Vale citar que no dia 20 de abril de 2022, Emily compartilhou em suas redes sociais um desabafo que, apesar de não citar o contexto nem mesmo o nome dos envolvidos, sugere que o processo contra a tentativa de feminicídio está em curso. Apesar disso, ao fazer a busca do nome emilly rione, não se encontra nenhuma matéria que dê prosseguimento aos desdobramentos do caso, nem dados sobre o processo, reforçando o enquadramento episódico que despolitiza a violência de gênero e singulariza sua ocorrência no tecido social.

8. ROBERTA NASCIMENTO DA SILVA

Diferentemente do que ocorre com outras parcelas da população, prospectar informações sobre pessoas trans e/ou em situação de rua, como o caso Roberta Nascimento da Silva, se coloca como o primeiro empecilho na aplicação da metodologia. Roberta foi uma mulher transgênero, preta, moradora da cidade de Recife, que vivia na região central da cidade, em situação de rua. A dificuldade de pesquisa se impõe já na delimitação de seu nome, com a presença de problemas de cunho estrutural. Ao pesquisar no buscador Google (na aba geral) por notícias sobre a vida e o assassinato de Roberta, seu nome aparece grafado de distintas formas: Roberta Silva, Roberta da Silva, Roberta Nascimento. Há, antes mesmo da afirmação de sua presença enquanto sujeita social, o apagamento de sua presença física, através da morte, e de sua presença digital, ao ser desvinculado o nome da vítima de sua história. Não sendo, em um primeiro momento, possível sequer definir o descritor que seria utilizado para a busca e posterior análise das matérias na plataforma.

Fig. 6: Captura de tela das diferentes maneiras como Roberta é identificada nos veículos Folha PE, G1, Ponte Jornalismo, JC NE, respectivamente



Fonte: A autora

Aos 32 anos, na madrugada do dia 24 de junho de 2021, Roberta Nascimento da Silva⁴⁸, foi vítima de transfeminicídio, quando teve seu corpo atingido por álcool e depois incendiado, enquanto dormia em uma barraca de lona, no Cais Santa Rita, região central de Recife. Entrando para a infeliz estatística das pessoas T (travestis e transexuais) que, segundo

⁴⁸ O nome completo de Roberta utilizado nesta pesquisa foi obtido através do Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2022

a presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB São Paulo, Marina Ganzarolli, possuem “expectativa de vida de menos de 35 anos, isso é *equiparável com a expectativa de vida da Idade Média*, quando não tinha penicilina nem saneamento básico” (ALVES, 2021, on-line, grifo meu).

O transfeminicida, homem branco de 17 anos, não teve o nome revelado pelas autoridades policiais. Reafirmando as recorrências discutidas por Bento, de que as mortes de pessoas trans “acontecem em espaços públicos, principalmente nas ruas desertas e à noite” (BENTO, 2014, p. 2), a violência sofrida por Roberta apresenta cada uma dessas características. Com queimaduras de 2º e 3º grau, principalmente nos membros superiores, Roberta sobreviveu em um primeiro momento, precisando passar por cirurgias que levaram à amputação de seus dois braços, em datas distintas, como uma tentativa de preservar seu estado de saúde.

Apesar dos esforços, no dia 09 de julho de 2021, Roberta não resistiu, e entrou para a estatística das 135 mulheres trans e travestis mortas durante 2021⁴⁹. Sua morte ocorreu duas semanas após o crime, em um hospital público de Recife, sendo declarada falência múltipla dos órgãos, após agravamento do quadro respiratório e renal da vítima. O motivo da violência, como relatam a família e os estudos acerca das violências perpetradas contra pessoas trans: a transfobia. Porém, devido ao fato de o acusado ser adolescente, “o caso foi registrado como ‘ato infracional análogo a homicídio doloso tentado’” (ANTRA, 2022, on-line). Por “homicídio doloso”, admite-se a intenção do criminoso em matar a vítima, já como “tentado”, entende-se a execução iniciada, mas sem consumação da morte. Devido ao falecimento de Roberta, a atualização da acusação passou para “ato infracional análogo a homicídio doloso”. Observa-se, porém, que a motivação de gênero não é levada em consideração pela jurisdição, já que no Código Penal brasileiro, o crime de feminicídio contempla apenas mulheres cisgênero, não abarcando transgêneros, como Roberta, já que, segundo o 5º artigo da Lei 13.104/2015, o feminicídio é o crime “contra a mulher por razões da condição de *sexo feminino*”⁵⁰ (grifo meu). Porém, em algumas regiões, como no Distrito

⁴⁹Segundo dados do Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2022.

⁵⁰Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 12 jun. 2022.

Federal, decisões judiciais possuem resultados favoráveis às mulheres trans, sendo os crimes contra elas cometidos denominados e julgados como feminicídio⁵¹.

Do mesmo modo, não há especificações quanto ao crime de LGBTfobia, já que também não há uma lei própria que contemple o crime. Em 2014, o Projeto de lei da Câmara 122 (PLC 122), conhecido como Lei Anti-homofobia, foi arquivado após oito anos estacionado no Senado. A lei incluiria a homofobia à lei 7.716/89 (Lei de Racismo)⁵², enquanto crime motivado por discriminação de identidade de gênero e orientação sexual. No entanto, mesmo arquivado, alguns atos de homofobia, que, em teoria, abarca somente homossexuais, excluindo as demais identidades da sigla LGBTQI+, podem ser enquadrados dentro da referida lei. Em ambos os casos, feminicídio ou LGBTfobia, a relevância da nomeação do crime, assim como a jurisdição aplicada sobre ele, é de suma importância para analisar a violência perpetrada, uma vez que inúmeras outras nuances emergem:

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer "eu sou mulher", é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente. (BENTO, 2014, p. 2)

Como já discutido, além do apagamento físico, esses sujeitos sofrem um silenciamento simbólico. A invisibilização digital de Roberta, através dos algoritmos, reafirma sua invisibilização enquanto sujeita social. Na busca por sua presença nos veículos de comunicação digital, um longo percurso precisou ser percorrido para que fosse encontrado um número significativo de menções a sua história. Ao procurar pelo termo roberta da silva, no dia 23 de fevereiro de 2022, obtém-se o seguinte resultado:

Quadro 2: Pesquisa com o termo roberta da silva

TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
João Azevêdo	Portal Correio (R7)	22/02/2022	https://portalcorreio.c	NÃO

⁵¹ Como ocorrido na decisão de agosto de 2019, em que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios acolheu a denúncia de feminicídio contra Blendo Wellington dos Santos Oliveira e Johnatan Vinícius Santana de Brit, acusados de espancar uma mulher transsexual em abril de 2018. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/agosto/tjdft-entende-que-delito-de-feminicidio-tam-bem-deve-alcancar-mulheres-transgeneros>. Acesso em 12 jun. 2022.

⁵² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso em 12 jun. 2022.

exonera dois auxiliares de governo			om.br/joao-azevedo-e-xonera-dois-auxiliares-de-governo/	
Roberta Rodrigues declara torcida para DG: 'Torço por você na vida'	Splash UOL	08/02/2022	https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/02/08/roberta-rodrigues-declara-torcida-para-dg-torco-por-voc-e-na-vida.htm#:~:text=Roberta%20Rodrigues%20declara%20torcida%20para,Tor%C3%A7o%20por%20v%C3%AA%20na%20vida'&text=A%20atriz%20Roberta%20Rodrigues%2C%20de.um%20dos%20emparedados%20desta%20semana.	NÃO
Ainda estamos nos tempos do imperador: sobre o racismo contra os atores e atrizes da novela	Carta Capital	17/02/2022	https://www.cartacapital.com.br/opinio/ainda-estamos-nos-tempos-do-imperador-sobre-o-racismo-contra-os-atores-e-atrizes-da-novela/	NÃO
Por causa de piora em quadro clínico, mulher trans que teve 40% do corpo queimado é Intubada e levada para UTI	G1	05/07/2021	https://g1.globo.com/pe/parana/noticia/2021/07/05/por-causa-de-piora-em-quadro-clinico-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-e-intubada-e-levada-para-uti.ghtml	SIM
Advogado assisense leva golpe ao arrematar hilux sw4 em leilão virtual	Assis City	09/02/2022	https://www.assiscity.com/local/advogado-assisense-leva-golpe-a-o-arrematar-hilux-sw4-em-leilao-virtual-116560.html#:~:text=Cláudia%20n%C3%A3o%20apresentou%20defesa%20e,00%20em%20favor%20do%20BB.	NÃO
Hotel Senac Grogotó será arrendado	Barbacena online	28/02/2022	https://barbacenaonline.com.br/hotel-senac-grogoto-sera-arrendado/	NÃO
218 pessoas estão	Band News	18/02/2022	https://www.band.uol	NÃO

desaparecidas em Petrópolis (RJ); confira os nomes			com.br/bandnews-fm/noticias/218-pessoas-estao-desaparecidas-em-petropolis-rj-confira-os-nomes-16479204	
Comentários da obra: a república das milícias dos esquadrões da morte à era Bolsonaro	Jornal Tribuna	17/02/2022	https://jornaltribuna.com.br/2022/02/comentarios-da-obra-a-republica-das-milicias-dos-esquadros-da-morte-a-era-bolsonaro/#:~:text=Trata%2Dse%20de%20trabalho%20acad%C3%AAmico,categoria%20Biografia%2C%20Document%C3%A1rio%20e%20Reportagem	NÃO
Tragédia em Petrópolis: número de mortos passa de 200; 55 pessoas continuam desaparecidas. Veja listas*	23/02/2022	Extra	https://extra.globo.com/noticias/rio/tragedia-em-petropolis-numero-de-mortos-passa-de-200-55-pessoas-continuam-desaparecidas-veja-listas-25406157.html	NÃO
Edital (COGEP/SME) - Concurso de Ingresso - Professor de Educação Infantil - Resultado do ato de aferição da veracidade da autodeclaração e as características fenotípicas que identifiquem o candidato socialmente cmo negro (16/02/2022)	Sinesp	16/02/2022	https://www.sinesp.org.br/noticias/destaques/179-saiu-no-doc/14016-edital-cogep-sme-concurso-de-ingresso-professor-de-educacao-infantil-resultado-do-ato-de-afericao-da-veracidade-da-autodeclaracao-e-as-caracteristicas-fenotipicas-que-identifiquem-o-candidato-socialmente-cmo-negro-16-02-2022	NÃO

Fonte: Elaboração própria

Das 10 matérias situadas na primeira página da aba *Google News*, quando acionado o termo Roberta Silva, um *link* retorna a história da vítima, tratando do desdobramento do crime com a piora de seu quadro clínico. Apesar disso, em outros resultados suas homônimas são acionadas, seja pelo nome, ou por nome e sobrenome. Em mais uma busca, agora realizada com o descritor roberta silva, encontram-se os seguintes resultados mostrados no

quadro 2, na ordem em que aparecem na página do Google News, em pesquisa feita em 25 de março de 2022.

Quadro 3: Pesquisa com o termo roberta silva

TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
Volta redonda promove aula inaugural do projeto “Qualifica Freve”	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	22/02/2022	https://www.voltaredonda.rj.gov.br/9-noticias-em-destaque/4900-volta-redonda-promove-aula-inaugural-do-projeto-%E2%80%98qualifica-fevre%E2%80%99/	NÃO
Vídeo mostra momento em que mulher é atropelada por moto ao tentar atravessar rua no Pará	G1	01/03/2022	https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/03/01/video-mostra-momento-em-que-mulher-e-atropelada-por-moto-ao-tentar-atraves-sar-rua-no-para.ghtml	NÃO
Aracaju: Moradores comemoram avanço de obra estruturante no loteamento Ponta da Asa	Aqui Acontece	25/03/2022	https://www.aquiacontece.com.br/noticia/sergipe/25/03/2022/aracaju-moradores-comemoram-avanco-de-obra-estruturante-no-loteamento-ponta-da-asa/179064	NÃO
Resultado do processo seletivo de Congonhas foi homologado nessa terça-feira	Correio Online	04/03/2022	https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/25122-resultado-do-processo-seletivo-de-congonhas-foi-homologado-nessa-terca-feira	NÃO
MC Loma abre o jogo sobre gravidez de risco: "Foi um choque no primeiro momento"	Yahoo Vida e Estilo	13/03/2022	https://br.vida-estilo.yahoo.com/foi-um-choque-para-mim-no-primeiro-momento-110052460.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAADybw2luw1VNuzkrOF7EVJkoO-Sr-mVGoRqh1u28k8sZhwjZjh2OAtz68911UK7wCm8lb50Qe4vY19mYuaXII6Wbd-fx-xX3ftotlNeNkbe5JacxcyJWKSh4GpvdVkb24tGIZZr-t-IJjK9GBgJnuRuTO_cJqiVkv01XWtPxT	NÃO
Juntos há 15 anos, advogada e empresário	Diário de Nordeste	23/03/2022	https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/juntos-ha-15-anos-advo	NÃO

assumem trisal com influenciar e criam perfil nas redes			gada-e-empresario-assumem-trisal-com-influenciar-e-criam-perfil-nas-redes-1.3208081	
Em Cachoeiro, moradores ainda são obrigados a usar máscaras em ambientes abertos	Tribuna Online	14/03/2022	https://tribunaonline.com.br/cidades/em-cachoeiro-moradores-ainda-sao-obrigados-a-usar-mascaras-em-ambientes-abertos-112950	NÃO
Dicção de centavos, memória de milhões: Paulo André prova que é fã de Douglas Silva e Arthur Aguiar!	Jornal de Brasília	25/03/2022	https://jornaldebrasil.com.br/entretenimento/katia-flavia/paulo-andre-douglas-silva-arthur-aguiar-bbb22/	NÃO

Fonte: Elaboração própria

Assim como na busca anterior, dos oitos resultados obtidos, nenhum retorna especificamente sobre Roberta. Por isso, em mais uma tentativa de buscar por sua presença, o sobrenome “nascimento” é agora acionado junto ao nome, tendo como resultado, em busca feita no dia 17 de abril de 2022, as seguintes notícias na ordem em que aparecem na página:

Quadro 4: Pesquisa com o termo roberta nascimento

TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
Carlos Nascimento se lança no mundo do turismo fluvial	Roberta Jungmann	02/04/2022	https://robertajungmann.com.br/2022/04/02/carlos-nascimento-se-lanca-no-mundo-do-turismo-fluvial/#:~:text=O%20jornalista%20Carlos%20Nascimento%20deixou,o%20navio%20NM%20Homero%20Kr%C3%A4henb%C3%BChl.	NÃO
ACIME realiza palestra "o lugar da mulher é onde ela quiser"	Guia Medianeira	21/03/2022	https://www.guiaemedianeira.com.br/noticia/32918/ACIME+realiza+palestra+O+Lugar+da+Mulher+e+Onde+Ela+Quiser	NÃO
Morre Roberta, mulher trans	Ponte Jornalismo	09/07/2021	https://ponte.org/morre-roberta-mulher	SIM

queimada viva no centro de Recife			-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/	
Paolla Oliveira comemora aniversário de 40 anos com festão no Rio	Roberta Jungmann	14/04/2022	https://robertajungmann.com.br/2022/04/14/paolla-oliveira-comemora-aniversario-de-40-anos-com-festao-no-rio/	NÃO
IFPB elege primeira mulher ao cargo de reitora	IFPB	08/04/2022	https://www.ifpb.edu.br/noticias/2022/04/ifpb-elege-primeira-mulher-ao-cargo-de-reitora	NÃO
Morre Roberta, mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Recife	Folha de Pernambuco	09/07/2021	https://www.folhape.com.br/noticias/morre-roberta-mulher-trans-que-teve-40-do-corpo-queimado-por/189809/	SIM
Moro se filia ao União Brasil e deve ser candidato a deputado federal	Rede Brasil	31/03/2022	https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2022/03/moro-se-filia-ao-uniao-brasil-e-deve-ser-candidato-a-deputado-federal/	NÃO
Conselho Superior do Ceatel realiza sua primeira reunião ordinária	Ministério das Comunicações	27/04/2022	https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/conselho-superior-do-ceatel-realiza-sua-primeira-reuniao-ordinaria	NÃO

Fonte: Elaboração própria

Dos oito resultados apresentados na página, apenas dois (25%), falam especificamente sobre a vítima. Na tentativa de buscar uma presença mais marcante de Roberta na plataforma, a pesquisa precisou de um rearranjo do método, que a princípio buscava somente o nome da vítima, precisando agora recorrer a outras características identitárias. Além disso, como forma de otimizar os resultados, a busca pelas notícias necessitou da mobilização de perguntas que compõem o *lead* jornalístico. Por isso, como modo de achar Roberta, a pesquisa feita em 25 de março de 2022 levou em consideração o personagem do acontecimento (quem?), o acontecimento (o que?) e sua localização (onde?). Dessa forma, a pesquisa feita com base no termo “mulher trans morta em recife” teve como resultado, na ordem em que aparecem no página do *Google News*, os dados referentes ao quadro 5:

Quadro 5: Pesquisa com o termo mulher trans morta em recife

TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
Mulher trans abandonada em incêndio há um ano pode dar nome a rua de SP	Universa UOL	27/02/2022	https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/02/27/lorena-muniz-quem-e-a-trans-morta-ha-um-ano-que-pode-dar-nome-a-rua-de-sp.htm	NÃO
Dia das Mulheres: ato no Recife pede o fim da violência de gênero	G1	08/03/2022	https://g1.globo.com/pe/pe/pe/pe/pernambuco/noticia/2022/03/08/dia-das-mulheres-ato-no-recife-pede-o-fim-da-violencia-de-genero.ghtml	NÃO
“Só peço que o Brasil entenda que a população trans está sendo exterminada”, diz ativista exilada na Espanha	Marco Zero	16/03/2022	https://marcozero.org/so-peco-que-o-brasil-entenda-que-a-populacao-trans-esta-sendo-exterminada-diz-ativista-exilada-na-espanha/	NÃO
Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia	G1	05/07/2021	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml	SIM
Vereadora protocola projeto para homenagear Lorena Muniz, morta em clínica de cirurgia plástica, com nome de rua do Centro de SP	G1	25/02/2022	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/25/vereadora-protocola-projeto-para-homenagear-lorena-muniz-morta-em-clinica-de-cirurgia-plastica-com-nome-de-rua-do-centro-de-sp.ghtml	NÃO
Mulher trans é achada morta dentro de casa no Recife; companheiro é suspeito de assassinato	G1	18/06/2021	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/18/mulher-trans-e-achada-morta-dentro-de-casa-no-recife-companheiro-e-suspeito-de-assassinato.ghtml	NÃO
Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife	G1	09/07/2021	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-po	SIM

			r-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml	
Companheiro de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife	G1	19/06/2021	https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2021/06/19/companheiro-de-mulher-trans-encontrada-morta-e-preso-suspeito-do-assassinato-no-recife.ghtml	NÃO

Fonte: Elaboração própria

Contudo, no país que mais mata transexuais no mundo, o resultado obtido trouxe outros casos de mulheres transexuais mortas no Brasil. Das oito matérias presentes na página, novamente apenas dois resultados (25%) falam sobre Roberta, sendo que em um deles, o caso de violência contra Roberta é apenas citado como dado em outro caso. Na outra matéria, o assassinato de Roberta é de fato a temática central da matéria (no qual o nome da vítima também aparece como Roberta da Silva). Deste ponto, e a partir da observação dos resultados, uma nova alteração dos descritores foi necessária. Agora, além da consideração do personagem do acontecimento (quem?), do acontecimento (o que?) e de sua localização (onde?), o modo como a morte foi efetivada (como?) também foi adicionada à pesquisa. Desta forma, os resultados obtidos pela busca do termo mulher trans morta queimada em recife, em pesquisa feita em 25 de março de 2022, retornou os seguintes resultados, na ordem em que aparecem no Google *News*:

Quadro 6: Pesquisa com o termo mulher trans morta queimada em recife

POSIÇÃO NA PÁGINA	TÍTULO	PORTAL	DATA	LINK	A VÍTIMA É UMA DAS PERSONAGENS DA MATÉRIA?
1	Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife	G1	09/07/2021	https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml	SIM
2	Morre Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife	Ponte Jornalismo	09/07/2021	https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/	SIM

3	Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente em Recife	Brasil de Fato	09/07/2021	https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/morre-mulher-trans-que-teve-40-do-corpo-queimado-por-adolescente-em-recife	SIM
4	Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela	G1	25/06/2021	https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2021/06/25/mulher-trans-e-alvo-de-tentativa-de-homicidio-e-tem-quemaduras-em-40percent-do-corpo-adolescente-e-apreendido-por-atear-fogo-nela.ghtml	SIM
5	Mulher trans é queimada viva no centro de Recife; codeputada denuncia transfobia	Brasil de Fato	25/06/2021	https://www.brasildefato.com.br/2021/06/25/mulher-trans-e-queimada-viva-no-centro-de-recife-codeputada-denuncia-transfobia	SIM
6	Mulher trans é queimada viva em Recife	Catraca Livre	25/06/2021	https://catracalivre.com.br/cidadania/mulher-trans-e-queimada-viva-em-recife/	SIM
7	Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia	G1	05/07/2021	https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml	NÃO
8	Mulher trans que teve 40% do corpo queimado diz ter sido vítima de LGBTfobia, afirma codeputada Robeyoncé Lima	G1	25/06/2021	https://g1.globo.com/pe/paranaiba/noticia/2021/06/25/mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-diz-ter-sido-vitima-de-lgbtfobia-afirma-codeputada-robeyonce-lima.ghtml	SIM
9	Após 15 dias internada, morre mulher trans queimada viva no	Alma Preta Jornalismo	09/07/2021	https://almapreta.com/sessao/cotidiano/apos-15-dias-internada-morre-mulhe	SIM

	Recife			r-trans-queimada- iva-no-recife-2	
10	Mulher trans é achada morta dentro de casa no Recife; companheiro é suspeito de assassinato	G1	18/06/2021	https://g1.globo.com/pe/paranambuco/noticia/2021/06/18/mulher-trans-e-achada-morta-dentro-de-casa-no-recife-companheiro-e-suspeito-de-assassinato.ghtml	NÃO

Fonte: Elaboração própria

Agora, dos dez resultados da busca, oito (representando 80% do total resultante) têm como tema principal a violência cometida contra Roberta. Daqui inúmeros são os sentidos já produzidos sobre sua presença no ambiente digital, e a mensagem a ser passada sob forma de pedagogia aos leitores.

A força do discurso jornalístico não está apenas na singularidade das notícias, característica dos fenômenos transitórios e permanentes. O maior poder desse discurso está naquilo que se repete, definindo como é o mundo, quais são os valores contemporâneos e sobre como agir neste mundo narrado (BENETTI, 2010, p. 160)

Ao observar-se os critérios, de modo panorâmico, que foram selecionados, pelos veículos e pela plataforma, para dar (ou não) visibilidade a Roberta, um ambiente ainda mais complexificado se compõe. Se no caso de Emilly e Sophia, a relevância e importância da notícia são marginalizadas pelo *Google News*, no caso de Roberta elas são completamente apagadas. No grau de hierarquização dos personagens que compõem a notícia, Roberta é colocada em um local ainda mais subalternizado. Quanto ao poder econômico e riqueza, Roberta é anulada por ser moradora de rua; quanto ao prestígio, a própria dificuldade em descobrir seu verdadeiro nome já nos dá a resposta. Além disso, dois outros fatores diminuem, ainda mais, o nível de hierarquia social de Roberta: a cor da sua pele e seu gênero.

Roberta, além de negra, abriu mão (pela perspectiva patriarcal) de seu lugar hierarquicamente um pouco superior, de homem negro, para assumir a posição de mulher, transgênero, negra. Em uma escala patriarcal este é um dos piores lugares a serem ocupados por um ser humano. Deste ponto, observa-se como o segundo fator utilizado para se considerar um tema relevante ou não de ser noticiado, segundo Wolf, é também excluído: o interesse nacional. Um acontecimento é transformado em notícia quando há “relevância quanto ao sistema de valores ideológicos e aos interesses do país em questão” (WOLF, 1985, p. 88). No país em que decisões governamentais são baseadas em falas como “é uma nova era

no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”⁵³, a binaridade exclui a existência, e por consequência, a noticiabilidade, de corpos não binários como o de Roberta.

8.1 A ausência de Roberta, a pedagogização sobre sua morte

Fig. 7: Captura de tela do resultado nº 1 da pesquisa



Fonte: A autora

O primeiro resultado refere-se a uma matéria do veículo G1, que não possui assinatura nominal. Inserido na editoria “Pernambuco”, que trata de notícias de cunho regional, a proximidade geográfica mostra-se como um dos critérios utilizados para a noticiabilidade do caso. O discurso estrutura-se em tópicos temáticos, com a presença de recursos multimídia que contribuem para a argumentação através da interdiscursividade por meio de: três fotografias (uma do Hospital onde Roberta estava internada, uma da codeputada Robeyoncé Lima e do governador de Pernambuco Paulo Câmara), dois vídeos (um da reportagem do jornal televisivo NETV 1ª edição e outro do ABTV 1ª edição) e 27 *hyperlinks* para matérias do Grupo Globo. Destas matérias *linkadas*, sete tratam especificamente do caso de Roberta, cinco tratam de outros casos envolvendo transfeminicídio, e um sobre os dados de transfeminicídio no 1º semestre de 2021 no Brasil. Os demais redirecionamentos são para temáticas gerais envolvendo o nome das fontes ouvidas, notícias regionais, dentre outros.

Na introdução ao tema, a primeira parte do texto traz informações básicas do *lead*, em uma rápida contextualização do caso: data do crime e do falecimento, motivações, quem cometeu-o. Além disso, é também na parte introdutória que a matéria aciona suas principais fontes, dentre elas, a própria vítima através de um relato dado ao hospital onde estava internada. Mas antes mesmo da fala de Roberta ser apresentada, um importante dado é revelado: Roberta da Silva, como é tratada no decorrer do texto, tem sua identidade corrigida

⁵³ Fala da então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, no dia de sua posse, em 2019.

no início da matéria – da idade informada de 33 anos, o jornal corrige para 32, de acordo com os documentos da vítima. A correção aponta para um aprofundamento na apuração e um acompanhamento mais proximal do caso, que aciona 26 vezes o nome da vítima no texto.

Morreu, nesta sexta-feira (9), no Hospital da Restauração (HR), na área central do Recife, Roberta da Silva, a mulher trans que teve 40% do corpo queimado por um adolescente, no Centro, em 24 de junho. O óbito ocorreu às 9h, segundo a assessoria de comunicação da unidade de saúde. (G1 PE, 2021, on-line)

Antes disso, ela teve um braço completamente amputado e parte do outro devido à gravidade dos ferimentos. *Inicialmente, a informação era de que ela tinha 33 anos, mas o hospital afirmou, nesta sexta, que ela tinha 32, segundo documentos.* (G1 PE, 2021, on-line, grifo meu)

O ataque contra Roberta ocorreu quando ela, que morava nas ruas do Centro do Recife, dormia perto do Terminal de Ônibus do Cais de Santa Rita, *segundo relato da vítima aos médicos.* Um adolescente teria jogado álcool e ateadado fogo nela. Ele foi apreendido em flagrante pelo crime. (G1 PE, 2021, on-line)

Por mensagem de áudio, uma mulher que se identificou como irmã de Roberta falou ao G1 que a família não pretendia se manifestar sobre a morte por enquanto. (G1 PE, 2021, on-line)

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), a codeputada estadual do mandato coletivo Juntas Robeyoncé Lima (PSOL), a vereadora Liana Cirne (PT), entre outros, lamentaram a morte de Roberta (veja mais abaixo). (G1 PE, 2021, on-line)

Indiretamente, a fala de Roberta é mobilizada no discurso, através do relato dado aos médicos, no qual ela conta sobre o local onde estava, como aconteceu o crime e quem fora o culpado. Além disso, outra importante fonte procurada é a irmã da vítima, que fala sobre a não intenção da família em se pronunciar sobre o caso. A irmã é a única fonte da matéria, fora do círculo de fontes acionadas em decorrência do crime, que talvez pudesse trazer uma narrativa sobre Roberta para além da violência cometida, humanizando-a. As duas fontes acionadas (vítima e irmã), demonstram a tentativa do jornal em entender e expor o caso para além das fontes institucionais (como policiais, hospital e políticos), trazendo também a perspectiva mais íntima do caso, através do acionamento de um membro do grupo familiar. Quando analisada a ordem em que as primeiras fontes são apresentadas (o Hospital, a vítima e sua irmã), em relação às outras fontes que também foram ouvidas, poderia se presumir que a importância dada a essas fontes ancoraria a discussão. Contudo, analisando o critério de noticiabilidade que diz respeito ao grau hierárquico da fonte, observa-se como os representantes políticos mobilizados no decorrer do texto, como o prefeito do Recife, João Campos, a codeputada estadual Robeyoncé Lima e a vereadora Liana Cirne, ganham mais foco na narrativa do que a própria protagonista.

Na segunda seção, com o subtítulo “Cirurgias”, a presença de um vídeo de 55 segundos do jornal televisivo NE1 (do mesmo conglomerado midiático) abre a discussão, apresentando um apanhado geral do caso de Roberta. No desenvolvimento da temática do tópico, mais quatro fontes são levantadas: o médico responsável pela vítima, a Polícia Civil, o Governo de Pernambuco e a Coordenadoria LGBT do Estado e da Secretaria de Assistência Social do município do Recife.

O médico Marcos Barretto, chefe da Unidade de Queimados do HR, afirmou, durante o tratamento, que Roberta teve queimaduras na cabeça, além de lesões graves em várias partes do corpo. (G1 PE, 2021, on-line)

A Polícia Civil autuou o adolescente flagrado após o crime. Ele foi para ma [sic] instituição para jovens infratores. (G1 PE, 2021, on-line)

Em nota, o governo de Pernambuco afirmou que prestava "respeito e solidariedade à família, amigas e amigos de Roberta e a toda a comunidade LGBT". (G1 PE, 2021, on-line)

"Roberta era assistida pelos programas Atitude e recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Neste momento a família recebe apoio e amparo da Coordenadoria LGBT do Estado e da Secretaria de Assistência Social do município do Recife", informou em nota. (G1 PE, 2021, on-line)

A primeira delas, o médico Marcos Barretto, que manteve contato direto com a vítima, fala sobre o quadro clínico da vítima, discorrendo sobre as marcas deixadas em Roberta pela violência. Posteriormente, a Polícia, que socorreu a vítima quando ainda estava em chamas, traz um dos primeiros desdobramentos (além do próprio óbito da vítima): o transfeminicídio, nomeado apenas como “adolescente”, foi autuado pelo crime, que também não é nomeado no trecho. A terceira fonte que compõem o trecho é o Governo de Pernambuco, que através de uma nota, genérica e simplista, presta solidariedade à família da vítima e à comunidade LGBT. Neste recorte, o crime também não é referenciado como “transfeminicídio”, “violência contra a mulher” ou “violência de gênero”. Ainda que nesta seleção, “amigas e amigos” da vítima sejam lembrados como também personagens da vida de Roberta, o portal não os aciona para que relatem suas visões e versões da mulher para além daquela vítima de um crime.

Na última nota selecionada, dois importantes dados são colocados: o fato de Roberta ser beneficiária do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e amparada pelo ATITUDE (Atenção Integral aos Usuários de Drogas e Seus Familiares). O BPC é um direito previsto em Constituição e faz parte da Lei Orgânica da Assistência Social, garantindo um salário mínimo por mês para pessoas em vulnerabilidade social. Já o Programa ATITUDE, de

estatuto estadual, destina-se a acolher e proteger pessoas com dependência em narcóticos. Ambos os itens citados tratam da vulnerabilidade de Roberta enquanto sujeita social, agravando (ou sendo consequência) de sua classe, raça e gênero. Porém, ainda que estas nuances sejam levantadas no recorte da nota, elas não são contextualizadas, desdobradas e debatidas no restante da matéria.

Em “Repercussão”, terceiro tópico do discurso, inúmeras fontes são acionadas, através da seleção de notas e postagens nas redes sociais. Dentre elas, oito representantes de governos municipais, estaduais e federais têm suas falas inseridas no texto: o prefeito João Campos; as vereadoras Liana Cirne e Dani Portela, de Recife; a codeputada Robeyoncé Lima; a deputada estadual Teresa Leitão e a deputada estadual de São Paulo Erica Malunguinho. Das fontes demandadas para a construção desta seção, somente Ana Flor tem sua descrição mais prolongada, sendo identificada como pedagoga e assessora parlamentar, além de ser a única a ser nomeada como “travesti”, ainda que a codeputada Robeyoncé Lima também se defina como tal. Fechando a seção, a seleção de dois trechos das notas publicadas pela Aliança Nacional LGBT e diretório estadual do Partido Verde (PV) prestam condolências à morte de Roberta.

Por meio de publicação no Twitter, o prefeito do Recife João Campos (PSB) afirmou que lamenta profundamente a morte de Roberta. "É intolerável qualquer vida perdida para o ódio e para o preconceito", declarou. (G1 PE, 2021, on-line)

A codeputada do mandato coletivo Juntas Robeyoncé Lima (PSOL), que acompanhou Roberta no hospital, também escreveu em seu Twitter sobre o falecimento de Roberta. (G1 PE, 2021, on-line)

A deputada estadual Teresa Leitão (PT) disse por meio de suas redes sociais que Roberta foi "uma vítima do preconceito em Pernambuco". (G1 PE, 2021, on-line)

A vereadora da capital pernambucana Liana Cirne (PT), postou em seu Instagram votos de solidariedade à família da vítima: "Toda nossa solidariedade à família de Roberta, que deixa mãe e irmã". Cirne lembrou, ainda, que no último mês quatro casos de violência contra mulheres trans foram registrados no estado. "Não é possível tolerar tanto ódio!", escreveu. (G1 PE, 2021, on-line)

"Infelizmente acabamos de saber que Roberta não resistiu e morreu, após uma luta de 15 dias no hospital. Que sociedade é essa que faz adolescentes matarem mulheres trans queimadas vivas? Não podemos nos calar diante disso, temos que ir até o fim!", disse pelas redes sociais a vereadora do Recife Dani Portela (PSOL). (G1 PE, 2021, on-line)

A pedagoga, assessora parlamentar e travesti Ana Flor cobrou pelas redes sociais políticas públicas efetivas para que casos como o de Roberta não se repitam. "Toda minha solidariedade aos familiares e amigos. Não tenho muitas palavras", escreveu. (G1 PE, 2021, on-line)

A deputada estadual de São Paulo, Erica Malunguinho (PSOL), também lamentou a morte pelas redes sociais. "Roberta foi vítima de transfeminicídio. Pensar políticas

públicas para conter essas violências é uma demanda histórica do movimento de travestis e transexuais no Brasil. A política institucional precisa ouvir o que os movimentos estão dizendo". declarou. (G1 PE, 2021, on-line)

A Aliança Nacional LGBT lamentou a morte de Roberta Silva, prestou solidariedade à família e afirmou que vai continuar atuando "para que a justiça e a educação vençam a violência, a intolerância e o preconceito". (G1 PE, 2021, on-line)

Em nota, o diretório estadual do Partido Verde (PV) disse que "é doloroso, em todos os aspectos, receber notícias desse porte, uma vez que a defesa da diversidade humana é dever de todos". Também afirmou que "repudia a violência contra qualquer forma de vida e, acima de tudo, defende a dignidade do ser humano, dever de todos". (G1 PE, 2021, on-line)

Embora a seção seja destinada a dar visibilidade à repercussão do assassinato, a eleição destas fontes para a composição da matéria fica confinada a um restrito discurso de condolências, pedidos de envio de energias positivas e pedidos de justiça. Das nove fontes destacadas, poucos trechos apontam para alguma responsabilidade do Estado frente à violência executada contra Roberta, no qual apenas a fala de Malunginho aciona questões estruturais de violências de gênero, colocando a violência à população trans como uma luta histórica. É somente na fala de Erica Malunginho, que o crime contra Roberta é inserido de forma direta ao debate de políticas públicas: "Roberta foi vítima de *transfeminicídio*. Pensar políticas públicas para conter essas violências é *uma demanda histórica do movimento de travestis e transexuais no Brasil*. A política institucional *precisa ouvir o que os movimentos estão dizendo*" (G1 PE, 2021, on-line, grifos meus). Apesar disso, é principalmente nesta seção da matéria que o crime é nomeado e até mesmo contextualizado pelas fontes, havendo inclusive uma retomada histórica das massivas violências contra mulheres sendo lembradas sob o enredo da fogueira da Inquisição.

Na quarta seção, intitulada "Violência contra mulheres trans", o assassinato de Roberta é enquadrado no contexto de assassinados a mulheres trans no estado de Pernambuco, com citação dos dados do 1º semestre de 2021 do relatório da Antra, de abrangência nacional. Apesar da importância desta problematização sobre o tema, ela inicia-se e encerra-se no dado, sendo ele . No restante do tópico, as mortes de outras quatro mulheres transgênero são citadas. É somente nesta parte do texto que a palavra "transfobia" é acionada, através da fala das famílias de duas vítimas, que indicam a natureza dos crimes como transfóbicas. Contudo, nos quatro crimes resgatados, somente em um deles o criminoso é identificado, ainda que não nomeado.

No município de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste pernambucano, uma mulher trans identificada como Fabiana da Silva Lucas, de 30 anos, foi morta com vários

golpes de faca às margens da PE-160. O crime aconteceu na quarta-feira (7). (G1 PE, 2021, on-line)

Na segunda-feira (5), uma cabeleireira de 37 anos identificada como Crismilly Pérola foi assassinada com um tiro na comunidade Beira Rio, na Várzea, Zona Oeste do Recife. Na data, a família afirmou que acredita que o crime foi motivado por transfobia. (G1 PE, 2021, on-line)

A mãe dela, Maria Elizabeth da Silva, contou que a filha sofria preconceito e discriminação e que, há cerca de um mês, ela havia sido hospitalizada porque fraturou um dos braços em uma briga. Pelo que relataram para Maria Elizabeth, o motivo também seria transfobia. (G1 PE, 2021, on-line)

Em junho, uma mulher trans foi encontrada morta dentro de casa, no Ipsep, na Zona Sul do Recife. A vítima foi identificada como Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora, de 26 anos. O companheiro dela foi preso como suspeito de cometer o crime. (G1 PE, 2021, on-line)

Na quinta e última seção, a atenção se volta ao “*Pronunciamento do governo*”, que, no contexto de sucessivos assassinatos de mulheres trans, anunciou o Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbicas, com a proposta de “discutir com a sociedade ações para oferecer mais oportunidades ao público LGBTQIA+”. Contudo, na estruturação do discurso, não fica evidente se a criação do Comitê foi decorrente das mortes ocorridas durante o ano ou quais serão os mecanismos de diálogo com a sociedade.

Os casos de violência motivaram o governador Paulo Câmara (PSB) a se pronunciar na quarta-feira (7). De acordo com ele, o governo criou um grupo de secretarias para discutir com a sociedade ações para oferecer mais oportunidades ao público LGBTQIA+. O Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbica, como foi chamado, foi composto pelas secretarias estaduais da Mulher, de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, de Defesa Social, de Justiça e Direitos Humanos, de Saúde e de Educação. (G1 PE, 2021, on-line)

Apesar do alto número de fontes mobilizadas (direta ou indiretamente), dos temas abordados e dos recursos que aprimoram a construção dos sentidos, o modo como o discurso é estruturado, juntamente com a editoria em que se insere, apontam para quais sentidos são desejados ou não de serem alcançados. A violência de gênero, ainda que trazida para a argumentação, é colocada de forma explícita somente no quarto bloco. Quando pensado a partir da perspectiva do ambiente digital e do webjornalismo, a escolha por esse posicionamento não se dá de forma aleatória. De acordo com dados coletados em sites estadunidenses pela empresa de análise de tráfego Chartbeat⁵⁴, em 2013, a maioria dos internautas leem apenas 60% do texto em páginas on-line, e cerca de 10% nunca rolam para o

⁵⁴Disponível

<https://slate.com/technology/2013/06/how-people-read-online-why-you-wont-finish-this-article.html>.

fim da página. Percebe-se então, que mesmo com a aplicação de técnicas de SEO com a inserção de *hiperlinks*, subtítulos e palavras-chave, como utilizados nesta matéria, a retenção na leitura, bem como sua compreensão, ainda são insuficientes.

Também é possível observar, ainda dentro da discussão sobre os posicionamentos, quais valores-notícia foram mais relevantes na seleção dos critérios para a noticiabilidade do caso. O conjunto de circunstâncias que levaram à violência dá lugar à repercussão do caso (através das redes sociais e do pronunciamento de pessoas de alto grau hierárquico) e à própria negatividade do acontecimento (o crime, as cirurgias, a morte) sem sua contextualização. Outros sentidos quanto à relativização da violência de gênero são produzidos, ao observar-se como se dá a nomeação do crime: a não ser pela fala de duas fontes, o crime não é descrito como feminicídio ou transfeminicídio. O nome do transfeminicida também não é informado, e sua presença é marcada pela palavra “adolescente” que aparece sete vezes no decorrer do texto.

Outro importante ponto a ser observado refere-se às posições ideológicas das fontes. Os políticos entrevistados pelo G1 podem ser classificados, em sua maioria, como integrantes de partidos de esquerda, como o PSOL, PT e PV. A ausência de outras falas, vindas de outros posicionamentos, reflete a precarização e até mesmo a não inserção desta temática nos debates internos, como explicitado pela vereadora Michele Colins (PP)⁵⁵. Apesar disso, como já discutido, a falta de politização do assunto nas falas coletadas também demonstra a fragilidade e até mesmo negligência que as vidas e vivências trans assumem no meio.

Fig. 8: Captura de tela do resultado nº 2 da pesquisa



Fonte: A autora

⁵⁵Em publicação nas redes sociais, a vereadora Missionária Michele Collins, membro da bancada evangélica da Câmara Municipal de Recife, rejeitou três emendas relativas à violência contra a mulher, que incluíam mulheres trans. A justificativa dada foi o não reconhecimento de mulheres trans e travestis como pessoas “normais”. A vereadora também faz parte de outros casos de transfobia e discriminação, como o pedido pela retirada dos temas relativos à questões de gênero em escolas.

O segundo resultado é do veículo jornalístico independente Ponte Jornalismo. Assinado por Paulo Eduardo Dias, a matéria, apesar de encontrar-se na editoria “Geral”, apresenta em sua categorização um norteamento em relação ao modo como o discurso será construído e os sentidos serão postos: “Gênero”. Na linha fina, a morte de Roberta Nascimento da Silva (nome correto e completo da vítima), é enquadrada em um contexto mais amplo, dentro de uma sucessão de assassinatos de mulheres trans no estado de Pernambuco: “Pernambuco registrou quatro transfeminicídios em menos de um mês. Além de Roberta Nascimento da Silva, ataques transfóbicos levaram a vida de Fabiana Lucas, Crismilly Pérola e Kalyndra da Hora” (DIAS, 2021, on-line). Cada uma delas nomeadas, são retratadas como vítimas de “transfeminicídio”, marcando os atentados como crime de ódio com motivação de gênero. O nome da vítima é mobilizado 13 vezes na matéria, tanto no corpo textual e na legenda, quanto nas postagens de redes sociais das fontes.

Valendo-se da interdiscursividade e “sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI apud BENETTI, 2016, p. 241), o veículo de comunicação usa das funcionalidades multimídia disponíveis para construir os oito *hiperlinks* que agregam à argumentação. Além de redirecionamentos para matérias internas que tratam do caso de Roberta e de outros casos relacionados a transfeminicídios, o redator também seleciona uma matéria do portal G1⁵⁶, que conta com informações acerca do boletim de ocorrência do caso. Em outro direcionamento, a utilização de um *link* que leva a dados semestrais da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), informa sobre o número de pessoas transgênero assassinadas em Pernambuco⁵⁷. A matéria também é composta por duas imagens, sendo uma do hospital onde Roberta faleceu e outra com 3 fotografias, lado a lado, das também vítimas de transfeminicídio citadas na linha fina. Juntamente com esses recursos, há uma publicação do Instagram de Robeyoncé Lima e um tuíte do prefeito de Recife, ambas fontes acionadas no decorrer do texto.

A matéria é introduzida com as informações básicas sobre a violência e as causas que levaram ao óbito da vítima de transfeminicídio, dadas pela assessoria de imprensa do hospital que estava internada desde o crime. É também nesta mesma seção do texto, que a morte de

⁵⁶Disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/25/mulher-trans-e-alvo-de-tentativa-de-homicidio-e-tem-q-ueimaduras-em-40percent-do-corpo-adolescente-e-apreendido-por-atear-fogo-nela.ghtml>. Acesso em 21 maio 2022.

⁵⁷Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em 21 maio 2022.

Roberta é enquadrada no contexto de assassinatos sucessivos de mulheres trans no estado de Pernambuco.

Além da morte de Roberta, Pernambuco registrou outros três transfeminicídios em menos de um mês, que despertaram protestos da comunidade LGBTQ+ e de defensores de direitos humanos. (DIAS, 2021, on-line)

Segundo a assessoria de imprensa do hospital, durante o tratamento das queimaduras Roberta precisou amputar os dois braços. Na semana passada ela já havia sofrido um agravamento do quadro respiratório, sendo intubada e encaminhada para a UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Além das complicações respiratórias, ela passou a apresentar piora no sistema renal, passando por sessões de diálise. Por volta das 9h, sofreu falência múltipla dos órgãos. (DIAS, 2021, on-line)

Na composição do discurso, diversas são as fontes ouvidas. Robeyoncé Lima, codeputada do PSOL, aparece tanto em uma entrevista dada ao jornal, contando sobre sua visita a Roberta na UTI do Hospital da Restauração, em Recife, quanto em uma reprodução de sua postagem em uma rede social lamentando a morte de Roberta. Na entrevista, Robeyoncé traz mais informações sobre o transfeminicida, através do acionamento de relatos compartilhados pela própria Roberta enquanto estava hospitalizada. Já no relato no Instagram, a parlamentar também contextualiza a morte de Roberta em um espectro de assassinatos motivados pelo gênero e a necessidade de políticas públicas que as protejam.

À Ponte, a codeputada Robeyoncé Lima (PSOL), do mandato coletivo Juntas, contou que visitou Roberta um dia após ela ser internada. Ela estava consciente e confirmou o ataque por um jovem de 17 anos, que jogou líquido nela e ateou fogo. Roberta também relatou para Robeyoncé que não conhecia o autor do ataque contra ela. (DIAS, 2021, on-line)

Na manhã desta sexta-feira, ao tomar conhecimento da morte, a parlamentar escreveu em seu Instagram: “infelizmente, mais uma vítima de transfeminicídio em Pernambuco. Todas essas mortes devem ser honradas com a criação de uma política pública que nos proteja da transfobia”. (DIAS, 2021, on-line)

Além da parlamentar, outro membro de governo, o prefeito de Recife, João Campos, tem seu posicionamento marcado através de uma postagem em sua conta no Twitter, no qual afirma a criação de uma “Casa de Acolhida LGBTI+, que irá receber o nome de Roberta”⁵⁸. No *printscreen* do Twitter do prefeito, o nome da vítima é apresentado como “Roberta da Silva”, levando a crer que este será o nome da Casa.

⁵⁸Até o momento de finalização desta pesquisa, a Casa de Acolhimento Municipal LGBTI Roberta Nascimento encontra-se em processo licitatório, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas de Recife, tendo como fim o “gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de acolhimento”, de acordo a licitação N° 003/2022, publicado no Diário Oficial do Município, em 30 de maio de 2022. Disponível em <https://dome.recife.pe.gov.br/dome/pdfviewer.php>. Acesso em 11 jun. 2022.

Em sua conta no Twitter o prefeito de Recife, João Campos, lamentou a morte de Roberta. “É intolerável qualquer vida perdida para o ódio e para o preconceito”. Ele ainda escreveu que uma casa de acolhida LGBTI+ deve receber o nome da vítima. (DIAS, 2021, on-line)

Reinterando o contexto em que se enquadra o assassinato de Roberta, o jornal apresenta dados nacionais de transfeminicídios e discorre sobre as mortes das vítimas citadas desde a linha fina. Neste mesmo sentido, após o falecimento de Roberta, o jornal acompanhou a formação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbica, através da assessoria do governo de Pernambuco, na busca por medidas relativas ao número crescente de violências de gênero no estado. Em mais uma investigação quanto à responsabilização e o papel do Estado sobre essas violências, o jornal procurou a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, órgão diretamente responsável por pessoas em situações como a de Roberta, que não se pronunciou sobre o caso. As três informações, em sequência, ajudam a construir os sentidos por trás dessas mortes, tirando o caso de Roberta do isolamento, como ocorreu em outros jornais analisados.

O transfeminicídio mais recente ocorreu no último dia 7, quando Fabiana da Silva Lucas, 30, foi encontrada morta com golpes de faca às margens da rodovia PE-160 em Santa Cruz do Capibaribe. Três dias antes, o corpo da cabeleireira Crismilly Pérola, 37, conhecida como Bombom ou Piu-piu, foi encontrado com marcas de tiro no pescoço às margens do Rio Capibaribe. Em 18 de junho, Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora, 26, foi assassinada dentro de casa, no bairro de Ipsep, na zona sul de Recife. (DIAS, 2021, on-line)

Dados da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) contabilizaram 35 assassinatos de pessoas trans em Pernambuco entre 2017 e 2020. A entidade divulgou nesta semana boletim semestral que aponta 80 homicídios de pessoas trans no Brasil em 2021. No mesmo período do ano passado foram 100, sendo que todas as vítimas eram mulheres trans ou travestis. Foi o maior número da série histórica iniciada em 2017. (DIAS, 2021, on-line)

Nesta semana, a assessoria do governo de Pernambuco informou que instituiu um “Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbica, onde participam as secretarias estaduais da Mulher, de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, de Defesa Social, de Justiça e Direitos Humanos, de Saúde e de Educação” a fim de acompanhar casos de violência de gênero. (DIAS, 2021, on-line)

Ainda que não explicitada a responsabilidade do Estado sobre a morte de Roberta, e sobre as demais mortes e violências cometidas pelo ódio ao gênero feminino, o caminho para a construção do sentido se dá através dos sujeitos selecionados para enunciar a história e as demais informações e contextualizações do texto.

Fig. 9: Captura de tela do resultado nº 3 da pesquisa



Fonte: A autora

A terceira matéria dada como resultado é a do jornal independente Brasil de Fato. Assinado por Lucila Bezerra, a matéria está inserida na editoria “Geral”, mas seu assunto é categorizado como “transfobia”, dando os primeiros apontamentos para como o discurso e os sentidos serão desenvolvidos. Já na linha fina, o contexto em que se enquadra a morte de Roberta é colocado: “Em menos de um mês, quatro travestis foram mortas em Pernambuco” (BEZERRA, 2021, on-line). Neste mesmo trecho é possível identificar um dos valores-notícia acionado para a noticiabilidade do acontecimento: o caso de Roberta tem interesse público, uma vez que não é um crime isolado, e possui viés de gênero, como é argumentado no decorrer do texto.

Assim como na análise anterior, a matéria do Brasil de Fato tem o discurso arquitetado em quatro seções, sendo uma referente a introdução ao caso e outras três nomeadas com os intertítulos “Outros casos”, “Violações de direitos” e “Iniciativas do Estado”. Além disso, o discurso é composto por uma fotografia legendada que abre a matéria, que mostra manifestantes de movimentos LGBTQIA+ em frente à sede do Governo de Pernambuco, em protesto pelo direito básico à vida. No decorrer da matéria, três *hiperlinks* direcionam para outras matérias internas que também têm como tema a violência sofrida por Roberta.

Na introdução, as perguntas do *lead* jornalístico são respondidas e Roberta é identificada como “Roberta da Silva”, versão reduzida de seu sobrenome, e tem seu nome acionado sete vezes no caminhar da narrativa. Na descrição de sua morte, o cenário em que ocorre o crime, assim como a nomeação deste, são colocados de forma direta, “motivo: transfobia”.

Na manhã desta sexta-feira (9), a mulher trans Roberta da Silva, 32 anos, faleceu no Hospital da Restauração após ter seu corpo incendiado no terminal rodoviário do Cais de Santa Rita, no Centro do Recife. Apenas no estado de Pernambuco, em menos de um mês, aconteceram quatro casos de transfobia, em que terminaram com a morte das mulheres. Quatro mulheres com histórias diferentes, de lugares diferentes e que sofreram violência pelo mesmo motivo: transfobia. (BEZERRA, 2021, on-line)

Enquadrado como violência motivada pelo gênero, a matéria segue narrando o modo como a vítima foi violentada, e o transfeminicida é citado como “jovem de 17 anos”, com sua identidade protegida por lei devido a menor idade. Ao ser citado, ocorre o acionamento da primeira fonte ouvida: a Polícia Civil de Pernambuco, que fornece informações sobre os encaminhamentos dados ao criminoso. É neste contexto também que especificidades da vida de Roberta são colocadas: vivendo em situação de rua, a travesti vivia em uma situação de vulnerabilidade, sendo incendiada por um jovem 15 anos mais jovem que ela.

No último dia 24 de junho, Roberta teve seu corpo incendiado por um adolescente no terminal rodoviário do Cais de Santa Rita, no centro do Recife. A travesti vivia em situação de rua e foi incendiada por um adolescente. O suspeito foi um jovem de 17 anos, que foi autuado por ato infracional análogo à tentativa de homicídio qualificado. Após avaliação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o jovem foi encaminhado a uma Unidade de Atendimento Inicial (Uniai) da Secretaria de Criança e Juventude, segundo informações da Polícia Civil de Pernambuco. (BEZERRA, 2021, on-line)

A deputada Robeyoncé Lima também é entrevistada, mas ao contrário das reportagens anteriores, sua identidade é colocada: “primeira advogada transexual no Norte e Nordeste e co-deputada estadual pelo mandato coletivo Juntas (PSOL)”. Na ocasião da entrevista, a co-deputada participara da manifestação retratada na fotografia que compõe a matéria. A partir dessa afirmação identitária, Robeyoncé abre espaço para um diálogo generificado e politizado sobre a morte de Roberta. Continuando a introdução, a reportagem traz os dados da Antra sobre mortes de pessoas trans nos primeiros seis meses de 2021, junto com a informação acerca da expectativa de vida de pessoas trans. Na sequência, o caso de Crismilly Pérola Bombom, travesti assassinada em Pernambuco no mesmo mês, é trazido ao debate, dando continuidade à construção discursiva que tira o caso de Roberta do isolamento, colocando a vítima sobre um contexto amplo e complexo de violências de gênero no país.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 80 pessoas trans foram assassinadas no primeiro semestre de 2021, sendo a expectativa de vida das mulheres trans de apenas 35 anos. Nos casos recentes em Pernambuco, apenas Crismilly Pérola Bombom havia superado este marco, aos 37 anos. Conhecida como Piu Piu, a travesti foi baleada na comunidade Beira-Rio, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife no dia 05 de junho. (BEZERRA, 2021, on-line)

O caso de Crismilly abre a ligação para a seção seguinte, intitulada “Outros casos”, que traz mais três trans feminicídios ocorridos no estado do Pernambuco no período de um mês. As violências sofridas por Fabiana da Silva Lucas e Kalyndra Nogueira da Hora são narradas, os suspeitos são citados, ainda que não identificados, e alguns desdobramentos são apresentados. Um ponto de atenção se dá para o agressor de Fabiana: após o crime, o transfeminicida foi linchado e internado no Hospital da Restauração, mesmo local onde Roberta, vítima de outro crime de transfeminicídio, morreria.

O suspeito, de 22 anos, foi linchado pela população e está ao Hospital da Restauração, no Recife. Ele está sob custódia. As investigações estão sob o comando da Delegada Erica Feitosa da 21ª DPH da cidade e continuarão até a completa elucidação. (BEZERRA, 2021, on-line)

Na terceira seção, “Violações de direitos”, um importante, e até mesmo improvável, apontamento é feito: as falhas na cobertura da imprensa quanto à temática não cisthetero normativa. Mesmo com o número aparentemente crescente de casos noticiados sobre essa parcela da população, as notícias a elas relacionadas ligam-se, em 80% dos casos, a situações de violências e violações.

O relatório da Antra aponta que 8 em cada 10 notícias com as palavras “travesti” ou “mulher trans” na aba notícia nos principais mecanismos de busca estão relacionadas a violência ou violações de direitos humanos. É por isso que as travestis e transexuais não analisam estes casos como um aumento no número de mortes contra a população, mas como fatos que aconteciam cotidianamente no estado, mas não ganhavam visibilidade para fora da comunidade LGBTQIA+ e dos entes queridos (BEZERRA, 2021, on-line)

O questionamento é seguido de duas falas de Robeyoncé nas quais ressalta que os veículos de comunicação só noticiam os sofrimentos, preconceitos e dores da comunidade transexual. A travesti ainda afirma que “eu queria que mostrasse um outro lado [...] o lado bom da nossa história e não só o lado triste”. A fala da co-deputada fomenta a construção de um discurso auto reflexivo, uma vez que a crítica sobre os contextos de noticiabilidade referentes a pessoas trans se dá em um ambiente no qual a violência é um dos critérios instigados.

“Essa violência não é de agora, é uma violência que já existia, há 12 anos o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Então, a partir daí, a gente já pode dizer que essa violência não é de agora, porque o que acontece é que estas situações agora que estão tendo mais visibilidade, mais divulgação deste fato de estarmos em extrema vulnerabilidade”, afirmou a co-deputada. Contudo, apesar dos casos de violência serem aqueles que têm ganhado maior repercussão, a luta dos movimentos é para garantir cidadania plena e respeito. “Como mostrou na televisão, o povo está vendo mais a vulnerabilidade da gente, que a gente está sendo agredida, que a gente está sofrendo, dos preconceitos, que o povo não nos aceita, mas eu queria que

mostrasse um outro lado, um outro lado da gente feliz, guerreira, batalha, tem condição de cuidar das pessoas, de ser enfermeira, de ser advogada, de mostrar o lado bom da nossa história e não só o lado triste”, ressalta Robeyoncé. (BEZERRA, 2021, on-line)

Robeyoncé é novamente trazida ao discurso, agora na quarta seção, “Frente Popular”, apresentando a organização da população para debater com os órgãos públicos, questões que envolvem a segurança e a vida de pessoas em vulnerabilidade social.

Mesmo sem a oficialidade de uma frente parlamentar por casa [*sic*] do recesso das casas parlamentares, o grupo já pretende começar seus trabalhos em uma frente ampla com organizações da sociedade civil. “A frente popular surge justamente dessa necessidade de estreitar o diálogo do movimento social com o poder legislativo, porque a gente enquanto poder legislativo tem a função de legislar, mas também de fiscalizar as ações ou omissões do poder executivo”, afirmou Robeyoncé. (BEZERRA, 2021, on-line)

Na última seção que compõe a matéria, as “Iniciativas do Estado” são apresentadas, sendo levantados órgãos do governo municipal e estadual para construir a narrativa. A primeira fonte a ser acionada nesta seção é a Prefeitura do Recife, que pronuncia-se através de nota, listando as iniciativas do município frente a população LGBTQIAP+, mas não debatendo as lacunas ou precariedades no fomento e manutenção desses serviços, que não foram suficientes para manter a segurança (além de outros fatores, como a dignidade) de Roberta, e das demais vítimas de transfobia, como as citadas na matéria. Apesar disso, o legislativo de Recife anuncia reforços em suas políticas públicas.

Em nota, a Prefeitura do Recife informou que está atenta às necessidades da população LGBTI+ e possui uma série de serviços para este segmento da população, com destaque para o ambulatório LBT, uma plataforma online de denúncias contra LGBTfobia e o Centro LGBT, que foi o primeiro Centro de Referência Municipal do Estado de Pernambuco. Ainda esta semana, a prefeitura anunciou duas iniciativas de fortalecimento das políticas públicas para a população LGBTI+ para prevenir violências: a Estação da Diversidade e a autorização de um edital para a implantação da Casa de Acolhida LGBTI+. As medidas ampliam a rede de acolhimento e reforçam ações de garantia aos direitos da população LGBTI+. (BEZERRA, 2021, on-line)

A segunda fonte da seção é o governo do estado que diz estar “monitorando a assistência” dada à família de Roberta e demais vítimas, através do acompanhamento de uma equipe multiprofissional. Não apontando suas falhas mas tentando se resguardar de outras futuras, o governo cita a criação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbica, apresentando, através das secretarias que o compõem, sua complexidade e os múltiplos focos que serão dados à população LGBTQIAP+.

Já o Governo de Pernambuco, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), informou que está monitorando a assistência e o apoio às famílias das vítimas Roberta, Fabiana e Crismilly Pérola. Por meio do Centro Estadual de Combate à Homofobia, do Centro de Referência da Mulher de Santa Cruz e do Centro de Referência de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, além do Centro de Referência em Cidadania LGBT, da Prefeitura do Recife, as famílias estão sendo acolhidas por equipes multidisciplinares com advogado, assistente social e psicóloga, que acompanha diretamente o caso. (BEZERRA, 2021, on-line)

“Para avaliar e acompanhar os casos de violência de gênero no Estado, foi criado o Comitê de Prevenção e Enfrentamento às Violências LGBTfóbica, onde participam as secretarias estaduais da Mulher, de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, de Defesa Social, de Justiça e Direitos Humanos, de Saúde e de Educação”, informou. (BEZERRA, 2021, on-line)

Fig. 10: Captura de tela do resultado nº 4 da pesquisa

The screenshot shows a news article on the G1 Pernambuco website. The header includes the G1 logo and the word 'PERNAMBUCO'. Below the header, there are navigation links: 'fique por dentro', 'Eleições', 'Frio intenso', 'Guia de carreira em TI', 'Inflação', and 'Elon Musk'. The main headline reads: 'Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Crime aconteceu próximo ao Cais de Santa Rita, na região central do Recife, na madrugada da quinta (24). Segundo o Hospital da Restauração, vítima tem quadro de saúde estável.' The author is listed as 'Por Katherine Coutinho, G1 PE' and the date is '25/06/2021 11h02 - Atualizado há 10 meses'. There are also social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, LinkedIn, and Print.

Fonte: A autora

Mais uma matéria do G1, datada do dia 25 de junho; esta é a primeira de uma série de outras matérias que abordam o caso de Roberta, inseridas nas notícias da editoria “Pernambuco”. Assinada por Katherine Coutinho, a matéria é construída, além do corpo textual, por um vídeo do NE TV (jornal vespertino da rede Globo de Televisão) e três imagens: uma do Hospital para o qual Roberta foi encaminhada, uma do local onde encontrava-se a barraca da vítima e uma da codeputada Robeyoncé, uma das fontes ouvidas no decorrer da narrativa. O título dá o primeiro tom de como a violência sofrida por Roberta será tratada. Enquanto “tentativa de homicídio”, o crime não tem sua motivação de gênero exposta, mesmo a vítima sendo nomeada como “mulher trans”. Outro apagamento se dá pelo próprio nome de Roberta, que não é mencionado, nem no título, nem na linha fina da matéria. Seu nome, sem sobrenome, é citado somente uma vez e no sétimo parágrafo do texto, em uma fala da deputada Robeyoncé.

A matéria inicia-se com as informações básicas do caso: características da vítima, no lugar de “quem” é a vítima (que não aparece nomeada), o que, como, quando aconteceu e quem foi o responsável pelo crime. O transfeminicida, que até ali havia cometido uma tentativa de homicídio, é identificado como “adolescente” tendo sido “apreendido e autuado em flagrante por atear fogo ao corpo dela”. O flagrante, segundo a Polícia Militar, acionada como a primeira fonte da matéria, se deu após o chamado da população, quando “encontraram a vítima com o corpo em chamas” enquanto o transfeminicida tentava fugir do local. As informações, que foram obtidas no “boletim de ocorrência, ao qual o G1 teve acesso”, ainda descrevem que “um homem estaria com a vítima em um barraco de lona”. Aqui, as escolhas semânticas que estruturam o discurso mostram como os papéis de gênero são demarcados socialmente. Enquanto criminoso, o transfeminicida é denominado “adolescente”. Já quando colocado dentro da barraca de Roberta, o criminoso é chamado de “homem”, induzindo à construção de um sentido que o insere ativamente quanto a sua atribuição de gênero e à sua sexualidade.

Uma mulher trans de 33 anos foi vítima de uma tentativa de homicídio na madrugada da quinta-feira (24), próximo ao Cais de Santa Rita, na região central do Recife. Segundo a Polícia Civil, um adolescente foi apreendido e autuado em flagrante por atear fogo ao corpo dela (veja vídeo acima). (COUTINHO, 2021, on-line)

Segundo a Polícia Militar, *o adolescente* tentou fugir e foi apreendido, sendo encaminhado para uma delegacia. No boletim de ocorrência, ao qual o G1 teve acesso, consta que testemunhas relataram à PM que *um homem* estaria com a vítima em um barraco de lona e teria ateadado fogo a ela, tentando fugir em seguida. O jovem foi encontrado logo depois, correndo. (COUTINHO, 2021, on-line, grifos meu)

Além da Polícia Militar, outras três fontes são ouvidas na parte introdutória da matéria: a codeputada Robeyoncé Lima, o delegado do caso, José Renato, e a própria Roberta. A parlamentar, que visita a vítima, além de falar de questões práticas envolvendo sua ida ao hospital, com a oficialização da ocorrência, descreve um diálogo importante: ao conversar com Roberta, a própria vítima denomina a natureza da violência sofrida: transfobia. Apesar disso, quando o delegado do caso é acionado como fonte, o crime de transfobia ou a tentativa de trans feminicídio não são relacionados, e tampouco a matéria discorre sobre os porquês do crime ser categorizado, perante a lei, como tentativa de homicídio.

"Soube pelas redes sociais que uma mulher trans foi agredida com fogo. A gente vai oficializar os órgãos do governo para que sejam tomadas providências em relação a essa questão. Vamos conversar com ela para entender o que ela precisa", afirmou a codeputada Robeyoncé Lima, do mandato coletivo Juntas (PSOL), que foi até o

Hospital da Restauração para falar com a vítima. Após a visita, a parlamentar relatou que *a mulher trans, identificada como Roberta, acredita que foi vítima de LGBTfobia*. (COUTINHO, 2021, on-line, grifos meu)

O caso foi registrado na 7ª Delegacia de Polícia de Plantão da Criança e do Adolescente, no Recife, como "ato infracional análogo a homicídio doloso tentado". Segundo o delegado José Renato, titular da Delegacia de Polícia de Atos Infracionais (Depai), o adolescente foi levado à Unidade de Atendimento Inicial (Uniai) da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). (COUTINHO, 2021, on-line)

Na segunda seção, “Prefeito se pronuncia na internet”, duas falas retiradas do Twitter do prefeito de Recife, João Campos, são selecionadas para dar continuidade à narrativa, reafirmando o título da matéria que denomina o crime como "tentativa de homicídio". Apesar da nomeação do crime como homicídio excluir a violência motivada pelo gênero de Roberta, o prefeito afirma a necessidade de se combater “qualquer tipo de violência e preconceito”, atrelando, ainda que nas entrelinhas, o assassinato de Roberta à transfobia.

Em uma postagem no Twitter, o prefeito do Recife, João Campos (PSB), disse que determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Social do município faça o acompanhamento e "dê a assistência necessária à mulher trans vítima dessa tentativa de homicídio. [sic] "O que aconteceu é intolerável, atinge a todos e todas nós, comprometidos com a causa dos direitos humanos e do enfrentamento à qualquer tipo de violência e preconceito", declarou o prefeito na mensagem publicada nessa rede social. (COUTINHO, 2021, on-line)

Continuando, em “Governo monitora”, terceiro tópico da narrativa, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco e Ana Elisa, secretária estadual da Mulher, são acionados por meio de notas, afirmando que estão acompanhando o caso. A nota, como seguindo um padrão, são generalistas, podendo ser aplicados a qualquer um dos crimes de violência contra mulheres trans cometidos, não havendo sequer a nomeação da vítima, ou seleção de características que pudessem individualizar o caso.

Por meio de nota, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco disse que a Coordenadoria de Promoção de Direitos da População LGBT do estado acompanha a investigação. Também informou que, durante uma reunião realizada na manhã desta sexta-feira (25) com a secretária estadual da Mulher, Ana Elisa, foram definidos "os encaminhamentos necessários, além de fazer contato com os centros estadual e municipal de referência às pautas LGBT". O texto afirmou ainda que "iremos acompanhar junto à Secretaria de Defesa Social toda a investigação até que ocorra a punição dos envolvidos". (COUTINHO, 2021, on-line)

Embora o crime não seja vinculado à violência de gênero a que Roberta foi vítima, na quarta seção intitulada “Estatísticas” o caso de Roberta e englobado em um cenário de sucessivas violências: “13 pessoas da população LGBTQIA+ foram vítimas de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) no estado”. Com dados de 2021, 2020 e 2019, além dos

transfeminicídios, outras violências contra a população LGBTQIA+ são citadas, como “lesão corporal, maus-tratos, estupro, difamação, calúnia, racismo e injúria racial”. Todas estas estatísticas são apresentadas a partir da faixa etária e locais mais comuns em que são cometidos os crimes. Contudo, o crime sofrido por Roberta não é inserido, nem debatido, dentro desta perspectiva: o crime enquanto auge da transfobia, o recorte racial, a idade de Roberta, as lesões corporais e psicológicas antes da morte, o local (público) no qual esta violência foi cometida. Todas essas camadas de sentidos são atribuídas à interpretação do leitor, não sendo aproveitado o espaço da matéria para este debate.

De acordo com a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS), até maio de 2021, 13 pessoas da população LGBTQIA+ foram vítimas de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) no estado, o que corresponde a 0,9% dos 1.429 registros desse tipo de ação criminosa nos cinco primeiros meses. A maior parte desses homicídios aconteceu em vias públicas (6 casos) e em residências (5). Com relação à faixa etária das vítimas, sete tinham entre 18 e 30 anos, cinco entre 31 e 65 anos e uma entre 13 e 17 anos. (COUTINHO, 2021, on-line)

O governo de Pernambuco também registrou 1.106 ocorrências de violência contra cidadãos que se identificam como LGBTQIA+, o que inclui crimes como lesão corporal, maus-tratos, estupro, difamação, calúnia, racismo e injúria racial. (COUTINHO, 2021, on-line)

Posteriormente, em duas frases, a seção “Denúncias” conta com um *hiperlink* que redireciona o internauta para um formulário on-line da Prefeitura de Recife, onde é possível fazer denúncias de LGBTfobia no município: “No Recife, denúncias de LGBTfobia podem ser feitas pela internet. A plataforma está disponível no site da prefeitura” (COUTINHO, 2021, on-line). Já na última seção, “Outro caso”, a morte de Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora é trazida para o contexto de transfeminicídios ocorridos entre os meses de maio e junho no estado de Pernambuco. Kalyndra só foi encontrada dias após seu assassinato, “após uma denúncia sobre cheiro forte saindo da casa”. O então suspeito do crime é denominado “companheiro” da vítima. Assim como na narrativa do caso de Roberta, a violência contra Kalyndra não é mencionada como uma violência motivada pelo gênero, deixando ao leitor a captação das relações.

No dia 18 de junho de 2021, uma mulher trans foi encontrada morta dentro de casa, no bairro do Isep, Zona Sul do Recife. Dias depois, o companheiro dela foi preso suspeito do crime. Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora, de 26 anos, foi encontrada após uma denúncia sobre cheiro forte saindo da casa. De acordo com a PM, familiares relataram que a causa da morte podia ser asfixia. (COUTINHO, 2021, on-line)

Fig. 11: Captura de tela do resultado nº 5 da pesquisa



Fonte: A autora

Em outra matéria do jornal Brasil de Fato, agora sem assinatura nominal (mas editada por Vinícius Segalla), o acontecimento é noticiado e publicado menos de 24 horas depois que Roberta foi violentada. A narrativa possui o corpo textual dividido em duas partes, além de uma audiodescrição do texto, uma fotografia de manifestações contra a LGBTfobia e duas capturas de tela do Twitter da codeputada Robeyoncé. Além disso, enquadrada na editoria “Direitos Humanos”, o texto traz três *hiperlinks* que redirecionam para matérias internas ao jornal: um sobre o aumento de 41% de assassinatos de pessoas trans em 2020; outro em uma matéria apresentando Robeyoncé como parlamentar eleita e a última com uma entrevista de Linda Brasil, vereadora de Aracaju (SE), sobre a eleição de 25 pessoas trans no país.

Já no título, a contextualização do crime já é suscitada pelo acionamento semântico da “transfobia”. Roberta é retratada apenas pelo primeiro nome (que aparece duas vezes durante o texto), mas tem outras nuances identitárias levantadas, expondo sua vulnerabilidade social, tanto na linha fina quanto nas primeiras frases do corpo do texto: “negra e moradora de rua, a vítima denunciou o agressor, que foi apreendido pela polícia; vítima está hospitalizada” (FATO, 2021, on-line). A vítima é a primeira fonte, ainda que indireta, a ser levantada na matéria. É através de seu relato, não especificado quando ou através de quem, que Roberta contextualiza o criminoso e o contexto da violência. O agressor “é um adolescente com o qual teve um desentendimento. O motivo, segundo ela, foi transfobia”. É somente neste momento, também, que o criminoso é mencionado, ainda que não haja mais detalhes de sua identidade. É também neste mesmo trecho que o desdobramento de sua apreensão é apresentado.

Identificada como Roberta, a vítima relatou que o agressor é um adolescente com o qual teve um desentendimento. O motivo, segundo ela, foi transfobia. O suspeito tentou fugir, mas foi apreendido pela Polícia Militar, antes de ser encaminhado à Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA). (FATO, 2021, on-line)

Na segunda parte do texto, com o intertítulo “Mais Violações”, Robeyoncé Lima é mobilizada como fonte. Ao contrário de matérias anteriormente (e subseqüentemente) analisadas aqui, a parlamentar é identificada, não só a partir de seu cargo, mas também tem sua identidade de gênero, geográfica e de raça acionados, aproximando-a de Roberta, e apresentando-a como “a primeira advogada trans, negra e nordestina a conseguir o nome social na carteirinha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)” (FATO, 2021, on-line). Apesar do crime não ser classificado como violência de gênero (a não ser quando Roberta e Robeyoncé são acionadas como fontes), outras falas da codeputada colocam a violência cometida contra Roberta como tal, expondo ainda outras violências simbólicas por ela sofridas. Em um dos trechos, a parlamentar afirma que a vítima “foi colocada na ala masculina da instituição, que não teria respeitado seu nome social” (FATO, 2021, on-line). Em outra violência simbólica cometida, ela também faz uma crítica à demora da imprensa em noticiar o crime, relatando a “naturalização” com que a violência contra corpos trans é tratada no meio comunicacional.

Roberta foi vítima de mais violações no hospital, conforme aponta a codeputada. Segundo Robeyoncé, ela foi colocada na ala masculina da instituição, que não teria respeitado seu nome social. A mandatária ainda criticou a falta de interesse da imprensa pelo caso e denunciou a naturalização da violência contra transexuais. (FATO, 2021, on-line)

A matéria, que traça um rápido panorama do caso, não traz de modo evidente a relação da identidade de gênero da vítima e a violência contra ela sofrida, ainda que na estruturação do discurso, fontes e *links* deem pistas. As limitações quanto às fontes mobilizadas também não criam o embasamento argumentativo suficiente para que o leitor entenda a estruturalização do crime em um contexto nacional. Além da violência de gênero marginalizada, as demais características que tornaram Roberta, ainda mais, vulnerável, como sua cor e sua atual situação de (falta) moradia não são debatidas. Assim, a naturalização, mencionada por Robeyoncé, aparece até mesmo quando o acontecimento é dado como notícia, pois ainda que publicizado, a narrativa não consegue construir o debate necessário sobre esse e outros casos.

Fig. 12: Captura de tela do resultado nº 6 da pesquisa



Fonte: A autora

No portal Catraca Livre, a matéria, assinada pela “Redação”, foi escrita no mesmo dia em que o crime ocorreu. Inserida na editoria “Cidadania”, o discurso é ancorado na parte textual, trazendo também uma fotografia do hospital em que a vítima estava internada e quatro capturas de tela da rede social Twitter. Na estruturação do discurso, Roberta não é nomeada em nenhum momento, sendo identificada apenas como “mulher transexual”, ou sob o pronome “ela”. Além disso, de forma errônea, Roberta é identificada com 40 anos. Ainda que a rotina jornalística requisite pela velocidade na apuração e na publicação das notícias, em especial quando o critério do ineditismo é mobilizado, falhas como a não identificação, ou identificação errônea, da vítima, reforçam condicionantes estruturais que provavelmente apresentaram-se na vida desta sujeita. Quanto ao transfeminicida, apesar do texto marcar apenas como alguém que “não teve a idade divulgada”, não apresenta nenhuma característica identitária revelada, nome, faixa etária, raça, etc. Fica subentendido, apenas, que se trata de um homem, através do uso do artigo masculino: “O agressor, que não teve a idade divulgada, foi apreendido e encaminhado para a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA)” (REDAÇÃO, 2021, on-line).

Nesta quinta-feira, 25, um adolescente ateou fogo em uma mulher transexual de 40 anos no Cais de Santa Rita, zona central de Recife. Policiais foram acionados por tentativa de homicídio e encontraram a vítima ainda em chamas no local. (REDAÇÃO, 2021, on-line)

Na primeira parte do texto, as informações básicas do lead são descritas, mas, apesar disso, o crime não é explicitamente nomeado pelo redator. Na formação discursiva, como classifica Benetti (2016), o não dizer / não nomear do crime indica o sentido a ser construído pelo leitor, ainda que nas entrelinhas, a motivação do crime seja colocada: “A polícia investiga a motivação do crime. Junho é o mês do Orgulho LGBTQ” (REDAÇÃO, 2021, on-line). É também nesta primeira parte do texto que o dizer sobre o não dizer ganha forças, ao ser exposta uma publicação do prefeito de Recife em relação à violência sofrida pela vítima. Na postagem, João Campos, que assim como a matéria não dá nome a Roberta,

classifica como “intolerável” essa e “qualquer tipo de violência e preconceito”, retirando o crime do contexto de ódio ao gênero e tratando-o como mais um caso de violência. Em mais uma construção de sentidos, porém, a seleção de tweets dos próprios internautas colocam em debate a fala do prefeito, cobrando-o “mais atitude e menos eufemismos do político”, “a moça foi vítima de *TRANSFOBIA*. É perceptível que o prefeito só está falando do caso por causa da pressão feita pelas redes sociais. Segundo, *não foi um caso isolado*, no mesmo mês outra travesti foi morta em Recife” (REDAÇÃO, 2021, on-line, grifos meus).

João Campos (PSB), prefeito do Recife, usou o Twitter para repudiar o crime. “O que aconteceu é intolerável, atinge a todos e todas nós, comprometidos com a causa dos direitos humanos e do enfrentamento à qualquer tipo de violência e preconceito”, escreveu. (REDAÇÃO, 2021, on-line)

A partir da fala da internauta, inicia-se a segunda seção da matéria, com o intertítulo “Transfobia é crime!”. Em um parágrafo, infere-se a diferença entre transfobia e homofobia: “um diz respeito à violência contra a identidade de gênero e o outro à orientação sexual”, mas apenas a segunda é enquadrada como crime. No final do parágrafo, o texto aponta para uma matéria no qual estariam as instruções para denúncias, mas o que deveria ser um *hiperlink* não estava disponível no momento desta análise.

Apesar de transfobia e homofobia não serem a mesma coisa – um diz respeito à violência contra a identidade de gênero e o outro à orientação sexual – a criminalização da homofobia pelo STF, em junho de 2019, se estende a toda comunidade LGBT e também equipara atos transfóbicos ao crime de racismo. Nesta matéria aqui, explicamos como denunciar esse tipo de crime. (REDAÇÃO, 2021, on-line)

Já a última seção, “Mulheres trans e Lei Maria da Penha”, continua com a discussão referente às jurisdições que abrangem a população trans. Até aquele momento, a Lei Maria da Penha⁵⁹ não englobava esse grupo de mulheres, que precisavam recorrer a outras leis, como a de violência doméstica, para serem protegidas.

Outra lei que protege as mulheres trans, em especial, da transfobia é a Lei Maria da Penha. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em maio de 2019, um projeto que inclui mulheres transgêneras e travestis na Lei de proteção à mulher. A proposta altera um artigo da lei que diz “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião” não pode sofrer violência, incluindo o termo “identidade de gênero”. A proposta está parada na Câmara e especialistas preveem que caráter mais conservador dos Deputados será um obstáculo. Entretanto, há casos de transfobia julgados como violência doméstica. Em maio de 2018, uma decisão inédita da Justiça do Distrito Federal indicou que os casos de violência contra mulheres trans

⁵⁹ Em abril de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para mulheres transgênero.

podem ser julgados na Vara de Violência Doméstica e Familiar e elas devem ser abarcadas em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. (REDAÇÃO, 2021, on-line)

Fig. 13: Captura de tela do resultado nº 8 da pesquisa

The screenshot shows a news article on the G1 website. The header includes the G1 logo and the word 'PERNAMBUCO'. Below the header, there are navigation links: 'fique por dentro', 'Eleições', 'Frio intenso', 'Guia de carreira em TI', 'Inflação', and 'Elon Musk'. The main headline is 'Mulher trans que teve 40% do corpo queimado diz ter sido vítima de LGBTfobia, afirma codeputada Robeyoncé Lima'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Parlamentar esteve no Hospital da Restauração e cobrou apoio à vítima de agressão. Adolescente foi apreendido e autuado pelo ato infracional de tentativa de homicídio por atear fogo.' The author is listed as 'Por Katherine Coutinho, G1 PE' and the date is '25/06/2021 13h01 - Atualizado há 10 meses'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, and LinkedIn.

Fonte: A autora

Na terceira matéria do G1 apresentada na página de buscas, o resultado agora trata sobre os desdobramentos iniciais do caso, através de relatos da vítima a Robeyoncé, que a acompanha de perto. Publicada também no mesmo dia do acontecimento (como a reportagem da figura 10) e na editoria de notícias de “Pernambuco”, a matéria atualizada duas horas depois da primeira matéria sobre o crime, a matéria é assinada novamente por Katherine Coutinho, e possui elementos narrativos em comum com a primeira matéria, como o vídeo do telejornal NE TV e a fotografia do Cais de Santa Rita, local onde encontrava-se a barraca de Roberta. Além destes recursos multimídias, oito *hiperlinks* compõem a matéria, mas apenas um trata especificamente de Roberta.

Porém, diferentemente da primeira publicação, já no título e na linha fina, Robeyoncé, uma das fontes mobilizadas, ganha mais destaque que a própria vítima. A começar pela própria identidade, sendo a advogada apresentada pelo seu nome e sobrenome, enquanto Roberta, vítima e personagem central da narrativa, só tem o primeiro nome divulgado. Além disso, a “Mulher trans que teve 40% do corpo queimado” (COUTINHO, 2021, on-line), tem o nome citado apenas no segundo parágrafo, em uma fala selecionada da codeputada, enquanto o nome de Robeyoncé aparece já no título da matéria. Outra inconsistência apresenta-se no número de vezes que o nome de Roberta é levantado na matéria: três, em oposição às quatro vezes que Robeyoncé é citada. Além disso, em contraste ao único *hiperlink* que redireciona para uma matéria que trata sobre a vítima, dois dão conta de Robeyoncé.

Na primeira parte do texto, Roberta é mobilizada, através de conversas que teve com a parlamentar que acompanha seu caso, sendo a própria vítima a responsável por detalhar o crime e por dar nome a motivação: segundo ela, o ataque foi por questões de discriminação com sua identidade transexual. Ainda hospitalizada, com um quadro clínico estável, de acordo com parecer médico dado pelo hospital, a vítima é a única voz da matéria que nominalmente trata a violência sofrida como motivada pelo gênero. Apesar disso, a narrativa, neste trecho, não dá prosseguimento ao debate, encerrando o tema no mesmo parágrafo que começou.

"Consegui falar com a vítima, Roberta. Ela está consciente, [...] com queimaduras de terceiro grau da cintura para cima. Segundo ela, [o ataque] foi por questões de preconceito e discriminação. [...] LGBTfobia com relação a identidade de gênero e orientação sexual dela", afirmou Robeyoncé, que esteve no hospital nesta sexta (25). (COUTINHO, 2021, on-line)

A vítima contou para a codeputada que morava nas proximidades do local onde ocorreu o crime. "Segundo ela, a família mora em Jaboatão [no Grande Recife] e as autoridades estão tentando contato com família. Apesar de ela ter família em Jaboatão, ela estava morando na rua ali perto de onde aconteceu o fato", declarou. (COUTINHO, 2021, on-line)

Em seguida, em mais um relato, Roberta fala sobre sua situação de rua, ainda que a família viva em Jaboatão, cidade vizinha a Recife. A vítima contou que estava morando na rua perto do local onde o crime ocorreu, mas, novamente, nenhum desdobramento sobre sua vulnerabilidade enquanto pessoa sem-teto. De modo semelhante, não é levantada a cor de Roberta como mais um agravante no acometimento do crime. A matéria prossegue com a informação de uma reunião da Secretaria de Direito Humanos de Pernambuco para tratar do caso, bem como expõe ao leitor sobre a situação do agressor, através da fala do titular da Delegacia de Polícia de Atos Infracionais, José Renato, que comenta sobre o crime.

Na segunda e última parte do texto, com o intertítulo "Repercussão", João Campos, prefeito de Recife, é novamente acionado como fonte, contextualizando uma de suas postagens em uma rede social. A matéria continua discorrendo sobre o acompanhamento do caso por parte da Coordenadoria de Promoção de Direitos da População LGBT de Pernambuco. Deste ponto, o único dado ou contextualização em macroescala a que o crime se insere, e destacado na narrativa:

O caso é acompanhado pela Coordenadoria de Promoção de Direitos da População LGBT do estado, que monitora a investigação junto à Secretaria de Defesa Social (SDS). Até maio de 2021, a SDS contabilizou 13 pessoas da população LGBTQIA+ vítimas de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) no estado, o que corresponde a

0,9% dos 1.429 registros desse tipo de ação criminosa até o quinto mês do ano. (COUTINHO, 2021, on-line)

Apesar disso, sem mais contribuições, o discurso termina, estruturando-se na construção de um sentido que marginaliza a violência sofrida por Roberta a mais um caso isolado, ou, como demonstra o percentual selecionado, menos de 1% dos crimes que ocorrem no estado. Além disso, como discutido anteriormente, a localização deste dado, assim como a menção do órgão que acompanha o caso, que ajudam na construção dos sentidos por parte do leitor, aparecem somente no final da matéria, em uma zona pouco alcançada pelos internautas.

Fig. 14: Captura de tela do resultado nº 9 da pesquisa



Fonte: A autora

A última matéria relacionada ao caso de Roberta presente na primeira página do Google News foi produzida pela agência de jornalismo Alma Preta Jornalismo. Escrita por Victor Lacerda, a narrativa é inserida na editoria “Cotidiano”, e parte da confirmação de morte de Roberta, posicionando o caráter e o contexto do crime tanto da definição do assunto “transfeminicídio”, quanto na linha fina “estatísticas alarmantes de casos de transfeminicídio” (LACERDA, 2021, on-line). A vítima é tratada como Roberta da Silva, com idade incorreta de 33 anos, e seu nome é mencionado 14 vezes no decorrer da narrativa. Composto o discurso apresentam-se, além do corpo textual dividido em duas seções, uma fotografia do hospital em que Roberta faleceu, e dois *links* que redirecionam para matérias sobre o mesmo assunto.

Na primeira parte do texto, as informações básicas sobre o caso e seus desdobramentos são apresentadas. Além do nome da vítima, outros marcadores como o gênero, raça e (implicitamente) a classe social são colocados. Além disso, o caminhar do quadro clínico de Roberta, desde o crime até o óbito, também é descrito no início da narrativa.

[...] a transexual negra teve que amputar o braço esquerdo devido a uma necrose. O quadro progrediu e Roberta também teve que amputar o braço direito. Na última segunda-feira (5), teve uma piora no quadro geral de saúde e foi encaminhada para a Unidade de Tratamento Intensivo do HR, onde foi entubada novamente e seguiu até o último momento de vida (LACERDA, 2021, on-line)

Na primeira parte do texto um importante dado é fornecido sobre a família da vítima, “com família em Jaboatão dos Guararapes, cidade vizinha à capital, Roberta morava na rua quando foi surpreendida pelo ataque” (LACERDA, 2021, on-line). Sem mais detalhes, e sem dar informações se a redação entrou ou não em contato com estas que deveriam ser importantes fontes, a agência abre à interpretação e construção de sentidos aos leitores, incentivando, ainda que não de modo explícito, o julgamento e a atribuição de juízos de valor tanto sobre a família quanto sobre a própria Roberta.

Daqui a primeira fonte é diretamente acionada a Polícia Militar. Apesar de ser colocado hierarquicamente superior enquanto fonte devido ao testemunho ótico da violência, a própria descrição abriria espaço para trazer à tona outros atores sociais: os “populares”, que presenciaram, antes mesmo da Polícia, o crime.

Segundo informações prestadas pela Polícia Militar à imprensa, agentes realizavam um patrulhamento próximo ao Terminal de Ônibus do Cais de Santa Rita, pouco depois da meia-noite do dia 24 de julho, quando foram acionados por populares, que informaram uma tentativa de homicídio nas proximidades. (LACERDA, 2021, on-line)

Contudo, nenhum morador, vizinho ou mesmo colega de Roberta é ouvido. Somente o relator ocular dos policiais é trazido ao texto, dando a Roberta apenas o espaço de vítima, não sendo possível identificá-la para além disso. Os policiais que atenderam ao caso, então, apresentaram Roberta como “uma pessoa em chamas” pedindo “reforço do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) para encaminhar a vítima ao hospital” (LACERDA, 2021, on-line).

Novamente a presença de Robeyoncé Lima é marcada no texto, mas agora, apresentando sua relação de proximidade com o caso: “Roberta estava sendo acompanhada pela primeira advogada travesti preta do Norte-Nordeste” (LACERDA, 2021, on-line). Em mais uma elucidação da frequente presença da parlamentar, o texto informa que ela era responsável pelas “atualizações diárias sobre o estado de saúde da vítima para imprensa em suas redes sociais” (LACERDA, 2021, on-line). Apesar de seu posicionamento de porta-voz de Roberta, Robeyoncé faz uma crítica à exposição da vítima nos noticiários, sem que haja a

problematização de suas vulnerabilidades e condições de vida antes do ápice das violências serem efetivadas:

A parlamentar associou a exposição da vítima como resultado de um sistema de transfobia no país. ‘Essas vulnerabilidades tem a ver também com toda uma sociedade que nos empurra para fora dos empregos, fora de casa, fora da vida’, denunciou. (LACERDA, 2021, on-line)

Outra fonte selecionada para estruturar a narrativa é Janaína Castro, ativista política da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (Amotrans-PE). Sua inserção na matéria dialoga com a responsabilização do Estado frente a essa e outras violências: “cobrar ao Estado maior empenho na assistência pelo que nos é de direito” (LACERDA, 2021, on-line). Erica Malunguinho também tem seu relato selecionado na matéria, mas diferentemente de outras, sua presença ali é justificada: além de deputada estadual de São Paulo, Erica também é educadora pernambucana, o que a torna geograficamente próxima a Roberta. A deputada reforça a contextualização estrutural na qual o assassinato de Roberta se insere, além de denominá-lo como “transfemicídio”: “a partida de Roberta é reflexo de um país que segue liderando o ranking de assassinatos de pessoas trans e travestis” (LACERDA, 2021, on-line). Além disso, Erica coloca em pauta a definição das próprias identidades, usando os termos “trans” e “travesti”.

Das redes sociais, outra fala é colocada para compor o arcabouço argumentativo da matéria. Ana Flor Rodrigues, assessora parlamentar e pedagoga, também reafirma a sistematização de assassinatos de pessoas trans, acionando o conceito foucaultiano e trazendo a responsabilização do Estado ao promover “um projeto *biopolítico* que visa controlar e ceifar vidas travestis” (LACERDA, 2021, on-line). Além disso, sequenciando três dos pontos que atingiam diretamente Roberta e que foram decisivos em sua condição de vida, Ana Flor diz ser “fundamental discutir *segurança pública, debater assistência e moradia* como política de governo” (LACERDA, 2021, on-line, grifos meus).

Na segunda seção, “Números Alarmantes”, a matéria retoma o caso de Roberta enquanto um entre os tantos outros casos ocorridos no mesmo período em Pernambuco. Apesar do assassinato de Roberta ser “o sétimo caso em apenas um mês” (LACERDA, 2021, on-line), a matéria cita apenas outros três casos de transfemicídios ocorridos: o de Fabiana da Silva Lucas, o de Crismilly Pérola e o de Kalyndra Selva. Os outros três casos, de acordo com os dados colocados pela própria matéria, limitam-se à citação, não tendo as demais vítimas sequer o nome mencionado. Além disso, nos três casos mencionados, a falta de padronização quanto à identificação e demais informações levantadas (e expostas) das vítimas, de alguma forma, as hierarquiza.

Na madrugada da última quarta-feira (7), Fabiana da Silva Lucas, 30, foi assassinada a facadas no município de Santa Cruz do Capibaribe. Na madrugada da última segunda-feira (6), a travesti negra Crismilly Pérola foi assassinada com tiro à queima-roupa na Comunidade Beira Rio. No último dia 18 de junho, a transexual negra Kalyndra Selva foi encontrada morta com marcas de estrangulamento dentro de sua própria residência, no bairro do Ipsep, na Zona Sul do Recife. O ex-companheiro é o principal suspeito. (LACERDA, 2021, on-line).

Fabiana é identificada pelo nome, idade e pela localização, data e modo como o assassinato ocorreu, não sendo atribuído a ela a transexualidade ou travestilidade, ainda que o contexto dê esta informação. Crismilly é definida como “travesti negra”, sem idade apresentada, expondo a localidade, data e modo como sua vida foi ceifada. Kalyndra também é identificada como travesti negra, também sem idade definida no texto, tendo a data, localização e modo como o assassinato foi executado exposto. O último caso é o único, dos três, em que o transfeminicida é, brevemente, mencionado: “o ex-companheiro é o principal suspeito”. Ainda que a reportagem se dedique a relatar o caso específico de Roberta, a seleção destes nomes em relação aos outros três não caracteriza uma hierarquização dentro destes próprios crimes, onde casos mais noticiados/publicizados ganham maior aderência de serem mencionados que outros. Se tratando de um jornal digital, a possibilidade de citação de todos os casos, seja pela liberdade espacial do ambiente on-line, seja pela capacidade de inserção de outros recursos para a construção das narrativas, como por exemplo os *hiperlinks*, diminui (ou anula) as justificativas para o silenciamento das demais vítimas. Mesmo nos casos mencionados, a brevidade como são mencionados, sempre atrelando a vítima ao modo como foi violentada, sem a identificação dos autores, também expõem as fragilidades ao se narrar casos de violências de gênero.

Por fim, a matéria comenta sobre o relatório da Antra, mesmo documento citado pelas demais matérias aqui analisadas. O veículo situa os dados do relatório a partir de uma perspectiva marcada pelo gênero e pela raça, apresentando a discrepância entre os números: “78 travestis e mulheres trans e 2 homens trans/trans masculinos, totalizando 80 assassinatos. O estudo ainda revela que cerca de 80% das vítimas eram negras” (LACERDA, 2021, on-line). Trechos do relatório da organização também são selecionados, citando a “ausência de ações por parte dos estados e municípios” (LACERDA, 2021, on-line) contra a violência motivada por transfobia, a dos estados na coleta e análise de dados e a falta de organização de uma agenda política “unificada com ativistas e pesquisadores da Academia, movimentos partidários, coletivos e aliados” (LACERDA, 2021, on-line) em prol da luta anti transfobia.

8.3 “Quem não é vista, não é lembrada”

Em um país onde a circulação de materiais que asseguram a relação dos papéis desempenhados pelos gêneros em comunhão com os preceitos da religião cristã, agravam, ainda mais, as vulnerabilidades de pessoas trans, Roberta, queimada viva sob a lona em que talvez chamara de lar, sofre violações quanto ao seu direito de ser lembrada (em contraposição ao direito ao esquecimento muito discutido no âmbito da jurisdição cibernética) através de mecanismos que a silenciam ou marginalizam da existência digital. Pensando a partir do dito popular “quem não é visto, não é lembrado”, as dificuldades que se impõem para que se chegue às notícias vinculadas a Roberta, mesmo sendo acionados diversos descritores e suas combinações, expõe o que está por trás dos processos de plataformização, especificamente no jornalismo.

Roberta, pela ótica católica, era uma sujeita desprovida de moral, uma vez que era um corpo que, em teoria, praticava tanto a libertinagem quanto a sodomia, ambas as práticas eram condenadas, no Tribunal do Santo Ofício, com acusação de bruxaria. Outro paralelo com o caso de Roberta e as características e hábitos das bruxas da Inquisição se dá no horário e local que ocorre o crime: assim como os sabás, em que as mulheres se encontravam, durante a noite, tanto para entoar seus cânticos quanto para serem possuídas por demônios, ou possuírem o corpo de homens “indefesos”, a travesti é violentada durante a madrugada, por um homem que estava dentro de sua barraca (o que mais se aproxima de um ambiente privado) e, nas entrelinhas de algumas das reportagens analisadas, estaria tendo relações sexuais com vítima. Enquanto um personagem do enredo capital-patriarcal, o jovem foi seduzido por Roberta, tendo seu corpo possuído por ela. Mais uma vez, assim como as bruxas da Idade Média, a imagem de uma mulher em conluio com o mal, praticando o resquício da maldição à elas jogada, parece se apresentar no caso de Roberta.

Apesar das cinco combinações de termos utilizadas para a busca de Roberta, sendo três deles relacionadas diretamente ao seu nome, um ponto importante deve ser observado: das oito matérias analisadas presentes na primeira página do Google News, três identificam a vítima como “Roberta da Silva”, uma como “Roberta Nascimento da Silva”, três apenas como Roberta e uma não cita seu nome. Analisando a partir das ferramentas utilizadas para o ranqueamento das páginas, fica evidente que nem mesmo o nome da vítima é levado em consideração como palavra-chave na construção do texto, dos títulos e dos *links* que compõem a matéria que trata de parte da sua história. Ao contrário, quando sua morte é explicitada, colocando a vítima em mais um local de violação, a queima e a identidade de

Roberta, enquanto mulher trans, são provocadas enquanto termo de busca. Portanto, para encontrar a vítima, é necessário gerar uma nova violência, agora simbólica, vinculando-a novamente à violência que ela sofreu.

O silenciamento de Roberta, que começa pela negação de protagonizar seu próprio enredo e se estende à retirada do direito de ser retratada pelo nome completo, sustenta seu apagamento no ambiente social, enquanto mulher trans, negra e em situação de rua; três fatores que, juntos, colocam Roberta no mais inferior grau de hierarquização social. Em nenhuma matéria foram selecionadas fontes que poderiam apresentar Roberta para além de mais uma travesti negra queimada viva. Outros moradores do bairro, comerciantes, amigos de Roberta que também se encontram em situação de rua, são totalmente silenciados na narrativa. Da mesma forma, em apenas uma reportagem a família da vítima é mencionada como potencial fonte, ainda que haja a recusa de entrevista. Assim como dito por Robeyoncé, a vida de Roberta só ganha visibilidade no ápice da violência cometida, não sendo suas conquistas e experiências em vida relevantes para o discurso. Além disso, outro sentido é estruturado quando somente sua morte é noticiada: as demais violências e violações que sofreu durante sua jornada, como a falta de acesso a moradia, alimentação, saúde e demais direitos, não são reconhecidas como tais.

Em outra lacuna discursiva, a identidade de Roberta enquanto travesti, negra e em situação de rua também é pouco abordada. Em apenas uma das reportagens, com a fala da pedagoga Ana Flor, (figura 14), seu enquadramento identitário é colocado enquanto um aglutinador de possíveis violências e violações a serem contra ela perpetradas, o que a faria um alvo fácil. Até mesmo em jornais independentes, historicamente dedicados a colocar em pauta debates marginalizados, ocorre a problematização dos agravantes de sua morte. Em um caso ainda mais específico, o Alma Preta, que se define como uma “agência de jornalismo especializada na temática racial”⁶⁰, ainda que apresente, pontualmente, dados que comprovem que 80% dos casos de transfeminicídio sejam cometidos contra pessoas trans negras, não disserta sobre a multi motivação para a execução da vítima. Além da violência incitada pelo ódio ao gênero de Roberta, sua morte também envolve a sua raça e classe social, que a colocaram em uma situação de vulnerabilidade ainda maior.

Ainda que a violência sofrida por Roberta seja inserida no contexto de gênero da maioria das matérias, através da nomeação do crime como transfeminicídio, não fica evidente, para o público leigo, que a motivação do homicídio foi a transgeneridade de

⁶⁰ Disponível em <https://almapreta.com/quem-somos>. Acesso em 26 de maio de 2022.

Roberta. Junto à preservação do nome da vítima, acordada pela lei devido à sua idade e ancorada pela estrutura patriarcal que protege, historicamente, homens brancos (redobrando os cuidados e a proteção ao infrator), a falta de um debate sobre os motivos que levariam um adolescente a incendiar uma pessoa viva também se sobressai às narrativas analisadas. Também não fica explicitado o porquê de o adolescente ser enquadrado no crime de homicídio qualificado e não pelo crime de transfeminicídio, como intitulam as matérias. Seguindo o mesmo fio discursivo, também não são apresentadas às diferenças judiciais a que mulheres cis vítimas de feminicídio e trans, vítimas de transfeminicídios, são submetidas no decorrer do processo judicial.

Outro ponto observado foi a interdição do nome do feminicida, apontando para as tensões existentes entre os diferentes sujeitos sociais e seus direitos, que se mostram não tão universais como proposto na Constituição. Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente não pode ser desrespeitado, mantendo assim o nome do agressor no anonimato, a urgente necessidade que mulheres trans têm de receber justiça pelas violências à elas cometidas expõem as diferentes demandas sociais, judiciais, etc. de cada grupo. Tais demandas também entram em um ambiente de disputas e tensões nas coberturas jornalísticas analisadas, uma vez que o crime, na maioria dos casos, desdobra-se somente sobre a violência e a violentada, não havendo possibilidade de acionamento das diversas camadas que cercam o agressor.

Assim como no caso de Emilly, ao observar os fatores que influenciam os resultados retornados nas buscas, como técnicas de SEO, percebe-se que em oito matérias, a ausência do nome de Roberta marca o título e o *link* para acesso ao portal em sete delas. Em apenas uma matéria, o nome da vítima (sem sobrenome) aparece tanto no título da matéria, quanto em seu *link*. Por outro lado, a desindividualização da vítima, bem como sua reinserção à violência sofrida, através do acionamento das palavras-chaves “mulher trans” e corpo “queimado” ou “queimada”, aparecem em todas as matérias analisadas.

CONCLUSÃO

Mas então, quem são as novas bruxas no mundo contemporâneo? Para além das mulheres acusadas de bruxaria pela prática da feitiçaria ou pelo exercício da fé de religiões não cristãs, um infindável escopo de mulheres dos séculos subsequentes também se encaixa nos padrões do “ser bruxa” definidos pelos inquisidores da Idade Média. Heréticas dentro de um sistema de crenças e valores que enxerga o binarismo, heterossexualidade compulsória e normativa, o gênero cis, e a branquitude como principais fatores para o reconhecimento de um ser digno de vida, a proteção e a manutenção da vida, milhares de mulheres se veem a mercê da própria sorte. De modo semelhante ao período inquisicional, a “limpeza” social aplicada de modo “especial” aos corpos femininos, através de suas incinerações pela tortura, punições públicas e dizimação de outras mulheres membros da família, é observada sob nova roupagem em pleno 2021.

A caça e queima às bruxas ganharam novos aliados. Por um lado, a sistematização e normalização / banalização da massiva violência contra elas efetuadas. Através de novos aparatos, como o controle sobre seus corpos e mentes, pela precarização do acesso à saúde, educação, segurança pública, e demais direitos humanos básicos, a necropolítica (MBEMBE, 2018), age de forma cruel sobre corpos femininos. Ainda mais bárbara é a dizimação de mulheres em que são aglutinados marcadores sociais que as subalternizam, ainda mais, enquanto sujeitas: mulheres trans, pretas, indígenas, periféricas, em situação de rua, dissidentes da heteronormatividade compulsória.

Ao debruçar-se atentamente sobre as motivações que levaram Emilly, Sophia e Roberta a serem violentadas, os paralelismos com as definições de bruxa da Idade Média e as causas de suas perseguições aparecem: Emilly, apesar de cumprir com parte de suas obrigações perante seu papel de gênero no sistema patriarcal, falha ao utilizar seu corpo como ferramenta de trabalho, ao priorizar a maternidade frente ao casamento, e ao romper com um relacionamento no qual deveria ser submissa e subserviente, aceitando uma série de violências cometidas contra ela. Sophia, enquanto uma filha não planejada e não desejada pelo pai (ainda que o aborto fosse impensável sob a perspectiva católico-patriarcal), é punida, ainda no ventre, pelas atitudes da mãe, de modo a aprender através do exemplo. Roberta rompe com todos os preceitos básicos do *cis-tema*⁶¹: abre mão do seu papel masculino para

⁶¹ Neologismo (cisgênero + sistema) usado pela artista travesti Lina Pereira dos Santos, conhecida como Linn da Quebrada, para dizer sobre as práticas e temáticas sociais ancoradas somente na perspectiva cisgênero, que marginalizam ou apagam as vivências e existências de outros grupos, como não binaries, travestis e transgêneros.

assumir o feminino, é indigna de se reproduzir/criar sua prole nos moldes da família cristã (devido sua conduta herética de “traição de gênero”), não tem posses (uma das principais moedas de valor do capitalismo), é negra, e não possui um lar.

Por outro lado, antes, durante e após as violências no off-line, o ambiente digital apresenta suas armas de violação, físicas e simbólicas, através de instrumentos como a plataformização, os algoritmos e os discursos construídos no webjornalismo. Se durante a Idade Média, o silenciamento das mulheres intituladas como bruxas se dava com a destruição às cinzas de seus corpos e das documentações que comprovavam suas existências, as bruxas contemporâneas são apagadas por políticas feminicidas e pela invisibilização digital e jornalística, que não deixam (ou dificultam o acesso aos) rastros de suas vidas, e até mesmo de suas mortes. Ao contrário do que muito se discute atualmente em relação ao “direito ao esquecimento” na web, estes grupos buscam o direito de serem lembrados e visibilizados.

Eis, então, o primeiro combustível da grande fogueira patriarcal: os processos de plataformização e o uso de algoritmos. Guiados pelas técnicas otimização, estes mecanismos acabam por produzir sentidos que reinserem às vítimas às violações sofridas, ao acionar como palavras-chave as características da violência (como “queimada viva”, “corpo queimado”) e inserindo imagens de seus corpos violados ou dos locais onde os crimes aconteceram. Há também a manutenção de seus corpos violados em espaços isolados ou generalizados, tornando seus casos como únicos ou excepcionais, quando não são problematizadas as causas e camadas que se introduzem nos crimes. Estas violações, ao contrário da violência física que, teoricamente, chega em seu ápice sendo cessa pela morte (como no caso de Roberta), é prolongada a uma temporalidade quase infinita nos meios digitais. Vítimas ou sobreviventes, essas mulheres precisam continuar lutando por um espaço que lhes permita serem vistas enquanto seres humanos. Espaço este que se mostra excludente e marginalizador ancorado pelos modos como são configurados algoritmos e plataformas que diminuem (quando não apagam totalmente) determinadas temáticas, específicos tipos de sujeitos e característicos enredos sociais, já subalternizados no off-line.

Enquanto um dispositivo pedagógico, esse jornalismo digital inserido em plataformas como o Google, reverbera os discursos e sentidos produzidos pelo patriarcado — e também atua na sua construção —, agindo como mais um dos combustíveis necessários para a manutenção da grande fogueira. Mesmo naqueles casos em que veículos digitais se colocam a romper com machismos, LGBTfobias e racismos, e praticam um jornalismo menos patriarcal, ao serem inseridos em plataformas que acentuam esses problemas através do uso de algoritmos misóginos, LGBTfóbicos, racistas, muitas vezes suas lutas são invisibilizadas. Por

isso, tensionar, questionar, historicizar, socializar, politizar, são imperativos para a construção de um novo posicionamento frente ao patriarcado. Nas Ciências Sociais Aplicadas, a desmasculinização e o rompimento com práticas do *cis-tema* nas práticas e nos fundamentos do jornalismo, visando uma nova interpretação dos acontecimentos, a atualização dos métodos de seleção de notícias, bem como a promoção de um diálogo (essencial no jornalismo digital cuja *interação* é pressuposto) são base para que vivências específicas de gêneros, raças e classes sociais sejam trazidas à superfície.

Apesar do inegável legado deixado por autores como Wolf, Lage, Traquina, dentre outros, para a construção das teorias que fornecem modelos prescritivos para o Jornalismo, a urgência de visões diversas, entre as quais as feministas, sobre temas como os critérios de noticiabilidade e valores notícia, por exemplo, são essenciais para uma nova perspectiva de tomadas de decisão no jornalismo. Quando ritos da profissão são estruturados em frases como “as notícias deveriam ser como as saias de uma mulher: suficientemente compridas para cobrirem o essencial e suficientemente curtas para reterem a atenção” (WOLF, 1985, p. 90), sabe-se que é impossível que o próprio cotidiano profissional não seja também atravessado por questões relativas ao gênero. Eis aqui mais um dos combustíveis da fogueira do patriarcado.

A manutenção e aplicação desses conceitos básicos do jornalismo tradicional ao jornalismo digital, como os aqui discutidos, inserem mais uma camada de marginalização e apagamento de determinados sujeitos sociais, em especial as mulheres. Se a web era, em teoria, um espaço de acesso à informação no qual a atemporalidade e facilidade eram pressupostos, a presença de certos indivíduos é atingida por processos de subalternização. Nessa marginalização (ou exclusão) digital, quando analisada sob a esfera do webjornalismo, observa-se a expulsão de determinados sujeitos das matérias jornalísticas da imprensa de referência, das primeiras posições de ranqueamento algorítmico, e até seu desaparecimento nos resultados. Estes sujeitos são os mesmos expulsos e marginalizados diariamente pelo sistema cis-hetero-patriarcal em decorrência de suas identidades.

Sob o viés de gênero, essa marginalização vai muito além da expulsão das sujeitas do ambiente digital. São também perpetradas novas formas de violação, através da estruturação dos discursos, dos sentidos construídos e dos sujeitos que têm direito à fala. No contexto de massificação das políticas de caça e eliminação de mulheres pretas, trans, indígenas, periféricas, LGBTQIA+, dentre tantas outras marcas identitárias atribuídas ao gênero feminino e que agravam suas opressões e perseguições, o jornalismo, em especial o webjornalismo, coloca-se como combustível para que a queima simbólica dessas mulheres

seja perpetuada. Suas presenças, não dignas dos espaços comuns, públicos e visibilizados, são novamente confinadas a um ambiente privado, ao qual somente alguns têm acesso, sendo incineradas nas páginas subsequentes das plataformas, sem que seus casos recebam atenção.

Mesmo seguindo o *script* exigido — mantendo uma relação heterossexual, construindo um lar assim que terminados os estudos, engravidando de um homem cisgênero, assumindo a maternidade — Emilly foi vítima de um dos mais brutais crimes por não agir conforme o esperado pelo então marido. Em nenhum momento, porém, ocorreu esta problematização em relação a Sophia Vitória, que ainda se encontrava no ventre e foi também uma vítima. Não é possível, ao menos em um primeiro momento, saber quais consequências, físicas e psíquicas, a criança sofrerá no futuro. Uma das consequências, porém, foi palpável antes mesmo do seu nascimento: seu apagamento, jurídico e midiático, enquanto também vítima de tentativa de feminicídio, vítima de agressões que sofreu junto com a mãe. Quando ocorre o silenciamento das violências efetivadas contra duas meninas, uma de 18 e outra que sequer havia nascido, como acontece com Emilly e Sophia, os discursos presentes na estrutura do sistema patriarcal são corroborados pelo webjornalismo e as plataformas em que se inserem.

De forma ainda mais inflamável age o jornalismo sobre o caso de Roberta. Se as condições de vida a que Roberta, e toda uma população trans, equiparam-se àquelas da Idade Média, na qual a fome, a prostituição, a falta de oportunidades de trabalho, saúde e segurança, são alguns dos fatores comuns, quais são as chances de essas vidas serem visibilizadas no espaço cibernético? Além de ser vítima, em vida, das mais atrozes formas de silenciamento, que culminaram em sua execução por parte de um adolescente, Roberta é também incendiada na plataforma. A dificuldade de sua identificação, que teria como consequência um resultado mais eficaz na pesquisa, em relação a uma busca específica por seu nome (e inclusive de suas variações), aponta para uma falha em princípios básicos do jornalismo: a precisão e a checagem; o que, por sua vez, aponta para problemas nas práticas de apuração. Enquanto mulher trans, preta, em situação de rua, sua existência não parece ser merecedora de ser nomeada. Nesta construção discursiva, os sentidos levam, novamente, para a reafirmação das questões estruturantes do patriarcado que desumaniza sujeitas como Roberta, e que é sumariamente repetido no pós-morte através das notícias na web.

Nos dois casos, a caça, julgamento, execução, e publicização da punição muito se assemelham com a caça às bruxas da Inquisição. Caçadas por suas identidades e condições de vida, ambas são julgadas por aqueles a quem o patriarcado dá o direito de deliberar. Executadas as punições, elas são publicizadas, sem contextualização, para que sirvam de

exemplos outras. Sophia, que ainda não havia manifestado suas atribuições socioculturais, recebera também sua punição, como integrante do sexo feminino que igualmente e exemplarmente, não deverá ousar contra as ordens patriarcais. As lacunas, propositais ou não, deixadas nos discursos das matérias analisadas de ambos os casos, promovem a consolidação das hierarquias sociais, dos papéis de gênero e da estigmatização da vítima apenas como vítima, negando sua existência enquanto pessoa e tratando como “caso isolado” a violência sofrida.

Das contradições entre aquele que já fora considerado o quarto poder devido seu compromisso público, o jornalismo enquanto combustível, mantém acesas as labaredas do patriarcado. Quando, na construção dos onze discursos analisados, somando as matérias relacionadas a Emilly e as que tratam de Roberta, somente uma disponibiliza um canal ativo de denúncia contra violências de gênero, certas manutenções de sentidos, perspectivas e pedagogizações são explicitados. O silenciamento daqueles sujeitos que poderiam retratar as mulheres em outras posições que não as de vítimas, e para além das violências sofridas, como amigos, familiares ou vizinhos, também dizem sobre como tais indivíduos devem ser vistos e lembrados socialmente.

Por isso, tensionar, criticar e promover a *jinealogy* do Jornalismo e das teorias que o norteia, pensando-o através da perspectiva de gênero, são demandas urgentes da área. Se antes pensar a desmasculinização do jornalismo passava pelo remodelamento dos critérios que tornam marginais e simplistas notícias envolvendo demandas femininas e feministas (assim como de outros marcadores sociais), a Comunicação necessita, agora, rever como seus processos internos são complexificados por mecanismos digitais que intensificam e criam novas formas de apagamento social. Subverter as normatizações de Ciências tradicionais e das tecnologias modernas, através da inserção de novos pontos de partida que rompam com os estereótipos do sistema imposto, são pequenos passos a serem dados para a diminuição das chamas da fogueira do patriarcado.

REFERÊNCIAS

A8SE, Redação Portal. **Exclusivo: grávida que teve corpo queimado fala pela primeira vez após receber alta.** A8SE, 29/11/2021. Disponível em: <https://a8se.com/noticias/policia/exclusivo-gravida-que-teve-corpo-queimado-fala-pela-primeira-vez-apos-receber-alta/>. Acesso em 04 jun. 2022.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia.** Ediciones Paidós, Barcelona-Buenos Aires-México, 2a edición, 1993.

ANTUNES, Elton; CARVALHO, Carlos Alberto de; LEAL, Bruno Souza. **Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas.** In: Um problema cotidiano. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.

ALVES, Juliana. **Expectativa de vida de trans no Brasil se equipara com Idade Média, diz advogada.** CNN São Paulo, 28/06/2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-de-trans-no-brasil-se-equipara-com-idade-media-diz-advogada/>. Acesso em 21 maio 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza.** 4 ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012

ASPAR, Maria Margarida Viana Colaço Mendes. **Jornalismo digital no século XXI, novas abordagens, novas estratégias: o projeto P24.** Dissertação de mestrado. IPL, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, Portugal, out. 2018.

ASSIS, Camilla Teixeira de Sousa; ASSIS, Michelle Ribeiro de; SÓRIA, Denise de Assis Corrêa. **A queimadura como ato de violência física contra a mulher: revisão de literatura.** Revista Brasileira de Queimaduras; Sumário Vol.11 Número 4 / 2012.

BACKLINKO. **We analyzed 5 million Google Search Results: Here's what we learned about organic Click Through Rate.** Disponível em <https://backlinko.com/google-ctr-stats>. Acesso em 18 abr. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria Bandeira; CACEIDO-ROA Mônica; CORDEIRO, Ricardo Carlos; NASCIMENTO, Juliana Luporini do. **Queima às bruxas: feminismo e feminicídios íntimos por queimadura em uma metrópole brasileira.** Ciência coletiva, Fev 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022272.45522020.

BENETTI, Márcia. **Análise de Discurso como Método de Pesquisa em Comunicação.** In: DE MOURA, Cláudia; DE LOPES, Maria Immacolata (org.). Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas. Porto Alegre, Edipucrs, 2016, p. 235-256.

BENETTI, Márcia. **O jornalismo como acontecimento.** IN: BENETTI, Marcia Benetti; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Jornalismo e acontecimento: Mapeamento crítico, Florianópolis, Insular, 2010.

BENETTI, Márcia; LISBOA, Silva. **O jornalismo como crença verdadeira justificada.** Brazilian Journalism Research, Vol. 11, No 2, 2015.

em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/25/mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-diz-ter-sido-vitima-de-lgbtfobia-afirma-codeputada-robeyonce-lima.ghtml>. Acesso em 04 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Paulo Eduardo. **Morre Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife**. Ponte Jornalismo, 09/07/2021. Disponível em: <https://ponte.org/morre-roberta-mulher-trans-queimada-viva-no-centro-de-recife/>. Acesso em 04 jun. 2022.

DORIGON, Alessandro; PAGNUSSAT, Gabriel Trentini. **Ameaça Espiritual e seu enquadramento no Código Penal Brasileiro**. Âmbito Jurídico, 01 mar. de 2020. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/ameaca-espiritual-e-seu-enquadramento-no-codigo-penal-brasileiro/>. Acesso em 29 nov. 2021.

DOSSIÊ **Violência contra às mulheres**. Agência Patrícia Galvão. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violenacias/violencia-de-genero-na-internet/>. Acesso em 29 nov. 2021.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

FATO, Redação Brasil de. **Mulher trans é queimada viva no centro de Recife; codeputada denuncia transfobia**. Brasil de Fato, 25/06/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/25/mulher-trans-e-queimada-viva-no-centro-de-recife-codeputada-denuncia-transfobia>. Acesso em 04 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, G. M.; DALMONTE, E. F. **Webjornalismo, critérios de noticiabilidade e efeitos de sentido**. Comunicação: Veredas, Marília, n. 07, p. 117-135, nov. 2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; SOUSA, Ricardo Martins de. **Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira**. Acervo, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.1-18, Julho-Dezembro de 1987.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de se educar na (e pela) TV**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

G1 PE. **Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife**. G1, 09/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml>. Acesso em 04 jul.

2022.

GOOGLE. **Violência doméstica cresce e buscas batem recorde no.** Revista Cláudia, 25 nov. 2021. Disponível em <https://claudia.abril.com.br/noticias/violencia-contra-a-mulher-onu/>. Acesso em 18 abr. 2022.

JANUÁRIO, Mayara A. Januário; RESENDE, Maria Leônia C. de; TURCHETTI, Natália G. **De jure sacro a Inquisição nas vilas d'El Rei.** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.339-359, jan/jun 2011.

LACERDA, Victor. Após 15 dias internada, morre mulher trans queimada viva no Recife. Alma Preta Jornalismo Preto e Livre, 09/07/2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/apos-15-dias-internada-morre-mulher-trans-queimada-viva-no-recife-2>. Acesso em 04 jul. 2022.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco. 1994, p. 206-242.

LINDÉN, Carl-Gustav. **Algoritmos para jornalismo: o futuro da produção de notícias.** Líbero, Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Ano XXI - No 41, jan./jun. 2018. Disponível em <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/973/897>. Acesso em 08 mar. 2022.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** Tabula Rasa, Bogotá, COL, n. 9, jul.- dic 2008, pp. 73-101.

MARTINS. Nereida Soares. **A FEITIÇARIA NA AMÉRICA PORTUGUESA: CRENÇAS E PRÁTICAS MÁGICAS NO NORDESTE COLONIAL – SÉC. XVI E XVII.** Associação Nacional de História. S/d. Disponível em http://anpuhpb.org/anais_14eeh_anpuhpb/artigos_dos_simposios_tematicos/ST_03_Evangeliizacao_e_contraposicoes_as_praticas_religiosas_durante_periodo_colonial/Nereida%20Soares%20Martins.pdf. Acesso em 17 abr. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis: UFSC, 1997.

MENDONÇA, Felipe Viero Kolinski Machado; SILVA, Jussara de Souza Lima da. **Porque nem toda feiticeira é corcunda: sentidos sobre o ser bruxa/ser mulher em filmes infantis e infantojuvenis.** Intexto, Porto Alegre, n. 52, e-106691, jan./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202152.106691>.

MURARO, Rose Marie. **Breve introdução histórica.** In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. O Martelo das Feiticeiras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero.** In: CARVALHO; MIRANDA; LAGE; SOUSA. Vulnerabilidade, narrativas e Identidades. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. Revista ISSUU, p. 1-20, 2016. Disponível em https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi. Acesso em 23 mar. 2022.

OLIVEIRA, Halysom Rodrygo Silva de. **O tribunal do Santo Ofício: primeira visita do tribunal às partes do Brasil - Bahia e Pernambuco (1591-1595).** Natal, UFRN, [S. A]. Disponível em [https://cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT26/O%20TRIBUNAL%20DO%20SANTO%20OFICIO%20PRIMEIRA%20VISITA%20DO%20TRIBUNAL%20PARTES%20DO%20BRASIL%20-%20BAHIA%20E%20PERNAMBUCO%20\(1591-1595\).pdf](https://cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT26/O%20TRIBUNAL%20DO%20SANTO%20OFICIO%20PRIMEIRA%20VISITA%20DO%20TRIBUNAL%20PARTES%20DO%20BRASIL%20-%20BAHIA%20E%20PERNAMBUCO%20(1591-1595).pdf). Acesso em 17 abr. 2022.

OLIVEIRA, Letícia. **Grávida que teve o corpo queimado pelo ex-marido se recupera em casa.** F5 News, 30/11/2021. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/gravida-que-teve-o-corpo-queimado-pelo-ex-marido-se-recupera-em-casa.html>. Acesso em 04 jul. 2022.

O papel da arma de fogo na violência contra a mulher. Instituto Sou Paz, 2021. Disponível em <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/mobilizar/sistema-de-justica-criminal-e-seguranca-publica/participacao-no-debate-publico/controle-de-armas/?show=documentos#4977>. Acesso em 29 nov. 2021.

OYEWUMI, Oyeronke. **La Invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.** Bogotá, Colombia: Editora En la frontera, 2017.

OYEWUMI, Oyeronke. **Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** CODESRIA Gender Series. Dakar, CODESRIA, 2004.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento.** In: Steinberg-Meios de comunicação de massa. São Paulo, Cultrix, 1976.

PIERRO, Bruno. **O mundo mediado por algoritmos: Sistemas lógicos que sustentam os programas de computador têm impacto crescente no cotidiano.** Pesquisa FAPESP, v.266.

abril de 2018. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-mundo-mediado-por-algoritmos/>. Acesso em 14 abr. 2022.

REDAÇÃO. **Mulher trans é queimada viva em Recife**. *Catraca Livre*, 25/06/2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/mulher-trans-e-queimada-viva-em-recife/>. Acesso em 04 jul. 2022.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarche. **A revolução das mulheres no Curdistão**. 2º Simpósio Internacional de História das Religiões. XV Simpósio Nacional de História das Religiões, Florianópolis, 2016.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria: Feiticeiras, hereges e pagãos**. São Paulo: Aleph, 2019.

SANTOS, Denílson Lima. **Das “vergonhas”: observações paradisíacas e relatos das genitálias indígenas na Carta de Pero Vaz de Caminha**. *Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, [S.l.], v. 8, n. 9, p. 1-13, jul. 2018. ISSN 1809-3507. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/35137>> Acesso em: 11 jun. 2022.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCHNEIDER, João Paulo. **Jovem grávida tem 60% do corpo queimado; ex-companheiro é suspeito**. *Infonet*, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/jovem-gravida-tem-60-do-corpo-queimado-ex-companheiro-e-suspeito/>. Acesso em 04 jun. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, jul/dez 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. 1a. edición. Puebla: Pez en el árbol, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Carolina Rocha. **O Sabá do Sertão: Feiticeiras, Demônios e Jesuítas no Piauí Colonial (1750-58)**. Orientadora: Georgina Silva dos Santos. 2013. 222 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Niterói, 2013.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Tese (Mestrado Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.250, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade**

interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.